Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.130 | Preço banca: R$ 3,50

Brasil volta a ter mais de 65 milhões de inadimplentes

O Brasil registrou 65,2 milhões de consumidores inadimplentes em fevereiro, divulgou na terça-feira (5) a Serasa. Essa marca não era atingida desde maio de 2020, no início da pandemia da covid-19. Esses cidadãos têm R$ 263,4 bilhões em dívidas negativadas (em atraso).

Apenas em fevereiro, o número de inadimplentes subiu 0,54%. Cada brasileiro deve, em média, R$ 4.042,08. A estatística se baseia no fato de que cada número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) tem, em média, 3,4 dívidas ativas.

Em relação ao perfil dos inadimplentes, os homens representam 50,2% dos devedores, contra 49,8% das mulheres. Na divisão por faixa etária, a maior parte tem entre 26 e 40 anos de idade (35,3%), seguida pela faixa de 41 a 60 anos de idade (34,9%).

Evolução

O total de consumidores inadimplentes vinha caindo desde abril de 2021, mas está em alta contínua desde outubro do ano passado. De acordo com a Serasa, as recentes altas na taxa de juros, que encarece o crédito, e o desemprego ainda elevado, são as principais causas para o aumento da inadimplência. Página 3

Sistema Cantareira apresenta o menor volume para abril em seis anos

Página 2

Prazo para entrega da declaração do IR é prorrogado para 31 de maio

Página 3

Recursos da União vão bancar reconstrução de casas após desastres

Foto/Prefeitura de Angra dos Reis

Página 16

Reforço com Pfizer aumenta proteção em quem recebeu doses da CoronaVac

Receber uma dose de reforço da vacina da Pfizer após duas doses de CoronaVac produz uma proteção mais efetiva contra a variante Ômicron do que uma terceira aplicação da CoronaVac, indica um estudo divulgado na terça-feira (5) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O trabalho avaliou dados do e-SUS, do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) e do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Os dados abrangem de 6 de setembro de 2021 a 10 de março de 2022, e foram divididos em dois períodos, de 6 de setembro de 2021 a 14 de dezembro de 2021, quando a variante Delta era a dominante no Brasil. Página 10

Blocos de carnaval de rua anunciam intenção de desfilar em abril

Página 2

Presidente do Peru suspende toque de recolher em Lima

O presidente peruano, Pedro Castillo, suspendeu na tarde da terça-feira (5) uma ordem de toque de recolher após um desafio generalizado nas ruas, em meio à disseminação de protestos contra o aumento dos preços de combustíveis e fertilizantes desencadeado pelo conflito na Ucrânia.

"Devo anunciar que a partir deste momento vamos cancelar o toque de recolher", disse Castillo em uma reunião com o Congresso. "Apelamos agora ao povo peruano para manter a calma." Página 3

Zelenskiy questiona Conselho de Segurança da ONU na manutenção da paz

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskiy, discursou na terça-feira (5) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), por videoconferência. Zelenskiy denunciou assassinatos e estupros de civis na cidade de Bucha e criticou duramente o Conselho de Segurança por não garantir a paz no mundo. Ele disse que são necessárias mudanças no sistema de segurança mundial e propôs uma conferência global.

"Onde está o Conselho de Segurança? Onde está a paz que ele deve manter? Onde estão as garantias que as Nações Unidas precisam dar? É óbvio que as principais instituições do mundo, que deveriam assegurar a punição de um agressor, simplesmente não funcionam efetivamente. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens de manhã e pancadas de chuva à tarde. À noite a chuva para.

27º C
19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,65
Venda: 4,65

Turismo
Compra: 4,60
Venda: 4,82

EURO

Compra: 5,07
Venda: 5,07

Esporte

Cacá Bueno comemora retorno da Stock Car no Rio de Janeiro

Cacá Bueno viverá um final de semana mais do que especial. O piloto, um dos mais longevos da Stock Car, disputa a terceira etapa da temporada 2022 no Rio de Janeiro, em sua casa, disputando o GP Galeão, corrida marcada para um circuito montado no Aeroporto do Galeão que leva o nome do piloto da equipe iCarros ACDelco Crown Racing.

A última vez que a principal categoria do automobilismo brasileiro passou pela capital fluminense foi em 2012, no extinto Autódromo de Jacarepaguá. Página 8

Foto/ Bruno Terena

Cacá *Bueno*

Giulia Gávio quer escrever sua própria história no voleibol

Giulia Gávio joga vôlei desde criança. Mas agora, aos 25 anos, está vivendo um sentimento diferente no esporte. Depois de conquistar sua primeira medalha no vôlei de praia, a prata no Aberto de Maringá (PR), segunda etapa do Circuito Brasileiro, a filha do bicampeão olímpico Giovane, ouro em Barcelona 1992 e Atenas 2004, sente que agora está escrevendo sua história no voleibol, independentemente do sobrenome famoso.

"A vida inteira eu joguei vôlei de quadra. Ao vir para a praia, encontrei um ambiente novo, onde tinha que buscar meu próprio espaço. Conquistar essa medalha foi uma chave que virou na minha cabeça. Página 8

Kartismo: Segunda etapa da Grakar teve vencedores inéditos no KGV

Foto/ Rafael Gaspar

Todos *os vencedores na Grakar fizeram a festa*

A segunda etapa do campeonato do Grupo de Amigos do Kart (Grakar), realizada no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), mostrou novos vencedores. Com 88 pilotos divididos em quatro provas, Marco Verga, Clóvis Rosa, Luiz Marcelo e Bruno Santos foram os vencedores inéditos de 2022.

A Grakar não possui categorias. Os pilotos são divididos pela média da pontuação nas provas anteriores e as baterias intercalaram pilotos com maior pontuação. A partir da próxima rodada todos pilotos farão parte de um campeonato único que se divide em definitivo a partir da 6ª etapa, nas categorias Elite e Graduados. Página 8

CBAt confirma a realização de mais dois eventos internacionais

Foto/ Carlos Quispe

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) confirmou a realização de mais dois eventos importantes no calendário de 2022: o Torneio Internacional Cidade de São Paulo, categoria D na classificação da World Athletics, no dia 27 de abril. Página 8

Blocos de carnaval de rua anunciam intenção de desfilar em abril

Entidades que representam 85% dos blocos de rua da cidade de São Paulo lançaram uma carta pública contra a decisão da prefeitura que determina que os blocos não saiam para desfilar na capital, no final de semana prolongado do feriado de Tiradentes, em 21 de abril. As escolas de samba desfilarão nesse mesmo período no Sambódromo do Anhembi.

A carta foi divulgada na segunda-feira (4) e é assinada pelas seguintes entidades: Associação de Bandas Carnavalescas de São Paulo (Abasp), Arrastão dos Blocos, Comissão Feminina, Fórum dos Blocos, União dos Blocos de Carnaval de Rua do Estado de São Paulo (UBCRESP) e Ocupa SP,

No manifesto intitulado *Carnaval de Rua Livre com Diversidade e Democracia! Contra a Violência Policial e a Censura*, as entidades defendem que não há motivos para a prefeitura e o governo estadual de São Paulo proibirem a realização de desfiles de blocos na cidade, enquanto eventos e festivais de músicas já foram liberados e estão ocorrendo na capital paulista. No texto, as entidades declaram que independente de proibição, os blocos sairão.

"Nossa festa vai tomar forma e vai acontecer nas ruas, esquinas, vielas e praças de nossa cidade como sempre aconteceu, vai florescer em celebração como sempre fez."

Segundo o documento, os blocos respeitaram o período de pandemia e ficaram em casa tanto quanto foi possível nos últimos dois anos para cumprir a responsabilidade coletiva de preservar vidas durante a pandemia de covid-19, mas nos dias atuais não há motivo para impedir a festa independente, porque o cenário sanitário parece promissor e estável, permitindo inclusive os desfiles no Sambódromo. Eles questionam ainda qual é o critério que privilegia aglomerações em espaços privados e reprime o livre encontro público:

"Não podemos aceitar qualquer violência contra o carnaval. Não podemos aceitar ameaças, censuras, punições ou castrações – físicas ou jurídicas – contra aquilo que é nosso por direito: bater nossos tambores em praça pública"

Complexidade

Por sua vez, a prefeitura de São Paulo citou a "complexidade logística" de se organizar blocos de rua. Por meio de nota, informou que todos os eventos autorizados são particulares, em áreas privadas e que os organizadores se responsabilizam pela infraestrutura, segurança e aderência aos protocolos vigentes:

"Há que se diferenciar a complexidade de organização de um bloco de rua e de uma festa particular com temática carnavalesca. Fundamental esclarecer que não há qualquer impedimento de manifestações culturais ou de livre expressão. Há, tão somente, um zelo do poder público em não manter um evento que, tradicionalmente, atrai milhões de pessoas e, justamente por isso, precisa de meses de antecedência para ser planejado por toda a sua complexidade logística de estruturas de apoio, rotas e de segurança para todos os participantes".

A prefeitura reforçou ainda que a eventual liberação de blocos de carnaval deveria acontecer não nos moldes do manifesto apresentado pelas entidades, mas de maneira isonômica e aberta a todos os possíveis interessados, como ditam as regras da administração pública. "Tal planejamento foi prejudicado por motivos alheios à administração e que foi o foco principal do município nos últimos dois anos: o controle da pandemia", afirmou a prefeitura.

Segundo anúncio feito em janeiro pelo prefeito Ricardo Nunes sobre o cancelamento do carnaval de rua de 2022, a decisão foi baseada em dados técnicos apresentados pela Vigilância Sanitária. "O cancelamento permanece em vigor, tanto que os próprios blocos se anteciparam e optaram pelo cancelamento. Além das medidas expostas acima, acrescentamos que não há mais tempo hábil para organizar desfiles de blocos de rua, evento que exige meses de planejamento antecipado, como é de conhecimento público". (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereador André Santos (Republicanos) ganha ainda mais importância na capital, agora em relação ao que pode e deve agregar na candidatura do ex-ministro - do Rio como ele - Tarcísio de Freitas, candidato do Bolsonaro ao governo paulista

.

PREFEITURA (São Paulo)

O torcedor do Palmeiras Ricardo Nunes (MDB) tá comemorando muito mais a ficada do técnico português Abel no comando do campeão paulista 2022, do que mais uma conquista. Ele brinca que agora só comemora se for o mundial de clubes

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Depois de quase 30 anos como fiel escudeira do hoje deputado federal Gilberto Nascimento e dirigente do PSC, Sônia Barros será candidata a deputada estadual. Pode ser puxadora dos votos que podem resgatar uma boa bancada na ALESP

.

GOVERNO (São Paulo)

Caso consiga dar a volta por cima e se eleger à Presidência, o ex-prefeito paulistano e agora ex-governador Doria (PSDB) entrará pra História do Brasil como quem terá superado Jânio nas escaladas eleitorais municipal, estadual e nacional

.

CONGRESSO (Brasil)

O deputado federal Eduardo Bolsonaro - filho do presidente Bolsonaro (ambos no PL) espera ter ao menos 2 milhões de votos em 2022 - pouco mais que os 1,8 milhões que teve em 2018 - pra seguir como mais votado da História do Brasil

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Embora seja acusado de fazer marketing maniqueísta, representando o bem contra o mal, Jair Bolsonaro (PL) seguirá tratando o adversário (ex-presidente Lula - PT) como representação do mal no país de cristãos (católicos e evangélicos)

.

PARTIDOS (Brasil)

Atualizando as bancadas na Câmara Federal, após 'janela' das trocas: PL - 76; PT - 56; PP - 51; União - 46; PSD - 44; Republicanos - 42; MDB - 37; PSDB - 27; PSB - 24; PDT - 19; PSC e Solidariedade - 10. Os demais têm de 9 até 1 deputado

.

JUSTIÇAS (Brasil)

A coleção - 5 volumes - do professor (História) Edson Simões "Constituições e Democracia no Brasil e no Mundo - da Antropofagia à Autofagia" vai certamente fazer sucesso no Supremo, Tribunais Superiores e Tribunais estaduais de Justiça

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** tornou-se referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Sistema Cantareira apresenta o menor volume para abril em seis anos

O Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de água da Grande São Paulo, está com o menor volume armazenado para o início de abril desde 2016. Segundo os dados disponibilizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), o Cantareira tem hoje um volume de água equivalente a 45,3% da capacidade total de armazenagem – 444,5 bilhões de litros.

No mesmo período do ano passado, os reservatórios que compõe o sistema acumulavam 52,6% da capacidade total. Em 2016, o Cantareira tinha apenas 36,6% do volume total.

Em relação aos sete sistemas que atendem a região metropolitana de São Paulo, o volume armazenado corresponde, hoje, a 60,2% da capacidade dos reservatórios, o que significa 1,17 trilhão de litros de água.

O Alto Tietê está com 60,7% do armazenamento total, contabilizando 339,9 bilhões de litros. A Represa Guarapiranga tem atualmente 158,4 bilhões de litros, 92,6% da capacidade. (Agência Brasil)

Capital complementa as regras de inspeção anual para os veículos de fretamento que operam na cidade de São Paulo

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM) e do Departamento de Transportes Públicos (DTP), informa que a Portaria SMT.SETRAM nº 009, de 07 de março de 2022, complementa as regras de inspeção anual para os veículos de fretamento que operam na cidade de São Paulo.

A inspeção é requisito para a renovação do Certificado de Vínculo ao Serviço (CVS), que se trata de licença individual para cada veículo que compõe a frota das empresas que trabalham na modalidade fretamento.

A partir de agora as empresas sediadas fora da cidade de São Paulo, mas que estejam localizadas na Região Metropolitana, poderão apresentar laudo de inspeção veicular emitido pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo). E nos casos em que as empresas se encontrem fora da Grande São Paulo ou em outros estados, há a possibilidade de apresentação do laudo de inspeção veicular emitido pela EMTU, Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) e ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Antes somente era possível a apresentação de laudo de vistoria do DTP ou OIA credenciada.

As empresas de fretamento com sede na cidade de São Paulo seguem tendo que realizar a vistoria anual de seus veículos obrigatoriamente nos formatos presencial – na sede do DTP ou em um Organismo de Inspeção Acreditado (OIA) credenciado ao Departamento –, ou na categoria volante (nas dependências da própria empresa).

As demais regras para inspeção veicular de fretados seguem inalteradas.

Fase 1 do Programa Centelha seleciona 200 ideias inovadoras

A fase 1 do Programa Centelha no Estado de São Paulo selecionou 200 ideias inovadoras entre as mais de 570 submetidas por jovens empreendedores. Na Fase 2, cujo prazo de submissão vai até 11 de abril, os proponentes selecionados deverão apresentar seus projetos de empreendimento, detalhando o plano de negócio e o potencial de conversão da ideia em produto.

A iniciativa, que está sendo implementada em 26 Estados, foi criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Fundação Certi. Em São Paulo, o programa é executado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Entre as ideias selecionadas, 21,5% propõem soluções em tecnologia social; 14% envolvem o uso de inteligência artificial e machine learning; 10,5% estão relacionadas à internet das coisas (IoT) e 9,5% envolvem biotecnologia e genética. Há ainda propostas nas áreas de big data, automação e design, entre outras.

As propostas apresentadas – em sua maioria (68,5%) submetida por proponentes com pós-graduação e idade entre 31 e 40 anos – têm aplicações em áreas diversas, como saúde e bem-estar, segurança e defesa social, educação, agronegócio, meio ambiente e bioeconomia, entre outras.

Na terceira fase, com cem proponentes selecionados, deverá ser desenvolvido o projeto de fomento, com apresentação detalhada do orçamento e do planejamento de execução. Durante todas as etapas, o Programa Centelha oferece capacitações para auxiliar o empreendedor a aprimorar sua ideia e desenvolver seu negócio.

Ao final, serão selecionados até 50 projetos submetidos por proponentes do Estado de São Paulo, cada um com R$ 80 mil em subvenção econômica, além de outros benefícios oferecidos pelos parceiros do programa. Ao longo do primeiro ano, os projetos selecionados passarão por uma etapa de acompanhamento com suporte e capacitação para transformar suas ideias em negócios de sucesso.

Votuporanga decreta epidemia de dengue

Com uma média de 30 novos casos diários de dengue, a cidade de Votuporanga, no interior de São Paulo, decretou estado de epidemia.

Desde janeiro, a cidade de cerca de 96 mil habitantes já registrou 3.040 casos de dengue e outros 1.830 estão em investigação. No mesmo período, dois óbitos foram confirmados no município: dois homens, um de 75 anos e outro de 59 anos, que tinham comorbidades.

A dengue é uma doença causada por um vírus e transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.

Com o decreto publicado na segunda-feira, (4) no Diário Oficial, o município poderá agilizar os processos de compra e de contratação de pessoal ou de equipamentos para reforçar as ações de combate à dengue.

O decreto também notifica os proprietários de imóveis a realizarem a limpeza de seus terrenos, jardins e calçadas no prazo de 30 dias, com obrigação de remover todo e qualquer tipo de resíduo que possa virar criadouro de animais ou insetos nocivos ao ser humano. Quem descumprir a medida será multado. O decreto tem validade de 180 dias.

Outra cidade no interior de São Paulo que vem registrando muitos casos de dengue neste início de ano é São José do Rio Preto. A cidade recebeu 5.958 notificações de dengue até este momento sendo que, desse total, 2.741 casos foram confirmados. São José do Rio Preto também confirmou duas mortes pela doença no mês de fevereiro.

Já na cidade de São Paulo foram confirmados 1.070 casos até o dia 30 de março, sem óbitos. No ano passado, nesse mesmo período, a capital confirmava 825 casos de dengue, também sem registro de mortes.

Em todo o estado de São Paulo, já foram confirmados 24,9 mil casos de dengue e 11 óbitos entre os meses de janeiro e março deste ano, segundo a Secretaria estadual da Saúde. Em 2021, nesse mesmo período, foram contabilizados 43,2 mil casos de dengue e 16 óbitos.

No três primeiros meses do ano, foram registrados 80 casos de chikungunya em todo o estado paulista, sem mortes. No ano passado, entre janeiro e março, foram confirmados 5,7 mil casos e três mortes.

Segundo o último boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, o Brasil já registrou 258.917 casos prováveis de dengue entre os dias 2 de janeiro e 26 de março, o que representou um aumento de 72,1% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Votuporanga é o quarto município do Brasil com o maior número de casos de dengue, atrás de Goiânia, Brasília e Palmas. Já a cidade de São José do Rio Preto aparece na quinta colocação. Desde o início deste ano, o ministério confirmou 70 óbitos por dengue.

Dengue, zika e chikungunya são doenças transmitidas pelo mesmo mosquito e têm sintomas semelhantes como febre, dor de cabeça e manchas vermelhas pelo corpo.

Alguns poucos sintomas diferenciam uma doença da outra. No caso da dengue, costuma haver uma dor atrás dos olhos. Já a chikungunya pode provocar dor e inchaço nas articulações. A zika, por sua vez, pode causar febre baixa e vermelhidão nos olhos.

Para combater o mosquito transmissor dessas três doenças, as pessoas devem manter os ambientes e recipientes limpos e sem acúmulo de água. As principais medidas de prevenção são: deixar a caixa d'água bem fechada e realizar a limpeza regularmente; retirar dos quintais objetos que acumulam água; cuidar do lixo, mantendo materiais para reciclagem em saco fechado e em local coberto; e eliminar pratos de vaso de planta ou usar um pratinho que seja mais bem ajustado ao vaso. (Agência Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Brasil volta a ter mais de 65 milhões de inadimplentes

O Brasil registrou 65,2 milhões de consumidores inadimplentes em fevereiro, divulgou na terça-feira (5) a Serasa. Essa marca não era atingida desde maio de 2020, no início da pandemia da covid-19. Esses cidadãos têm R$ 263,4 bilhões em dívidas negativadas (em atraso).

Apenas em fevereiro, o número de inadimplentes subiu 0,54%. Cada brasileiro deve, em média, R$ 4.042,08. A estatística se baseia no fato de que cada número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) tem, em média, 3,4 dívidas ativas.

Em relação ao perfil dos inadimplentes, os homens representam 50,2% dos devedores, contra 49,8% das mulheres. Na divisão por faixa etária, a maior parte tem entre 26 e 40 anos de idade (35,3%), seguida pela faixa de 41 a 60 anos de idade (34,9%).

Evolução

O total de consumidores inadimplentes vinha caindo desde abril de 2021, mas está em alta contínua desde outubro do ano passado. De acordo com a Serasa, as recentes altas na taxa de juros, que encarece o crédito, e o desemprego ainda elevado, são as principais causas para o aumento da inadimplência.

A queda na renda média do trabalhador também afeta o pagamento de dívidas. Mesmo com a recuperação gradual do mercado de trabalho nos últimos meses, grande parte das pessoas estão encontrando empregos que pagam menos que o anterior, o que aumenta a dificuldade em quitar débitos em atraso.

Entre os tipos de dívidas em situação de inadimplência em fevereiro, segundo a Serasa, 28,6% vêm de débitos com o cartão de crédito. Em segundo lugar, estão as dívidas com contas domésticas (água, luz e gás), que respondem por 23,2%. Em terceiro, estão os gastos no comércio varejista, que totalizaram 12,5%. (Agencia Brasil)

Indicador de emprego da FGV registra menor nível desde agosto de 2020

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), ficou praticamente estável de fevereiro para março, com uma variação negativa de 0,1 ponto. Com o resultado, o Iaemp chegou a 75 pontos, o menor nível desde agosto de 2020, que registrou 74,8 pontos.

O indicador apresenta queda há quatro meses consecutivos, de acordo com a FGV.

O Iaemp busca antecipar tendências do mercado de trabalho, com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e serviços.

Dos sete componentes do Iaemp, quatro apresentaram queda. Os principais destaques negativos foram a tendência dos negócios da indústria nos próximos seis meses e o emprego local futuro do consumidor.

Já a situação atual dos negócios de serviços contribuiu favoravelmente com 1 ponto. (Agencia Brasil)

Prazo para entrega da declaração do IR é prorrogado para 31 de maio

A Receita Federal prorrogou para o dia 31 de maio de 2022 o prazo final para a entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, que tem como base os rendimentos obtidos no ano de 2021.

A nova data consta da Instrução Normativa nº 2.077, publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (5). O prazo previsto anteriormente era 29 de abril.

De acordo com a Receita, objetivo da prorrogação é diminuir eventuais efeitos da pandemia da covid-19 que possam dificultar o preenchimento e envio das declarações, "visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados".

Até o final de março, a Receita Federal contabilizava quase 6 milhões de declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (IPRF) entregues. A expectativa é de que 34,1 milhões sejam enviadas até o final do prazo.

De acordo com as regras, estão obrigadas a apresentar a Declaração de Ajuste Anual os cidadãos que tiveram, em 2021, rendimentos tributáveis com valor acima de R$ 28.559,70.

A Instrução Normativa mantém o cronograma para a restituição dos cinco lotes aos contribuintes. O primeiro está previsto para 31 de maio. Os segundo e terceiro lotes serão restituídos no dia 30 de junho e de julho. O quarto lote está previsto para 31 de agosto; e o quinto, para 30 de setembro. (Agencia Brasil)

Governo vai leiloar 20 imóveis em 9 estados e no Distrito Federal

O Ministério da Economia colocou à venda 20 imóveis pertencentes à União, que poderão ser comprados em leilões que serão realizados este mês. Localizados em nove estados e no Distrito Federal, os imóveis têm valores que oscilam entre R$ 38,5 mil e R$ 17,25 milhões. No total, os bens estão avaliados em R$ 67,5 milhões. Os interessados devem enviar as ofertas eletronicamente, por meio do portal VendasGov.

As ofertas são para terrenos, fazendas, casas e apartamentos situados em São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal, Santa Catarina, Roraima, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará, Bahia e Mato Grosso.

Os editais, as fotos dos imóveis e outros detalhes estão disponíveis no portal VendasGov. Como o processo é virtual, as ofertas podem ser apresentadas até as 14h59 do dia da sessão pública. As sessões públicas são realizadas sempre às 15 horas e a oferta de maior valor vence a concorrência.

"Entretanto, para ocorrer a validação, é necessário anexar o comprovante de pagamento da caução, equivalente a 5% do valor do imóvel, que deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, conforme edital. Caso a proposta apresentada não seja a vencedora, a caução é integralmente devolvida. Para registrar as ofertas é necessário possuir o cadastro único no portal GOV.BR, que possibilita acesso às páginas do governo federal", informou o Ministério da Economia.

Acrescentou que sete imóveis estão à venda por terem recebido Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI), mecanismo que permite que pessoas físicas ou jurídicas apresentem ofertas de compra para adquirir qualquer imóvel da União. Outros 13 ativos, que não receberam proposta de aquisição, também podem ser arrematados. (Agencia Brasil)

Fevereiro registra 78,2 milhões de usuários de planos de saúde

Os planos de saúde registraram a adesão de 78,2 milhões de beneficiários em fevereiro, sendo 49,04 milhões em planos de assistência médica e 29,2 milhões em planos exclusivamente odontológicos. A informação foi divulgada na terça-feira (5) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em relação a fevereiro do ano passado, o número de beneficiários nos planos médico-hospitalares evoluiu 3,06%, ou o correspondente a mais 1,4 milhão de beneficiários. Na comparação com janeiro de 2022, o crescimento foi de 71,9 mil usuários, com 19.587 planos ativos. Já nos planos exclusivamente odontológicos, houve expansão em um ano de 2,3 milhões de beneficiários, o que representa aumento de 8,60% no período. Comparativamente ao mês anterior, o total de usuários foi acrescido de 104.065 novos beneficiários, com 4.598 planos ativos.

Por tipo de contratação, os planos coletivos superaram os planos individual ou familiar nas duas modalidades de usuários, com 40,094 milhões de beneficiários de assistência médica e 24,1 milhões de usuários de planos exclusivamente odontológicos.

Nos estados, no comparativo com fevereiro de 2021, o setor registrou evolução de beneficiários em planos de assistência médica em 26 unidades federativas, sendo São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina os que tiveram o maior ganho em números absolutos. Entre os odontológicos, 25 estados registraram crescimento no comparativo anual, com São Paulo, Minas Gerais e Paraná mostrando maior aumento. (Agencia Brasil)

Assaltos a bancos caem 36% em 2021, diz Febraban

O número de assaltos e tentativas de assaltos a agências bancárias caiu 36,2% em 2021 na comparação com o ano anterior, passando de 58 para 37 ocorrências. A informação foi divulgada na terça-feira (5) pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com base em um levantamento feito com 17 instituições financeiras, que representam juntas 90% do mercado bancário do país.

As ocorrências de ataques a caixas eletrônicos também apresentaram queda na comparação entre os dois anos, passando de 434 para 266 notificações, o que representou recuo de 38,7%.

Em 21 anos, o número de ocorrências de assaltos a banco caiu 98%. Já os ataques a caixas bancários vêm registrando tendência de queda há sete anos. Em 2014, esse tipo de ataque registrou o pico, com 3.584 ocorrências. Comparando os números de 2014 e 2021, o recuo foi de 92,5%.

"O setor bancário está fortemente empenhado em ações tecnológicas e novos produtos que reduzem a necessidade do uso de dinheiro em espécie e em grandes quantias, o que tem sido fundamental para desestimular as ações criminosas, das quais os bancos também são vítimas", disse o presidente da Febraban, Isaac Sidney.

Segundo a entidade, para impedir os crimes, os bancos brasileiros têm investido R$ 9 bilhões ao ano em segurança, o triplo do que era gasto há dez anos. Os bancos também têm investido em canais digitais, o que reduz a necessidade de manuseio de dinheiro em espécie pelo cliente nas agências. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Presidente do Peru suspende toque de recolher em Lima

O presidente peruano, Pedro Castillo, suspendeu na tarde da terça-feira (5) uma ordem de toque de recolher após um desafio generalizado nas ruas, em meio à disseminação de protestos contra o aumento dos preços de combustíveis e fertilizantes desencadeado pelo conflito na Ucrânia.

"Devo anunciar que a partir deste momento vamos cancelar o toque de recolher", disse Castillo em uma reunião com o Congresso. "Apelamos agora ao povo peruano para manter a calma."

Castillo emitiu um toque de recolher repentino minutos antes da meia-noite de segunda-feira, ordenando que os moradores de Lima ficassem em casa entre as 2h e as 23h59, em uma tentativa de conter protestos em todo o país por causa do aumento dos preços.

Mas o toque de recolher desencadeou uma nova crise para o governo Castillo, com milhares de pessoas indo às ruas para desafiar a medida. Ele interrompeu o toque de recolher logo após as 17h no horário local.

Os novos protestos de terça-feira se somaram a uma crise mais ampla que começou há uma semana no Peru devido à inflação crescente, que abalou Castillo poucos dias depois de ele sobreviver a uma tentativa de *impeachment*.

Os protestos se tornaram cada vez mais violentos e pelo menos quatro pessoas foram mortas, disse o governo mais cedo.

As sanções ocidentais à Rússia reduziram o fornecimento de petróleo e fertilizantes, prejudicando economias emergentes frágeis como o Peru. Como muitos países, o Peru lutava contra a alta inflação antes do início da guerra, mas o conflito acelerou um aumento no preço dos alimentos, combustíveis e outros itens essenciais. A inflação de março do Peru, de 1,48%, foi a mais alta em 26 anos.

O governo disse repetidamente, sem fornecer provas, que o toque de recolher era necessário para evitar saques. (Agencia Brasil)

Zelenskiy questiona Conselho de Segurança da ONU na manutenção da paz

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskiy, discursou na terça-feira (5) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), por videoconferência. Zelenskiy denunciou assassinatos e estupros de civis na cidade de Bucha e criticou duramente o Conselho de Segurança por não garantir a paz no mundo. Ele disse que são necessárias mudanças no sistema de segurança mundial e propôs uma conferência global.

"Onde está o Conselho de Segurança? Onde está a paz que ele deve manter? Onde estão as garantias que as Nações Unidas precisam dar? É óbvio que as principais instituições do mundo, que deveriam assegurar a punição de um agressor, simplesmente não funcionam efetivamente. O mundo pode ver o que os militares russos fizeram em Bucha enquanto ocupavam a cidade. Mas o mundo ainda precisa ver o que eles fizeram em outras cidades ocupadas", disse.

Horas antes de participar da reunião do Conselho de Segurança, Zelenskiy estava na cidade de Bucha, onde foram encontrados corpos amarrados e com tiros à queima-roupa, uma vala comum e outros sinais de execuções, depois que tropas russas deixaram a região.

Zelenskiy afirmou que não há um crime sequer que os russos não tenham cometido. "Além de matar todo e qualquer um que estivesse servindo para defender nosso país, também assassinaram as pessoas fora de suas casas, famílias inteiras, adultos, crianças. Alguns deles foram atingidos nas estradas, outros foram jogados em poços, e morreram em sofrimento. Foram mortos dentro de apartamentos, de casas, com granadas explodindo. Civis foram atropelados por tanques quando tentavam fugir em seus carros no meio da estrada. Apenas por divertimento cortaram membros, cortaram as gargantas, mulheres foram estupradas e mortas na frente de seus filhos, e suas línguas foram cortadas", denunciou Zelenskiy.

O presidente ucraniano acusou a Rússia de provocar o caos político em diversos países e a crise de alimentos no mundo. Ele também relembrou o artigo 1, capítulo 1°, da Carta das Nações Unidas que versa sobre os propósitos da Organização.

"É manter a paz e garantir que a segurança seja aplicada. A Carta da ONU está sendo violada, literalmente. Estamos vendo os crimes de guerra mais terríveis de todos os tempos, desde o final da Segunda Guerra Mundial. As tropas russas estão deliberadamente destruindo as cidades ucranianas, transformando tudo em cinzas através de seus ataques aéreos, estão provocando a fome, atacando comboios de civis, os abrigos onde os civis estavam se escondendo dos ataques, piorando as condições dentro dos territórios ocupados, para que o máximo de civis sejam mortos. O massacre na cidade de Bucha é apenas um".

Zelenskiy disse também que os russos vão dizer que os corpos foram jogados ali, que foi uma encenação, mas afirmou que estamos em 2022, e que a Ucrânia tem provas claras, tem imagens de satélite e interesse em dar acesso máximo aos jornalistas. E pediu uma investigação independente e transparente e a punição dos responsáveis. (Agencia Brasil)

Comissão do Senado aprova indicações para agências reguladoras

Em esforço concentrado, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou na tarde da terça-feira (5) nomes indicados pelo governo federal para compor a diretoria de quatro agências reguladoras: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Mineração (ANM) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As indicações agora vão para votação em plenário para que sejam efetivadas.

Para compor o conselho diretor Anatel, os senadores da comissão aprovaram os nomes Carlos Manuel Baigorri, indicado para a presidência, e Artur Coimbra de Oliveira, para a vaga do próprio Baigorri como membro titular do conselho. O nome de Baigorri foi aprovado de forma unânime, com 20 votos a favor. Oliveira recebeu 18 votos favoráveis e dois contrários.

Durante sua sabatina na comissão, Carlos Baigorri afirmou que a Anatel tem atuado de forma a fomentar a concorrência e o surgimento de novas empresas na área de internet. Ele destacou que a previsão é de que todos os municípios brasileiros tenham acesso à internet 5G até o ano de 2029. Baigorri disse que vai trabalhar para integrar as ações do governo em prol das políticas públicas que busquem oferecer uma conexão de qualidade.

Em seu parecer, a senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) destacou que Baigorri construiu carreira voltada ao setor de telecomunicações, iniciando sua trajetória em maio de 2007 como analista de informações setoriais da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), onde permaneceu até dezembro de 2009. Ingressou no setor público ainda em 2009, mediante aprovação, em primeiro lugar, na carreira de especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da Anatel, sendo servidor efetivo da agência reguladora.

Carlos Manuel Baigorri é natural da cidade de Saint Louis, no estado do Missouri, nos Estados Unidos, e possui cidadania brasileira. Graduou-se em ciências econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 2006, e em política e estratégia pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 2014. Obteve os títulos de mestre em economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 2009, e o de doutor em economia de empresas pela mesma universidade, em 2014.

Já Artur Coimbra de Oliveira teve sua indicação relatada pelo senador Roberto Rocha (PTB-MA). Se tiver o nome aprovado em plenário, pode ficar no posto até novembro de 2024. Atualmente, Coimbra ocupa o cargo de secretário de Telecomunicações no Ministério das Comunicações. Ele tem 39 anos e é bacharel e mestre em direito pela UnB. Entrou na Anatel por meio de concurso público em 2007.

A comissão também aprovou Mauro Henrique Moreira Sousa para diretor-geral ANM. Roger Romão Cabral e Tasso Mendonça Junior tiveram seus nomes aprovados para as vagas de diretores da mesma agência.

Na Aneel, Sandoval de Araújo Feitosa Neto teve seu nome aprovado para o cargo de diretor-geral. Por fim, a Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou as indicações de Luciano Lourenço da Silva e Robson Crepaldi para, respectivamente, diretor ouvidor da ANTT. (Agencia Brasil)

Servidores da CGU e do Tesouro farão paralisações por reajuste

Os servidores públicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tesouro Nacional farão novas paralisações por reajustes salariais. Os funcionários da CGU cruzarão os braços nesta quarta-feira (6). Os servidores do Tesouro, que pararam no dia 1º e na terça-feira (5), voltarão a paralisar as atividades no dia 13.

As paralisações foram aprovadas em assembleias das duas categorias. No caso do Tesouro, os servidores estão em esquema de operação-padrão desde a semana passada. A divulgação de estatísticas e de pareceres está sendo atrasada, mas os leilões de títulos públicos e as operações de transferência da União para estados e municípios continuam sendo feitos.

Segundo as entidades que representam os trabalhadores da CGU, as perdas salariais chegarão a 40% no fim do ano caso a categoria não tenha a reposição da inflação. No Tesouro Nacional, os servidores pedem reajuste mínimo de 19,9% para todo o órgão e rejeitam a reestruturação de carreiras em apenas alguns setores. Os funcionários do Tesouro pretendem fazer paralisações semanais, mas ainda não decidiram se entrarão de greve.

Na semana passada, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, disse que o reajuste do funcionalismo federal será definido até junho. O prazo para conceder aumentos acima da inflação acabou no dia 2, por causa da lei eleitoral, que proíbe reajustes superiores à inflação até seis meses antes das eleições.

Ainda existe a possibilidade de reposição das perdas com a inflação até 30 de junho. O prazo é determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe a concessão de reajustes nominais nos últimos seis meses de mandato. Nas últimas semanas, o governo tem discutido a possibilidade de conceder um aumento linear de até 5% para todos os servidores do Poder Executivo Federal.

O Orçamento de 2022 tem R$ 1,7 bilhão para reajustes ao funcionalismo. Em dezembro, o presidente Jair Bolsonaro tinha falado que pretendia usar o dinheiro para elevar os salários dos agentes federais de segurança, mas em janeiro disse que as categorias que poderiam ter o reajuste ainda não estavam definidas.

O Ministério da Economia e a CGU informaram que não vão se manifestar sobre as paralisações. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Goodstorage Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.897.459/0001-03

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.737	475	3.864	489
Créditos Diversos	499	11	499	19
Valores a receber de partes relacionadas	2.251	2.248	2.233	2.222
Projetos em andamento	28	112	28	112
Tributos a Recuperar	127	80	177	136
Despesas antecipadas	178	39	182	39
Estoques	–	–	106	66
Total do ativo circulante	**6.820**	**2965**	**7.087**	**3.082**
Não circulante				
Investimento em Controlada	183	63	–	–
Imobilizado	839	503	839	503
Intangível	234	7	234	7
Ativos de direito de uso (arrendamento)	351	438	351	438
Total do ativo não circulante	**1.607**	**1.011**	**1.424**	**948**
Total do ativo	**8.427**	**3.976**	**8.512**	**4.030**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	405	315	426	342
Passivo de arrendamento mercantil	137	134	137	134
Valores a pagar para partes relacionadas	–	–	2	–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.448	1.458	3.448	1.468
Obrigações tributárias	12	51	14	52
Adiantamento de clientes	–	–	61	–
Provisão para demandas udiciais	30	30	30	30
Outros passivos	17	16	17	32
Total do passivo circulante	**4.049**	**2.004**	**4.134**	**2.058**
Não circulante	–	–	–	–
Passivo de arrendamento mercantil	191	293	191	293
Total do passivo não circulante	**191**	**293**	**191**	**293**
Patrimônio líquido				
Capital social	41.706	31.262	41.706	31.262
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.098	2.444	3.098	2.444
Prejuízos acumulados	(40.617)	(32.027)	(40.617)	(32.027)
Total do patrimônio líquido	**4.187**	**1.679**	**4.187**	**1.679**
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.427**	**3.976**	**8.512**	**4.030**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**24.412**	**3.619**	**(27.750)**	**241**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	5.675	–	5.675
Aumento de capital	6.850	(6.850)	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(4.236)	(4.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**31.262**	**2.444**	**32.026**	**1.679**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	11.098	–	11.098
Aumento de capital	10.444	(10.444)	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(8.591)	(8.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**41.706**	**3.098**	**(40.617)**	**4.187**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	–	–	**94**	**64**
Custo de Operações	–	–	**(40)**	**(32)**
Lucro bruto	–	–	**54**	**32**
Despesas operacionais				
Despesa com ocupação	328	(142)	328	(142)
Despesa com pessoal	(6.486)	(3.048)	(6.493)	(3.093)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.580)	(553)	(1.629)	(608)
Depreciação e Amortização	(291)	(241)	(291)	(241)
Despesas Tributárias	(33)	(14)	(36)	(13)
Outras despesas	(399)	(62)	(370)	(62)
Resultado da Equivalência Patrimonial	9	(81)	–	–
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(8.451)**	**(4.141)**	**(8.437)**	**(4.127)**
Resultado financeiro líquido	**(140)**	**(98)**	**(153)**	**(112)**
Receitas financeiras	9	2	9	2
Despesas financeiras	(149)	(100)	(161)	(114)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(8.591)**	**(4.239)**	**(8.589)**	**(4.239)**
Impostos IRPJ e CSLL	–	–	(2)	–
Prejuízo do exercício	**(8.591)**	**(4.239)**	**(8.591)**	**(4.239)**

Demonstrações Do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(8.591)	(4.239)	(8.591)	(4.239)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(8.591)**	**(4.239)**	**(8.591)**	**(4.239)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(8.591)**	**(4.239)**	**(8.589)**	**(4.239)**
Ajustes para:				
Resultado da Equivalência Patrimonial	#N/D	81	–	–
Depreciação e amortização	#N/D	241	#N/D	241
Provisão contingências trabalhistas	–	30	–	30
Provisão para participação nos Lucros	2.364	477	2.348	477
Variações nas contas de ativo e passivo				
Créditos Diversos	(488)	42	(480)	38
Valores a receber de partes relacionadas	(3)	(615)	(11)	(620)
Projetos em andamento	84	374	84	374
Tributos a Recuperar	(47)	(15)	(41)	(48)
Despesas Antecipadas	(139)	(28)	(143)	(28)
Estoques	–	–	(40)	29
Fornecedores	90	(249)	84	(227)
Valores a pagar para partes relacionadas	–	–	2	(12)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(39)	37	(40)	37
Demandas judiciais	(374)	(1.169)	(368)	(1.168)
Outros passivos	–	30	–	30
Adiantamento de clientes	8	13	(8)	10
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**–**	**61**	**–**	**61**
Juros pagos (nota explicativa nº 8 (iii))	**#N/D (4.990)**		**#N/D (5.076)**	
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	(46)	(26)	(46)	(26)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**#N/D (5.016)**		**#N/D (5.102)**	
Investimento em Controlada	#N/D	(94)	–	–
Aições de imobilizado	(483)	(55)	(483)	(55)
Adições de intangível	(244)	(3)	(244)	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**#N/D**	**(152)**	**(727)**	**(58)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de passivos de arrendamento	(100)	(125)	(100)	(125)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.098	5.675	11.098	5.675
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**10.997**	**5.550**	**10.997**	**5.550**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	#N/D	382	#N/D	390
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	475	93	489	99
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.737	475	3.864	489
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3.262	382	3.375	390

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 17 de setembro de 2013, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na cidade de São Paulo, SP, Brasil. A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (ii) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima. A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto do grupo empresarial Goodstorage, fornecendo atividades de gestão e administração das negócios para as empresas do Grupo. Além do rateio das despesas entre as empresas do Grupo, a Companhia conta com o suporte financeiro de seu acionista controlador por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital e aumentos de capital social para fornecer os recursos necessários para a continuidade de suas atividades operacionais, entre outras: (a) o pagamento de fornecedores; (b) a manutenção das despesas de forma geral; e (c) os dispêndios futuros necessários para a continuidade da Companhia. **Apresentação das demonstrações financeiras e Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências significativas sobre a continuidade das operações da Companhia, aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 18 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Goodstorage Holding Participações S.A.** São Paulo - SP – Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Goodstorage Holding Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações adicionais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Goodstorage Holding Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades das auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente de distorção relevante, quer seja causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluisive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Querodia – CRC 1SP 294.059/O-8

Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda

CNPJ/MF sob o nº 51.218.220/0001-27
Edital de Convocação

Ficam os sócios da **Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda**, nos termos dos artigos 1.072 e 1.152 do Código Civil, convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 20 de abril de 2022, tendo início às 10h00min em primeira convocação e às 10h30min em segunda convocação, na sede do escritório do Brigatti Sociedade de Advogados, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 10º andar, conjunto 1001, Brooklin Novo, São Paulo-SP, CEP 04578-910, para deliberarem sobre: (i) aprovação do rateio dos débitos da Sociedade, resolvidos primeiramente entre os Sócios Sergio Candia, Ana Cristina Marranda, Jayme Murahovschi, Regina Leonor Menezes Lima de Sousa e Wania Bichara de Freitas, para os demais Sócios não participantes da quitação; (ii) aprovação da alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade de acordo com o novo Código Civil e aprovação da minuta do Contrato Social; (iii) liquidação e dissolução da Sociedade, que se encontra há mais de 11 (onze) anos sem movimentação; (iv) aprovação da minuta do Distrato Social; e (v) outros itens de interesse da sociedade. São Paulo, 5 de abril de 2022, Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda., **Sergio Candia** - Sócio Administrador.

Fast Notas Software de Gestão Ltda.

CNPJ/MF nº 26.610.855/0001-28 - NIRE nº 35.230.269.120
Extrato da 9ª (Nona) Alteração e Distrato do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **Vindi Tecnologia e Marketing S/A**, CNPJ/MF nº 18.881.804/0001-02, JUCESP NIRE 35.300.490.240, com sede social em São Paulo/SP, representada pelos Srs. Rafael Chamas Alves, RG nº 43.667.009 SSP/SP, CPF/ME nº 327.106.788-02; e Rodrigo Dantas Santos, RG nº 28.311.516-6 SSP/SP, CPF/ME nº 220.174.318-50, única sócia ora em fase de dissolução, tem, por justo, dissolver o Contrato Social, conforme disposto no §3º, do Artigo 1.072, do Código Civil, passando-se a observar os seguintes termos e condições: [1.1] A Sócia resolve, dissolver esta inoperante Sociedade, com base no balancete mensal levantado em 30.11.2021 *pp*; habitualmente esta Sociedade possui ordinárias ativos a realizar e passivos a serem liquidados que, saldadas todas suas lícitas obrigações e eventualmente, remanescendo saldo positivo, os mesmos poderão ser vertidos para sua Sócia que, declara que a sociedade possui Patrimônio Líquido apurado igual a zero. [1.2] a Sócia distrata e promove a liquidação, neste ato, da Sociedade. Desta forma as 495.687 quotas, em que o capital social de R$495.687,00 são, declaradas extintas. [1.3] Autoriza administradores a tomarem todas as providências necessárias para sua referida extinção. Consigna-se, ainda, que estará extinta de pleno direito a Sociedade. [1.4] A Sociedade e a Sócia outorgam, neste ato, a mais plena, quitação. [1.5] Nomeado o Diretor de "Grupo B" o Sr. Rodrigo Dantas Santos, brasileiro, solteiro, publicitário, RG nº 28.311.516-6 SSP/SP, CPF/ME nº 220.174.318-50, como liquidante responsável pela Sociedade distratada/extinta. [2.1] Elege-se o Foro Central da Comarca do Município de São Paulo/SP, como único competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste ato de distrato no qual a controladora/consolidadora do grupo econômico de empresas (ou seja, a companhia Locaweb Serviços de Internet S.A. – CNPJ/ME nº 02.351.877/0001-52) encontra-se vinculada nos termos do "Novo Mercado" da [B3]/CVM. [2.2] Nada mais. São Paulo/SP, 21.12.2021. Sócia responsável: Vindi Tecnologia e Marketing S/A por Rafael Chamas Alves/Diretor e Rodrigo Dantas Santos/Diretor. Administradores da Sociedade (até então e ora também anuentes/remunerantes ato continua): Diretoria - "Grupo A": Fernando Biancardi Cime e Rafael Chamas Alves. Diretoria - "Grupo B": Rodrigo Dantas Santos e Reginaldo Dutra. Advogada: Aline Silva Rutman Goldsztejn - OAB/SP 210.725. JUCESP nº 51.237/22-2 em 31.01.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vindi Eventos e Conteúdo Ltda.

CNPJ/MF nº 31.203.638/0001-53 - NIRE nº 35.225.321.850
Extrato da 5ª Alteração e Distrato do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **Vindi Tecnologia e Marketing S/A**, CNPJ/ME 18.881.804/0001-02, JUCESP NIRE 35.300.490.240, com sede em São Paulo/SP, representada, Rafael Chamas Alves, RG 43.667.009 SSP/SP, CPF/ME 327.106.788-02; e, Rodrigo Dantas Santos, RG 28.311.516-6 SSP/SP, CPF/ME 220.174.318-50, única sócia ora em fase de dissolução tem, por justo e sem qualquer ressalva, dissolver o Contrato Social, conforme disposto no §3º, do Artigo 1.072, do Código Civil, passando-se a observar os seguintes termos e condições: **[1.1]** A Sócia resolve, dissolver esta Sociedade, com base no balancete mensal levantado em 30.11.2021 *pp* habitualmente esta Sociedade possui ordinários ativos a realizar e passivos a serem liquidados que, saldadas prioritariamente todas suas lícitas obrigações e, eventualmente, remanescendo saldo positivo, os mesmos poderão ser vertidos para sua Sócia que, declara que a sociedade possui Patrimônio Líquido apurado igual a zero. **[1.2]** a Sócia distrata e promove a liquidação, neste ato, da Sociedade. Desta forma, as 5.000 quotas, em que o capital social de R$5.000,00 são, declaradas extintas. **[1.3]** Autoriza administradores a tomarem todas as providências necessárias para sua referida extinção. Consigna-se, ainda, estará extinta de pleno direito a Sociedade. **[1.4]** A Sociedade e a Sócia outorgam, neste ato, a mais plena, ampla, geral, irrestrita e irretratável quitação. **[1.5]** Nomeado o Diretor de "Grupo B" o Sr. Rodrigo Dantas Santos, brasileiro, solteiro, publicitário, RG 28.311.516-6 SSP/SP, CPF/ME 220.174.318-50, como liquidante responsável pela Sociedade distratada/extinta. **[2.1]** Elege-se o Foro Central da Comarca do Município de São Paulo/SP, como o competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste ato de distrato no qual a controladora/consolidadora do grupo econômico de empresas (ou seja, a companhia Locaweb Serviços de Internet S.A. – CNPJ/ME nº 02.351.877/0001-52) encontra-se vinculada nos termos do "Novo Mercado" da [B3]/CVM. **[2.2]** Nada mais. São Paulo/SP, 21.12.2021. Sócia responsável: Vindi Tecnologia e Marketing S/A por Rafael Chamas Alves/Diretor e Rodrigo Dantas Santos/Diretor. Administradores da Sociedade (até então e ora também anuentes/remunerantes ato continua): Diretoria - "Grupo A": Fernando Biancardi Cime e Rafael Chamas Alves. Diretoria - "Grupo B": Rodrigo Dantas Santos e Reginaldo Dutra. Advogada: Aline Silva Rutman Goldsztejn - OAB/SP 210.725. JUCESP nº 51.237/22-2 em 31.01.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PLANETA SECURITIZADORA S.A.

(nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.)
Companhia Aberta – CNPJ/ME nº 07.264.380/0001-40 – NIRE nº 35.300.369.149

Edital de Convocação de Reabertura da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A., instalada em 16 de março de 2022, Reaberta e Suspensa em 24 de março de 2022.

A Planeta Securitizadora S.A. (nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.) ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio Diversificados da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRA", respectivamente), convoca os Srs. Titulares dos CRA da Emissão ("Titulares dos CRA"), **a reunirem-se para reabertura da Assembleia Geral de Titulares dos CRA** ("Reabertura"), aberta em 16 de março de 2022 às 14h e suspensa pelo mesmo dia presente, reaberta no dia 24 de março de 2022 às 14hs, onde foi novamente suspensa pelos presentes, e será reaberta, no dia **24 de maio de 2022 às 14hs de forma exclusivamente digital**, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("CVM 625"), por meio do seguinte endereço abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: (i) Aprovar a não liquidação do Patrimônio Separado dos CRA, na forma das cláusulas 6.3 e 10.1, item (vii) do Termo de Securitização, em razão da inobservância do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a formalização, pela Emissora, do adiantamento ao Fiador de Securitização, tendo em vista a utilização dos recursos existentes na Conta Emissão para a aquisição de novos Direitos Creditórios do Agronegócio a fim de vincuká-los aos CRA, em substituição aos lastros quitados, observando os critérios dispostos na Cláusula Sexta – Da Renovação ("3º Aditamento para formalização dos Novos Direitos Creditórios – Lastro"); (ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, ratificar utilização, pela Emissora, dos recursos existentes na Conta Emissão para a aquisição de novos Direitos Creditórios do Agronegócio, que foram vinculados aos CRA em montante e prazo compatíveis para o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração dos CRA, em substituição aos lastros quitados, observando os critérios dispostos na Cláusula Sexta (Da Renovação) do Termo de Securitização e aprovar a concessão de prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da aprovação em Assembleia, para celebração do 3º Aditamento para formalização dos Novos Direitos Creditórios – Lastro; (iii) a ratificação da substituição do **PLANETASERV ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.** (atual denominação da Gaiaserv Assessoria Financeira LTDA.), sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ sob o nº 12.621.628/0001-93, da qualidade de Agente de Cobrança Extrajudicial, pela **PLANETESEC ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051, Inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.136/0001-98, empresas do mesmo grupo econômico, realizado em 01 de janeiro de 2022, a qual assumiu todas as obrigações e responsabilidades ao acordados no Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Direitos Creditórios do Agronegócio e Cobrança Extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos e outras Avenças ("Contrato de Cobrança Extrajudicial"), celebrado entre a Emissora, o Agente de Cobrança Extrajudicial e a Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Nufarm") no âmbito da Emissão, com todos seus atos praticados até a data da Assembleia; (iv) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar a alteração dos documentos da operação, conforme pertinência, para padronização dos conceitos de acordo com o deliberado na presente assembleia, Em conformidade com a ICVM 625, o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aquelles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para assembleias@planetasec.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Reabertura, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Reabertura, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previ

VOTORANTIM

VOTORANTIM S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., às Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do resultado abrangente e Notas explicativas. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.036.344	200.485
Aplicações financeiras		162.074	1.732.136
Contas a receber de clientes		37.730	36.221
Instrumentos financeiros derivativos - *put option*		4.704.450	
Tributos a recuperar		767.748	465.695
Dividendos a receber		965.195	186.217
Outros ativos		350.580	52.559
		8.024.121	2.673.313
Ativos classificados como mantidos para venda		99.853	
		8.123.974	**2.673.313**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros - ações		2.780.634	2.589.678
Instrumentos financeiros derivativos - *put option*			251.765
Tributos a recuperar		159.426	159.397
Partes relacionadas		62.098	108.724
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4		259.664
Depósitos judiciais		18.298	13.260
Outros ativos		57.899	53.369
		3.078.355	**3.435.857**
Investimentos	3	42.475.381	36.584.188
Imobilizado		337.635	535.122
Intangível		34.074	37.583
Direitos de uso		6.501	7.820
		45.931.946	**40.600.570**
Total do ativo		**54.055.920**	**43.273.883**

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Arrendamento		2.814	1.157
Fornecedores		7.120	5.959
Salários e encargos sociais		98.396	67.801
Tributos a recolher		577.311	7.006
Adiantamento de clientes		15.326	10.611
Dividendos a pagar		1.520.464	
Outros passivos		130.988	163.179
		2.352.419	255.713
Não circulante			
Arrendamento		4.050	7.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4	745.517	
Partes relacionadas		60.951	70.777
Provisões		161.427	149.320
Obrigações a pagar com investidas		713.452	357.068
Outros passivos		104.536	92.385
		1.789.933	**676.737**
Total do passivo		**4.142.352**	**932.450**
Patrimônio líquido			
Capital social		28.656.002	28.656.002
Reservas de lucros		14.735.907	8.802.431
Ajustes de avaliação patrimonial		6.521.659	4.882.700
Total do patrimônio líquido		**49.913.568**	**42.341.433**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**54.055.920**	**43.273.883**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	3 (c)	3.515.503	(1.165.540)
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos		19.575	
		3.535.078	**(1.165.540)**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(257.925)	(271.177)
Outras receitas operacionais líquidas		277.586	447.086
		19.661	**175.909**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**3.554.739**	**(989.631)**
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		110.574	131.933
Despesas financeiras		(50.965)	(188.210)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		4.450.261	(402.865)
Variações cambiais, líquidas		(8.591)	(385.497)
		4.501.279	**(844.639)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**8.056.018**	**(1.834.270)**
Imposto de renda e contribuição social	4 (a)		
Correntes		(567.908)	(36.155)
Diferidos		(1.086.368)	233.043
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**6.401.742**	**(1.637.382)**
Quantidade média ponderada de ações - milhares		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		**350,23**	**(89,58)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas controladores						
			Reservas de lucros				
	Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**28.656.002**	**10.480**	**1.029.599**	**10.124.859**		**1.948.733**	**41.769.673**
Prejuízo do exercício					(1.637.382)		(1.637.382)
Outros componentes do resultado abrangente						2.933.967	2.933.967
Total do resultado abrangente do exercício					**(1.637.382)**	**2.933.967**	**1.296.585**
Dividendos distribuídos				(800.000)			(800.000)
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas				36.480			36.480
Reversão de dividendos e juros sobre capital próprio deliberados				38.695			38.695
Absorção do prejuízo				(1.637.382)	1.637.382		
Total de contribuições e distribuições para acionistas				**(2.362.207)**	**1.637.382**		**(724.825)**
Em 31 de dezembro de 2020	**28.656.002**	**10.480**	**1.029.599**	**7.762.652**		**4.882.700**	**42.341.433**
Em 1º de janeiro de 2021	**28.656.002**	**10.480**	**1.029.599**	**7.762.652**		**4.882.700**	**42.341.433**
Lucro líquido do exercício					6.401.742		6.401.742
Outros componentes do resultado abrangente						1.638.959	1.638.959
Total do resultado abrangente do exercício					**6.401.742**	**1.638.959**	**8.040.701**
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis				1.513.187			1.513.187
Ganho líquido na venda de ações - Companhia Brasileira de Alumínio				342.208			342.208
Ganho na diluição de participação Companhia Brasileira de Alumínio				214.123			214.123
Dividendos distribuídos				(1.017.670)			(1.017.670)
Dividendos mínimos obrigatórios					(1.520.414)		(1.520.414)
Constituição de reservas			320.087	4.561.241	(4.881.328)		
Total de contribuições e distribuições para acionistas			**320.087**	**5.613.089**	**(6.401.742)**		**(468.566)**
Em 31 de dezembro de 2021	**28.656.002**	**10.480**	**1.349.686**	**13.375.741**		**6.521.659**	**49.913.568**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**6.401.742**	**(1.637.382)**
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado		
Atribuíveis a acionistas controladores		
Variação cambial de investidas no exterior	606.177	3.064.582
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	(12.116)	(289.017)
Hedge accounting operacional de controladas	600.890	(635.897)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos	(3.346)	(25.223)
Realização de resultados abrangentes na venda de ações	(264.717)	(173.320)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários	144.584	711.520
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	587.327	425.610
Realização de resultados abrangentes na liquidação de investidas	(19.575)	
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	(27.878)	70
	1.611.346	**3.078.325**
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado		
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	36.880	(169.384)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo	(9.442)	25.026
	27.438	**(144.358)**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**1.638.784**	**2.934.967**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		8.056.018	(1.834.270)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão		15.366	19.996
Equivalência patrimonial	3 (c)	(3.515.503)	1.165.540
Juros, variações monetárias e cambiais		(131.279)	429.892
Constituição de *impairment* de investimentos		826.781	
Ganho líquido na venda de imobilizado		(263.896)	(19.100)
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos		(19.575)	
Constituição de provisões		3.148	31.289
Instrumentos financeiros derivativos		(2.424)	
Ganho líquido na venda de ações detidas na Suzano		(628.644)	(405.399)
Perda na venda de participação na Santa Cruz		4.315	
Perda (ganho) com instrumento financeiro - *put option*		(4.450.261)	402.864
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(22.971)	
Outros ajustes que não impactam caixa			2.741
		(128.925)	**(206.447)**
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Aplicações financeiras		1.660.752	1.226.512
Contas a receber de clientes		(1.509)	
Tributos a recuperar		(302.082)	64.355
Depósitos judiciais		(7.117)	
Demais créditos e outros ativos		47.152	67.623
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		26.936	(4.567)
Salários e encargos sociais		30.595	9.932
Tributos a recolher		411.830	(34.580)
Adiantamento de clientes		4.715	
Demais obrigações e outros passivos		(18.679)	(128.533)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.723.668**	**994.295**
Juros pagos sobre empréstimos			(119.883)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(409.433)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.314.235**	**874.412**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		160.187	
Recebimento líquido pela venda de ações na oferta secundária *e green shoe* - CBA		871.620	
Recebimento (perda) pela venda das ações detidas na Suzano		1.615.000	1.380.399
Recebimento de dividendos		1.153.577	1.156.274
Aquisição de imobilizado		(24.374)	(42.962)
Aumento de capital social em investidas	3 (c)	(2.314.274)	(1.506.974)
Redução de capital social em investidas	3 (c)	392.590	101.461
Partes relacionadas		46.626	46.513
Aquisição de ações da CCR		(1.347.976)	
Aquisição de intangível			(259)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**552.976**	**1.134.452**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de empréstimos e financiamentos			(1.238.047)
Liquidação de contratos de arrendamento		(3.906)	(3.550)
Partes relacionadas		(9.826)	(70.638)
Pagamento de dividendos		(1.017.620)	(600.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.031.352)**	**(2.112.235)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**835.859**	**(103.371)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**200.485**	**303.856**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.036.344**	**200.485**
Principais transações que não afetaram o caixa			
Redução capital Resversas Votorantim - liquidação com terrenos		1.208	
Cisão parcial CBA - liquidação com terrenos		10.597	
Redução capital Votorantim Cimentos - Liquidação com cessão de participação		12.163	
Aumento de capital Votorantim Geração de Energia - com aporte de participação		(12.163)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais: A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, no Brasil, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades. A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais de construção, metais e mineração alumínio, energia, aços longos, imobiliário, agroindústria e finanças.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB)) e interpretação de "IFRIC" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Investimentos: Política contábil: Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) e compreendem suas participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto. Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para serem classificadas como entidades controladas em conjunto, deve existir acordos contratuais que permitam a Companhia controle compartilhado das entidades e direitos aos ativos líquidos das entidades controladas em conjunto, e não direitos aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(a) Composição: O quadro a seguir detalha as principais investidas da Companhia, com sua localização geográfica e segmento de atuação.

	Percentual do capital total	Percentual do capital votante	Localização da sede	Atividade principal
	2021	2020		
Subsidiárias e controladas				
Acergroup S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Acerholding S.A.	80,00	80,00	Argentina	*Holding*
Votorantim FinCO GmbH	100,00	100,00	Áustria	Trading
Citrovita Agro Industrial Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agroindústria
Companhia Brasileira de Alumínio	100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Serviços
Fazenda Bodoquena Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agropecuária
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Serviços
Jaguar Empreendimentos e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
Piratininga Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
Reservas Votorantim Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Proteção ambiental
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votocel Investimentos Ltda.	98,08	98,08	Brasil	*Holding*
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Comércio e Indústria Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Comércio
Votorantim Energia Ltda.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
VP Gestão Ltda.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
St. Helen *Holding* II B.V.	100,00	100,00	Ilhas Cayman	*Holding*
Hailstone Ltd.	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas	*Holding*
Nexa Resources S.A.	64,68	64,68	Luxemburgo	*Holding*
Votorantim RE	100,00	100,00	Luxemburgo	Seguros
Votorantim International CSC. S.A.C.	100,00	100,00	Peru	*Holding*
Janssen Capital B.V.	100,00	100,00	Holanda	Investimentos
Esag *Holdings* Participações S.A.	100,00	100,00	Brasil	*Holding*
Coligadas				
Planihold S.A.	20,76	20,76	Brasil	*Holding*
Controladas em conjunto (Joint ventures)				
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria

(b) Informações sobre outras empresas investidas: Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2021:

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total
Jaguatérica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	216.217	12.424	963	1.765	225.914	9.136	8.234	65	7.206	50%
Acergroup S.A.	11.500	495.828	29	7.062	500.237			(22.237)	189.831	100%
Acerholding S.A.	6.241	373.305	531	323	378.692			(20.520)	142.875	80%
Votorantim FinCO GmbH	26.140	4.116.244	3.211	273.128	3.866.045		(2.142)	302	135.800	100%
Janssen Capital B.V.	3.681.459		13.750		3.667.709		50.796	10.722	32.207	100%
Citrovita Agro Industrial Ltda.	76.525	89.951	11.169	18.540	136.766		23.291	6.296	21.758	100%
Companhia Brasileira de Alumínio	3.744.219	7.497.005	1.816.639	4.923.783	4.500.802	7.382.884	1.007.140	(473.671)	742.946	100%
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	13.313	13.999	3.744		23.568	10.953	(1.549)	828	(1.921)	100%
Fazenda Bodoquena Ltda.	11.568	120.659	11.117	18.499	102.611	42.970	29.678	1.029	19.895	100%
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	1.632	8.400	945		9.087	4.709	(9.494)	55	(9.439)	100%
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliário S.A.	79.203	365.165	5.111		439.257	988	(6.683)	1.585	19.244	100%
Piratininga Participação Ltda.	772	8.303	138	1.548	7.389		3.956	(188)	3.769	100%
Reservas Votorantim Ltda.	1.372	22.021	5.281	8.077	10.035	5.467	(3.945)	(573)	(4.494)	100%
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	7.544	1.798	727	1.578	7.037	1.344	(2.390)	2.845	(1.158)	100%
Votorantim Cimentos S.A.	4.080.964	19.794.751	3.615.427	4.668.872	15.591.416	7.851.108	1.120.448	(322.315)	1.343.650	100%
Votorantim Comércio e Indústria Ltda.	7	43.500			43.507					100%
Votorantim Energia Ltda.	1.892	2.009	594	4.562	(1.255)		(370)	(23)	(393)	100%
Votorantim Finanças S.A. (i)	487.821	6.510.655	118.334	168.413	6.711.729	(34)	(12.185)	(27.135)	671.509	100%
Votorantim Geração de Energia S.A.	124.603	3.509.488	90.058	49.172	3.494.862	37.801	(16.787)	2.640	186.486	100%
Acerías Paz del Río S.A.	1.150.659		1.150.659				234.968		234.968	91%
Hailstone Ltd.							(147)	(28)	(175)	100%
Nexa Resources S.A.	3.277.350	14.413.569	2.325.262	7.413.389	7.952.268	5.322.791	(35.967)	(421.849)	619.688	65%
Votorantim RE	15.126		2.661		12.465	837	(1.062)	(1)	(1.062)	100%
St. Helen Holding II B.V.							(306)		(306)	100%
Votocel Investimentos Ltda.	3.394	56.601	(119)	165.620	(105.506)		(10.980)	15	(10.965)	98%
Votorantim International CSC. S.A.C.	11.478	9.399	11.255	6.180	3.442	24.026	1.094	(389)	497	100%
Esag Holdings Participações S.A.	5	12.610		33	12.582					100%
Coligadas										
Planihold S.A.	433	17.388	18		17.803		(21)	15	228	21%
Controladas em conjunto *(Joint ventures)*										
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.603.035	5.080.585	4.369.230	6.242.813	(1.928.423)	3.953.326	(627.047)	(291.069)	(905.889)	50%

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R$ 495.

(c) Movimentação:

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Variação cambial	*Hedge* de fluxo de caixa	*Hedge Net Investment*	Aumento de capital	Aumento (redução) de capital sem efeito caixa	Baixas	Redução de capital	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Reclassificação para obrigação a pagar com investida	Efeitos IAS 29 - Economias hiperinflacionárias	Ganho (perda) na alteração de participação	Dividendos	Efeitos da aquisição da McInnis	Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo	Benefícios atuariais	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Outros	Saldo no final do exercício
Controladas																				
Acergroup S.A.	434.507	189.831	(45.308)									131.823		(61.619)						649.234
Acerholding S.A.	151.241	114.300	(25.073)									80.774		(18.289)						302.953
Votorantim FinCO GmbH	3.463.707	135.800	266.538																	3.866.045
Janssen Capital B.V.	1.421.679	32.207	235.330			1.978.493														3.667.709
Citrovita Agro Industrial Ltda.	116.562	21.758											116				(1.727)		57	136.766
Companhia Brasileira de Alumínio	3.120.636	662.462		202.685	(41.455)	522	(10.597)	(566.554)	(369.382)				214.123	(43.339)		(21.331)			(2.999)	3.166.102
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	25.488	(1.920)																		23.568
Fazenda Bodoquena Ltda.	86.924	19.896												(3.376)						103.444
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	12.526	(9.439)				6.000														9.087
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	116.794	19.244				310.823								(4.570)					(3.034)	439.257
Piratininga Participação Ltda.	1.991	3.769				1.629														7.389
Reservas Votorantim Ltda.	12.887	(4.494)				2.850	(1.208)													10.035
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	8.195	(1.380)						(6.815)												
Votorantim Cimentos S.A.	12.907.453	1.343.650	346.519		29.339		(12.163)		(2.837)			371.768	(79)	(1.503.258)	1.513.187	(21.331)		(3.346)	5.621	14.974.523
Votorantim Comércio e Indústria Ltda.	63.351																		(19.844)	43.507
Votorantim Energia Ltda.	(2.861)	(394)				2.000														(1.255)
Votorantim Finanças S.A.	5.923.579	671.507		146.456										(29.827)						6.711.715
Votorantim Geração de Energia S.A.	3.141.964	181.930		135.514			12.163	(3.250)					(634)	(143.402)					8.473	3.332.758
Acerías Paz del Río S.A.	796.349	214.297	(150.316)							(889.960)		2.962					26.668			
Hailstone Ltd.	15.142	(175)	(76)					(14.891)												
Nexa Resources S.A.	4.672.512	403.152	100.927	(661)										(121.390)		11.889			(4.288)	5.062.141
Votorantim RE	28.424	(1.062)	917						(15.814)											12.465
St. Helen Holding II B.V.	1.424	(306)	252			77		(1.447)												
Votocel Investimentos Ltda. ("Votocel")	1.756	(10.762)				11.880							(231)				(106.428)			(103.785)
Votorantim International CSC. S.A.C.	11.970	497	(983)						(4.557)					(3.485)						3.442
Esag Holdings Participações S.A.	185						12.397													12.582
	36.534.385	**3.984.368**	**728.727**	**483.994**	**(12.116)**	**2.314.274**	**592**	**(592.957)**	**(392.590)**	**(889.960)**		**587.327**	**213.295**	**(1.932.555)**	**1.513.187**	**(9.442)**	**(81.487)**	**(3.346)**	**(16.014)**	**42.429.682**
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas																				
Planihold S.A.	3.649	47																		3.696
Outros investimentos	46.154	360											(4.565)						4	41.953
	49.803	**407**											**(4.565)**							**45.649**
2021	**36.584.188**	**3.984.775**	**728.727**	**483.994**	**(12.116)**	**2.314.274**	**592**	**(592.957)**	**(392.590)**	**(889.960)**		**587.327**	**208.730**	**(1.932.555)**	**1.513.187**	**(9.442)**	**(81.487)**	**(3.346)**	**(16.010)**	**42.475.331**
2020	**35.903.800**	**(1.137.711)**	**3.245.752**	**(653.810)**	**(289.018)**	**1.537.435**		**(1.007.422)**			**358.492**	**450.891**	**38.115**	**(1.849.226)**		**36.551**	**(158.791)**	**(25.224)**	**134.354**	**36.584.188**
Obrigações a pagar com investidas																				
Citrosuco S.A. Agroindústria	(357.068)	(469.272)	(122.550)	235.438																(713.452)
	(357.068)	**(469.272)**	**(122.550)**	**235.438**																**(713.452)**
2020	**(634.598)**	**(27.829)**	**(211.733)**			**1.639.635**		**(764.051)**			**(358.492)**									**(357.068)**

4. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço ou quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"): Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.056.018	(1.834.270)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.739.046)	623.652
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	1.195.271	(396.284)
Adição de lucros no exterior IN 1520/14		6.488
Outras adições permanentes, líquidas	(110.501)	(36.968)
IRPJ e CSLL apurados	(1.654.276)	196.888
Correntes	(567.908)	(36.155)
Diferidos	(1.086.368)	233.043
IRPJ e CSLL no resultado	(1.654.276)	196.888
Taxa efetiva - %	21%	11%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2021	2020
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	**188.177**	**188.177**
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	688.017	125.807
Provisões referente à processos judiciais	54.932	50.109
Instrumentos financeiros derivativos - *Put option* (i)		455.008
Variação cambial	11.597	19.588
PPR - Provisão de participação no resultado	40.252	28.820
Créditos de liquidação para perda estimada	(281.105)	7.810
Diferimento do ganho de capital na alienação de investimentos, imobilizado ou intangível	(62.089)	(8.213)
Outros créditos	12.198	15.547
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(1.039.604)	
Ajuste a valor justo - operações societárias	(357.892)	(622.989)
Líquido	**(745.517)**	**259.664**
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica		**259.664**
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	**(745.517)**	

(i) Refere-se ao efeito tributário da atualização da *Put option*.

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente:

	2021	2020
**Saldo no início do

continuação

VOTORANTIM S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51

Conselho de Administração

Eduardo Vassimon – Presidente
José Roberto Ermírio de Moraes – Vice-Presidente
Cláudio Ermírio de Moraes | Luís Ermírio de Moraes | Marcelo Medeiros | Marcos Lutz | Oscar Bernardes

Diretoria Executiva

João H. Schmidt - Diretor-Presidente
Glaisy Domingues | Luiz Caruso | Marcio Yamachira | Mateus Gomes Ferreira | Mauro Ribeiro Neto | Sergio Malacrida

Contadora

Eva Maria Andreiu Portulhak - CRC PR 064719/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Aos Administradores e Acionistas **Votorantim S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacional de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Auditor e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras consolidadas:** Conforme descrito na Nota 2.2 (a), a Votorantim S.A. elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas separadamente das demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 29 de março de 2022. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa mais realista para evitar o encerramento de suas operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará uma distorção relevante quando existir. Distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, ou a sobrepujança dos controles internos. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes à auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em operação. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras refletem as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance e da época previstos dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, inclusive as pertinentes à independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de março de 2022

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, foram publicadas na versão online do Jornal O Dia de São Paulo em 06/04/2022.

GAMARO DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A. E CONTROLADAS -

CNPJ: 16.418.362/0001-06

Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Relatório da Administração: Sra. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutares, submetemos à apreciação de vossas senhorias os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Circulante	26.370	42.277	445.204	387.827
Caixa e equivalentes de caixa	12.993	33.934	62.088	183.984
Contas a receber	-	23	109.135	97.901
Imóveis a comercializar	-	-	271.447	100.247
Impostos a recuperar	268	1.094	1.719	3.148
Impostos diferidos	-	-	294	1.305
Dividendos a receber	7.042	7.215	-	-
Adiantamentos	67	11	521	288
Outros ativos circulantes	-	-	-	654
Não circulante	391.279	391.991	676.872	673.620
Contas a receber	-	-	345.781	233.442
Imóveis a comercializar	-	-	57.260	157.141
Impostos a recuperar	1.094	-	6.137	3.487
Depósitos judiciais	322	-	1.437	1.034
Propriedades para investimento	-	-	253.858	263.207
Investimentos	389.249	391.608	1.534	958
Imobilizado	404	173	9.875	13.125
Intangível	210	210	590	1.136
Total do ativo	411.649	434.268	1.112.076	1.061.447
	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Circulante	19.193	15.988	66.441	72.790
Fornecedores	143	-	24.118	22.919
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.085	3.875
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	52	61	4.862	7.026
Tributos de recolhimento diferido	-	-	5.997	3.803
Adiantamentos de clientes	-	-	5.626	13.588
Partes relacionadas	3.800	-	-	512
Dividendos a pagar	15.398	15.919	15.398	15.919
Passivo de arrendamento	-	-	373	374
Provisão para garantia	-	-	960	1.056
Provisão para distrato	-	-	7.022	3.133
Outros passivos circulantes	-	-	-	585
Não circulante	3.503	2.751	241.139	125.661
Fornecedores	-	-	-	472
Empréstimos e financiamentos	-	-	182.800	74.889
Tributos de recolhimento diferido	-	-	21.088	16.963
Adiantamentos de clientes	-	-	21.732	22.102
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	3.503	2.751	9.327	6.989
Provisão para garantia	-	-	4.647	4.246
Passivo de arrendamento	-	-	1.545	-
Patrimônio líquido	388.953	415.529	814.496	862.996
Capital social	343.736	343.668	343.736	343.668
Reserva de capital	2.720	(22.969)	2.720	(22.969)
Reservas de lucros	42.697	94.830	42.697	94.830
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	388.953	415.529	388.953	415.529
Participação de não controladores	-	-	425.543	447.467
Total do passivo e patrimônio líquido	411.649	434.268	1.122.076	1.061.447

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	64.834	67.027	138.160	181.850
outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	64.834	67.027	138.160	181.850
Total do resultado abrangente atribuível a Acionistas controladores	64.834	67.027	64.834	67.027
Participação de acionistas não controladores	-	-	73.326	114.823

Contador: Ricardo Buturi - CRC 1SP267.999/O-5
A Diretoria

GAMARO SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. -

CNPJ: 11.040.348/0001-29

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/21 e 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Relatório da Administração: Sra. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutares, submetemos à apreciação de vossas senhorias os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/21 e 31/12/20.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2019 (reapresentado)	343.668	(27.714)	15.722	36.787	-	368.463	319.353	708.438
Aumento de capital em controlada indireta	-	-	-	-	-	-	61.829	61.829
Venda de investimento em controlada indireta	-	-	-	-	-	-	(69.571)	(69.571)
Resultado de transações com sócios	-	5.345	-	(27.714)	-	(22.369)	38.351	15.982
Lucro líquido do exercício	-	-	-	67.027	-	67.027	114.823	181.850
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	3.351	-	(3.351)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(15.919)	(15.919)	-	(15.919)
Reservas de retenção de lucros	-	-	-	47.757	(47.757)	-	-	-
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	(1.673)	-	(1.673)	(60.091)	(61.764)
Dividendos propostos por controlada	-	-	-	-	-	-	(17.857)	(17.857)
Saldos em 31/12/20	343.668	(22.369)	19.073	75.157	-	415.529	447.467	862.996
Aumento de capital em controlada indireta	68	-	-	-	-	68	-	68
Resultado de transações com sócios	-	25.089	-	(22.369)	-	2.720	-	2.720
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.834	64.834	73.326	138.160
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	3.242	-	(3.242)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(15.398)	(15.398)	-	(15.398)
Reservas de retenção de lucros	-	-	-	46.194	(46.194)	-	-	-
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	(78.800)	-	(78.800)	(95.250)	(174.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	343.736	2.720	22.315	20.182	-	388.953	425.543	814.496

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita operacional líquida	-	-	488.737	483.304
Custos das incorporações, locações e serviços prestados	-	-	(287.771)	(289.205)
Lucro bruto	-	-	201.966	194.099
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	(60)	(56)	(3.502)	(3.742)
Resultado financeiro líquido	1.073	600	7.092	1.919
Lucro antes do IR e da CS	64.834	67.027	184.003	207.612
IR e CS correntes	-	-	(11.749)	(25.034)
IR e CS diferidos	-	-	(4.094)	(728)
Lucro líquido do exercício	64.834	67.027	138.160	181.850
Resultado do exercício atribuído a Acionistas controladores	64.834	67.027	64.834	67.027
Participação de acionistas não controladores	-	-	73.326	114.823
Lucro por ação do capital social - R$	0,1886	0,1950		

Demonstrações do fluxos de caixa - método indireto

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do IR e da CS	64.834	67.027	154.003	207.612
Ajustes: Resultado equivalência patrimonial	(68.426)	(72.896)	-	-
Depreciações e amortizações	108	108	6.230	7.805
Ganho pela venda de investim.	-	(52.159)	-	-
Tributos de recolhimento diferido	-	8.088	-	-
Perda de valor recuperável	-	5.865	-	-
Provisão para perda de créditos esperada e distratos	1.273	(5.042)	(2.840)	-
Ajuste a valor presente	-	8.859	4.259	-
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	752	2.751	2.338	1.727
Provisão (reversão) para garantias	-	305	(733)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	307	2.723	-
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	(2.786)
Lucro do exercício ajustado	(2.732)	(1.737)	179.498	183.671
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	23	182	(123.601)	(42.875)
Imóveis a comercializar	-	-	(71.319)	47.992
Impostos a recuperar	(268)	(25)	196	164
Adiantamentos	(56)	(4)	(233)	770
Depósitos judiciais	(322)	4	(403)	(175)
Demais ativos	-	-	654	(686)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	135	(38)	727	(1.199)
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	(9)	(74)	9.585	1.373
Impostos a recolher	-	-	6.319	(6.717)
Adiantamentos recebidos de clientes	-	-	(8.332)	4.201
Dividendos pagos	(94.719)	(20.794)	(205.812)	(60.081)
Demais passivos	-	-	(585)	3.505
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(97.948)	(22.486)	(213.312)	130.543
Juros pagos	-	-	(3.741)	(8.475)
Imposto de renda e contribuição pagos no exercício	-	-	(11.749)	(25.034)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(97.948)	(22.486)	(228.802)	97.034
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(330)	(1.670)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(339)	(3)	1.070	1.349
Adições por aporte de capital	(79)	-	2.144	(569)
Recebimento pela venda de investimentos	-	-	-	27.639
Dividendos recebidos	73.751	44.805	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	73.339	44.802	2.884	26.753
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos	-	-	(27.768)	(162.507)
Captações de empréstimos	-	-	130.688	95.891
Amortização de dívidas de uso (principal)	-	-	1.544	(737)
Aumento de capital social	68	-	68	-
Aumento de capital social não controladores	-	-	-	30.880
Partes relacionadas	3.800	(1.098)	(512)	501
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	3.868	(1.098)	104.022	(35.972)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(20.941)	21.218	(121.896)	87.815
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.934	12.716	183.984	96.169
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.993	33.934	62.088	183.984
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(20.941)	21.218	(121.896)	87.815

MPD Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 12.284.455/0001-65 - NIRE 35.224.509.496

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Hora e Local: Aos 28 de março de 2022 às 10 horas, na sede social da MPD Investimentos Imobiliários LTDA., situada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Afonso Sardinha nº 95, sala 104, Lapa, CEP 05076-000 ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensada a convocação, em função da presença da totalidade dos sócios representando 100% (cem por cento) do capital votante, nos termos do Parágrafo Sexto da Cláusula Décima Primeira do Contrato Social da Sociedade. **3. Mesa: Mauro Piccolotto Dottori** - Presidente; **Milton Corrêa Meyer Filho** - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais, pela Companhia, no montante total de até R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); **(ii)** a realização da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais, pela Companhia, no montante total de até R$ 14.465.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais); e **(iii)** a realização da 3ª (terceira) Emissão de Notas Comerciais, pela Companhia, no montante total de até R$ 10.535.000,00 (dez milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais); cujos créditos imobiliários serão representados por Notas Comerciais e vinculados a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 71ª Emissão da **Vert Companhia Securitizadora** ("CRI"), nos termos da Lei nº 9.514, e respectivos do Comitês de Crédito Imobiliário ("CCI"), em especial da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 414"), que serão objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita"); **(iv)** a prestação de Garantia Real na forma de alienação fiduciária de imóveis, Alienação Fiduciária de Quotas, Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como garantia fidejussória na forma de Aval ("Garantias"); **e (v)** autorizar a administração da Sociedade para que pratique todos os atos e adote todas as medidas necessárias para a formalização do CRI, Garantias, e contratos correlatos, bem como ratificar todos os atos já praticados pelo diretor da Sociedade relacionados a deliberação acima. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os sócios da Companhia examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Realizar a 1ª, 2ª e 3ª emissões, pela Companhia, das Notas Comerciais no montante total de até: (i) R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para a 1ª emissão; (ii) R$ 14.465.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) para a 2ª emissão; e (iii) R$ 10.535.000,00 (dez milhões, quinhentos e trinta e cinco mil reais) para a 3ª emissão; cujos créditos serão representados por CCI e vinculados a emissão do CRI; **5.2.** Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão dos CRI será até 31 de março de 2022; **5.3.** Número de Emissão: a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Notas Promissórias da Sociedade; **5.4.** Série: Série Única, para cada uma das emissões; **5.5.** Quantidade de Notas Comerciais da 1ª Emissão: 25.000 (vinte e cinco mil); **5.6.** Quantidade de Notas Comerciais da 2ª Emissão: 14.465 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e cinco); **5.7.** Quantidade de Notas Comerciais da 3ª Emissão: 10.535 (dez mil, quinhentos e trinta e cinco mil); **5.8.** Garantias: As Notas Comerciais contarão ou poderão contar com: (i) garantia fidejussória, em caráter solidário, representada por aval prestado por **(a) MPD Engenharia Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Afonso Sardinha, nº 95, sala 104, Bairro Lapa, São Paulo - SP, CEP 05076-000, inscrita no CNPJ sob nº 50.762.248/0001-65, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, e **(b) MPDPAR Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Afonso Sardinha, nº 95, sala 104, Bairro Lapa, São Paulo- SP, CEP 05076-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.417.792/0001-32, e que compreende o valor de reembolso, a remuneração, bem como todos os seus acessórios, incluindo encargos moratórios, multa, quaisquer obrigações pecuniárias e demais acréscimos referentes às Notas Comerciais, inclusive (a) eventuais custos, comprovadamente incorridos pelo titular das Notas Comerciais em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos das Notas Comerciais; (ii) As Notas Comerciais contarão também com a alienação fiduciária das cotas de titularidade da Sociedade, representativas do capital social da (a) **Cotovia Empreendimentos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.294.143/0001-32, com sede na Rua Afonso Sardinha, nº 95, sala 104, Bairro Lapa, São Paulo - SP, CEP 05076-000 ("Cotovia SPE"), para a 1ª emissão de Notas Comerciais; (b) **Borges Lagoa SPE Empreendimento Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede e foro nesta Capital, na Rua Afonso Sardinha, nº 95 - Sala 104 - Lapa, CEP 05076-000, inscrita no CNPJ sob nº 20.929.069/0001-01 ("Borges Lagoa SPE"), para a 2ª emissão de Notas Comerciais; e (c) **Nilo SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede e foro nesta Capital, na Rua Afonso Sardinha, nº 95 - Sala 104 - Lapa, CEP 05076-000, inscrita no CNPJ sob nº 20.929.070/0001-57 ("Nilo SPE"), para a 3ª emissão de Notas Comerciais; (iii) alienação fiduciária parcial dos imóveis de propriedade da (a) Cotovia SPE, para a 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais; (b) Borges Lagoa SPE, para a 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais; e (c) Nilo SPE, para a 3ª (terceira) Emissão de Notas Comerciais; (iii) E por fim de Promessa de cessão fiduciária de recebíveis decorrentes dos contratos de venda e compra das Unidades Autônomas que serão construídas nos Imóveis de propriedade da (a) Cotovia SPE, para a 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais; (b) Borges Lagoa SPE, para a 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais; e (c) Nilo SPE, para a 3ª (terceira) Emissão de Notas Comerciais; o que inclui os valores correspondentes à totalidade dos créditos relativos às parcelas oriundas dos contratos de venda e compra, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, garantias e demais encargos previstos nos contratos de venda e compra, assim como sobre eventual sobejo da excussão da Alienação Fiduciária dos Imóveis ("Direitos Creditórios"), nos termos do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"). **5.9. Destinação dos recursos:** Os recursos obtidos com as Notas Comerciais serão utilizados para o reembolso de despesas realizadas anteriormente à Data de Emissão das Notas Comerciais, conforme especificadas no Anexo III do respectivo Termo de Emissão de Notas Comerciais referentes à aquisição, respectivamente, dos Imóveis pela **Cotovia Empreendimentos Ltda.**, **Borges Lagoa SPE Empreendimento Ltda.** e **Nilo SPE Empreendimento Imobiliário Ltda. 5.10.** Autorização aos administradores da Sociedade: Autorizar os administradores a praticar todos os atos necessários a efetivação da Emissão do CRI e documentos correlatos. Ratificam-se todos os atos relativos à Oferta que tenha sido praticado anteriormente pelos administradores e demais representantes legais. **6. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios. São Paulo, 28 de março de 2022. **Mesa: Mauro Piccolotto Dottori** - Presidente; **Milton Corrêa Meyer Filho** - Secretário; **Sócios: MPDPAR Ltda.** - Marcos Tadeu de Oliveira Andrade/Milton Corrêa Meyer Filho; **Bromley Holding Participações Ltda.** - Milton Corrêa Meyer Filho; **Débora Pires Berfini**; **Marcos Tadeu de Oliveira Andrade; Mauro Piccolotto Dottori. JUCESP** nº 153.473/22-8 em 31/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **0203572-54.2012.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Defeito, restituição e anulação. Requerente: Condomínio Residencial Espace Anália Franco. Requerido: Paulo Silva. Me. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE. PROCESSO Nº 1091898-58.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito de 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Drgi. Ronnie Herbert Barros Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FLAVIO SILVA. ME. CNPJ 23408582000145, que lhe foi proposta uma ação Declaratória de Inexistência de Débito, c/c Sustação Definitiva de Protesto de Procedimento Comum Cível por parte do Condomínio Residencial Bosque Anália Franco, objetivando a procedência da ação e o reconhecimento da inexistência do débito, pela inexigibilidade da cambial com a expedição de ofício ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo, conforme protocolo nº 2731-2021/021621-2, para que este proceda seja cancelado definitivamente, bem como, que suas respectivas custas sejam arcadas pelo autor do protesto, vez que já restou comprovado que o mesmo apresentou ao cartório foi forjado para este intuito, além da condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, sendo nomeado a ação, o réu será considerado, revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019899-58.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Defeito, restituição e anulação. Requerente: Condomínio Residencial Espace Anália Franco. Requerido: Paulo Silva. Me. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE. PROCESSO Nº 1091898-58.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito de 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Drgi. Ronnie Herbert Barros Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FLAVIO SILVA. ME. CNPJ 23408582000145, que lhe foi proposta uma ação Declaratória de Inexistência de Débito, c/c Sustação Definitiva de Protesto de Procedimento Comum Cível por parte do Condomínio Residencial Bosque Anália Franco, objetivando a procedência da ação e o reconhecimento da inexistência do débito, pela inexigibilidade da cambial com a expedição de ofício ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo, conforme protocolo nº 2731-2021/021621-2, para que este proceda seja cancelado definitivamente, bem como, que suas respectivas custas sejam arcadas pelo autor do protesto, vez que já restou comprovado que o mesmo apresentou ao cartório foi forjado para este intuito, além da condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, sendo nomeado a ação, o réu será considerado, revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 54ª e 55ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da **90ª** Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.)**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("**CRI**", "**Titulares dos CRI**", "**Emissão**", e "**Emissora**" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade do São Paulo, estado de São Paulo, na rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral de Titulares de CRI ("Assembleia"), **a ser realizada em 26 de abril 2022, às 10h00, de forma exclusiva remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 8.2.2 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão celebrado em 21 janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **A)** Aprovação do conjunto com a Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer atos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares do CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S/A

CNPJ nº 61.648.855/0001-65

Relatório da Administração

Em 2020 iniciamos o ano com otimismo pela procura por novos espaços de lojas do varejo e operações de alimentação que foi comprovada até meados de março quando teve início a pandemia do COVID-19 que coincidiu com a inauguração do novo corredor da Frei Caneca do Shopping Center. Durante o ano de 2021 este espaço foi consolidado com quase todos os seus espaços alugados. Acreditamos que chegaremos à plenitude da locação desta área com a recuperação do fluxo de consumidores durante o ano de 2022. Assim como no ano anterior 2021 também foi marcado por fechamento do *mall* por quase dois meses por conta da variante Delta e que com a vacinação de grande parte da população paulista teremos a retomada do fluxo de consumidores. Nossa rentabilidade está similar ao exercício anterior embora o lucro líquido tenha sido inferior por conta da cobrança extraordinária de IPTU de anos anteriores (2015 a 2020 – ver Nota Explicativa nº 23).

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.154	996.956
Títulos e valores mobiliários	5	8.415.871	10.285.339
Contas a receber	6	4.602.205	3.681.955
Estoque	7	2.839.332	-
Outros créditos	-	661	22.074
Tributos a recuperar	-	88.813	117.539
Despesas antecipadas	-	23.971	22.305
Total do ativo circulante		**16.093.007**	**15.126.168**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	11.642.561	8.224.241
Outras contas a receber	-	328.169	158.973
Depósitos judiciais	8	14.900	241.094
Propriedades para investimento	11	96.689.923	101.859.092
Ativo de direito de uso	12	5.756.748	5.977.444
Imobilizado líquido	9	2.784.094	2.698.664
Intangível	10	2.919	2.989
Total do ativo não circulante		**117.219.314**	**119.162.497**
Total do ativo		**133.312.321**	**134.288.665**

Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	-	47.030	19.705
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	1.761.325	2.213.902
Dividendos a pagar	19.5	8.862.265	7.754.423
Contas a pagar	16	194.140	795.819
Passivo de arrendamento	12.1	823.832	664.831
Adiantamento de clientes	15	758.120	1.394.440
Total do passivo circulante		**12.446.712**	**12.843.120**
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	253.770	219.000
Passivo de arrendamento	12.1	6.609.987	6.586.693
Adiantamento de clientes	15	2.122.128	2.866.194
Tributos diferidos	18	15.354.050	15.587.210
Outras contas a pagar LP	16	568.970	-
Total do passivo não circulante		**24.908.905**	**25.259.097**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	43.154.328	43.154.328
Reserva de lucros	-	23.025.752	22.774.596
Custo atribuído líquido (Reserva de reavaliação)	-	29.776.624	30.257.524
Total do patrimônio líquido		**95.956.704**	**96.186.448**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**133.312.321**	**134.288.665**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	Capital social	Reserva de contingências	Reserva de lucros para expansão	Reserva legal	Lucros acumulados disponível a distribuir	Custo atribuído líquido (reserva de reavaliação)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**43.154.328**	**503.163**	**7.335.506**	**7.040.787**	**11.417.442**	**30.738.424**	**100.189.650**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.505.077	-	**6.505.077**
Destinação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(8.849.110)	-	**(8.849.110)**
Reversão da reserva de contingências	19.2	-	(503.163)	-	-	503.163	-	-
Constituição da reserva legal	19.3	-	-	-	349.299	(349.299)	-	-
Reversão da reserva de expansão	19.4	-	-	(7.335.506)	-	7.335.506	-	-
Realização do custo atribuído líquido	-	-	-	-	-	480.900	**480.900**	(480.900)
Dividendo mínimo obrigatório	19.5	-	-	-	-	(1.659.169)	**(1.659.169)**	-
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	-	-	12.816.178	(12.816.178)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**43.154.328**	**-**	**-**	**7.390.086**	**15.384.510**	**22.774.596**	**30.257.524**	**96.186.448**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.205.935	**4.205.935**	-	**4.205.935**
Destinação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(3.322.556)	**(3.322.556)**	-	**(3.322.556)**
Reversão da reserva de contingências	19.2	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19.3	-	-	-	234.342	-	(234.342)	-	-
Reversão da reserva de expansão	19.4	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído líquido	-	-	-	-	-	480.900	**480.900**	(480.900)	-
Dividendo mínimo obrigatório	19.5	-	-	-	-	(1.113.123)	**(1.113.123)**	-	**(1.113.123)**
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	-	-	3.339.370	(3.339.370)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**43.154.328**	**-**	**-**	**7.624.428**	**15.401.324**	**23.025.752**	**29.776.624**	**95.956.704**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	20	18.281.220	18.407.005
(-) Custos dos imóveis alugados	21	(5.559.423)	(5.353.750)
(=) Lucro bruto		**12.721.797**	**13.053.255**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	22	(3.307.071)	(3.789.817)
Despesas tributárias	23	(3.946.102)	(1.173.936)
		(7.253.173)	**(4.963.753)**
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		**5.468.624**	**8.089.502**
Resultado financeiro	24	866.513	1.684.862
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**6.335.137**	**9.774.364**
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Correntes	17.1	(2.177.161)	(2.569.530)
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Diferidos	17.2	47.959	(699.757)
(=) Lucro líquido do exercício		**4.205.935**	**6.505.077**

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020
(=) Lucro líquido do exercício	**4.205.935**	**6.505.077**
Realização do custo atribuído líquido	480.900	480.900
(=) Resultado abrangente do exercício	**4.686.835**	**6.985.977**

11.1. Movimentação propriedades para investimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	**101.859.092**	**100.187.853**
(+) Adições	-	3.432.910
(-) Baixas/depreciação do exercício	(5.169.169)	(1.761.671)
Saldo final	**96.689.923**	**101.859.092**

12. Ativo de direito de uso: A Companhia efetuou arrendamento de três imóveis não residenciais com o intuito de expandir o Shopping Center 3, tais contratos possuem vigência entre 03/2020 e 01/2030. A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 data de transição as diretrizes do CPC 06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil" que determina o reconhecimento a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento e que inclui o direito de controlar e obter o benefício sobre o uso de determinado ativo especificado (especifico) a menos que o fornecedor possua por algum tipo de isenção. A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para o direito do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia para as operações de arrendamento de imóveis comerciais foram de 4,50% ao ano para contratos com vencimento de até 10 anos. A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para o exercício findo em 31 de dezembro 2021 está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Saldo anterior	**5.977.444**	**6.515.211**
Adições	498.746	-
Atualização monetária do contrato	(256.786)	138.500
Depreciação	(852.656)	(676.267)
Saldo em 31 de dezembro	**5.756.748**	**5.977.444**
Passivo		
Saldo anterior	**7.251.524**	**7.302.850**
Adições	637.366	-
Atualização monetária do contrato	-	138.500
Pagamento passivo de arrendamento	(801.335)	(610.611)
Apropriação de juros	346.264	420.785
Saldo em 31 de dezembro	**7.433.819**	**7.251.524**

12.1. Passivo de arrendamento

	2021	2020
Circulante	823.832	664.831
Não circulante	6.609.987	6.586.693
	7.433.819	**7.251.524**

13. Provisão para demandas judiciais: A Companhia não possui atividade está sujeita aos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e civil. A Administração apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes.

	2021	2020
	253.770	**219.000**
Provisão para demandas judiciais		

13.1. Riscos não provisionados: Existem outros processos de natureza civel e tributária em andamento que apresentam o montante do valor da causa atualizado em R$ 2.142.253 (R$ 1.827.927 em 2020) para os quais baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia foram classificados como possíveis perdas e em consonância com as práticas contábeis adotadas não foram registradas provisões para demandas judiciais.

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recolher	974.825	1.311.060
CSLL a recolher	447.727	488.429
COFINS a recolher	232.085	298.833
Outros	106.688	115.589
	1.761.325	**2.213.902**

15. Adiantamento de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de cliente	10.524	257.772
Cessão de Direito de Uso – CDU (i)	2.869.724	4.002.862
	2.880.248	**4.260.634**
Circulante	758.120	1.394.440
Não circulante	2.122.128	2.866.194
	2.880.248	**4.260.634**

(i) As cessões de direitos são representadas pelos contratos de CDU celebrados junto aos locatários, os quais são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos no resultado do exercício linearmente com base no prazo dos contratos de aluguel das lojas.

16. Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de promoção a pagar	32.915	229.680
Condomínios a pagar	160.223	156.163
Outras contas a pagar (i)	568.970	408.664
Prêmios de seguros a pagar	-	2.854
ISS sobre serviços tomados a recolher	1.002	459
	763.110	**795.819**
Circulante	194.140	795.819
Não circulante	568.970	-
	763.110	**795.819**

(i) O saldo de outras contas a pagar são representados pelos honorários advocatícios e reembolsos a serem pagos referente à operação Palma D'Ouro.

A baixa do passivo ocorrerá após a venda do sítio.

17. Imposto de renda e contribuição social:

17.1. Imposto de renda e contribuição social – corrente

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de aluguel, cessão e luvas (presunção de 32%)	17.225.622	16.924.014
Receitas financeiras e outras receitas (sem presunção)	891.216	2.141.756
Resultado tributável	**6.403.415**	**7.557.440**
Imposto de renda sobre o lucro tributável (25%)	(1.600.854)	(1.889.360)
Contribuição social sobre o lucro tributável (9%)	(576.307)	(680.170)
Total IRPJ e CSLL	**(2.177.161)**	**(2.569.530)**

17.2. Imposto de renda e contribuição social - diferido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de aluguel, cessão e luvas (32%)	18.973.762	19.319.355
Recebimentos de aluguel, cessão e luvas (32%)	(17.225.622)	(16.924.014)
Base de cálculo de imposto diferido	**1.748.140**	**2.395.341**
Resultado tributável	**599.405**	**666.509**
Imposto de renda sobre o lucro tributável (25%)	(149.851)	(191.627)
Contribuição social sobre o lucro tributável (9%)	(53.946)	(68.986)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial de PPI "NE 14"	253.160	247.736
Efeito exercícios anteriores	18.596	(686.880)
Total IRPJ e CSLL	**47.959**	**(699.757)**

18. Tributos diferidos: Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais-valia da propriedade para investimentos.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro inicial	**15.587.210**	**15.834.940**
Ajuste de avaliação patrimonial	(233.160)	(247.736)
Saldo em 31 de dezembro final	**15.354.050**	**15.587.210**

O valor contábil do passivo fiscal diferido é baixado de acordo com as amortizações e depreciações calculadas com base na vida útil economica dos bens registrados como propriedade para investimentos. **19. Patrimônio líquido:** **19.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital subscrito e integralizado é de R$ 43.154.328 e representado por 1.738.498 ações com direito a voto, ordinárias, nominativas, sem valor nominal possuídas por pessoas físicas e jurídicas. **19.2. Reserva de contingências:** Constituída

Demonstrações do fluxos de caixa (Método indireto) para os exercícios findos em31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais		
Lucro antes das provisões tributárias	**6.335.137**	**9.774.364**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações	3.028.382	2.812.068
Amortizações	2.989	6.328
Provisão para devedores duvidosos	516.721	953.501
Provisão para demandas judiciais	34.770	219.000
Resultado com desvalorização de mercado	570.668	-
Apropriação de juros de arrendamento mercantil	346.264	420.785
Lucro ajustado	**10.834.931**	**14.186.046**
Decréscimo(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(1.436.971)	(1.833.889)
Outros créditos	21.413	74.866
Tributos a recuperar	28.726	(83.328)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.014)
Outras contas a receber	(169.196)	(91.290)
Depósitos judiciais	226.194	351.218
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	27.325	(217.068)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(338.477)	105.998
Contas a pagar	(32.709)	(60.464)
Adiantamento de clientes	(1.380.386)	(1.734.835)
Tributos diferidos	(233.160)	(58.362)
Imposto de renda e contribuição pagos	(2.243.302)	(2.304.659)
Caixa líquido atividades operacionais	**5.302.722**	**9.333.219**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Propriedades para investimento	-	(3.432.910)
Aumento do Imobilizado líquido	(496.581)	(1.586.290)
Aumento do ativo intangível	(2.919)	-
Títulos e valores mobiliários	(1.548.852)	4.786.453
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.048.352)**	**(232.747)**
Fluxo de caixa de financiamento		
Dividendos pagos	(3.327.837)	(8.698.469)
Pagamento de principal de arrendamento mercantil	(801.335)	(610.611)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.129.172)**	**(9.309.080)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(874.802)**	**(208.608)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	996.956	1.205.564
No final do exercício	122.154	996.956
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(874.802)**	**(208.608)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais - R$)

1. Contexto operacional: A Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo (SP) localizada na Avenida Paulista nº 2.064. É proprietária de um empreendimento localizado na região central de São Paulo, na Avenida Paulista, o qual é utilizado para exploração e locação de espaços comerciais sob a modalidade de Shopping Center. Sua denominação comercial é Shopping Center 3. Sua principal operação gira em torno deste edifício e envolve a administração de suas obras, locação, alienação no todo ou em parte de suas unidades. Desde o mês de março de 2019 o mercado de Shopping Centers tem sido afetado pela pandemia da COVID-19, em destaque negativo por dois períodos (2020 e 2021) teve suas operações quase que totalmente impactadas por restrições, impostas pelos órgãos sanitários de abertura para o consumidor. Com o avançar do processo de vacinação estas restrições se reduziram e o fluxo de consumidores tiveram uma retomada numa à normalidade que deverá ser alcançada durante o ano de 2022 com decorrência do retorno dos trabalhadores dos escritórios na região da Avenida Paulista. Cabe enfatizar o esforço comercial e operacional da VIPASA em apoiar e adequar os desafios de nossas operações comerciais durante os curtos dois meses da pandemia. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes até 31 de dezembro de 2021. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. Essas demonstrações contábeis foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e quando aplicável ajustado ao valor justo da transação. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 08 de março de 2022. **3. Políticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$) a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Aplicações contábeis vinculadas à linha de financiamentos com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". **3.4. Estoques:** O custo de estoque é baseado no custo histórico da aquisição, sendo mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. **3.5. Despesas antecipadas:** Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão durante o exercício seguinte. **3.6. Propriedades para investimento:** As propriedades são representadas por terreno e edifício em Shopping Center mantido para auferir rendimento de aluguel, valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento foram reconhecidas na data de transição às novas práticas contábeis (2010) pelo seu valor justo (*deemed cost*). As avaliações foram realizadas por especialistas utilizando modelo: "Método Involutivo" aquele baseado em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno compatível com as características do imóvel e com as condições de mercado. Embora a Companhia reconheça o valor justo de seu custo, periodicamente realiza a contratação de um terceiro para reavaliação do valor de mercado do imóvel. **3.7. Arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato ou resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("custo dos imóveis alugados"), assim como as despesas de juros correspondentes amortização do Ajuste ao Valor Presente (AVP) líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia para as operações de arrendamento de imóveis comerciais. O percentual utilizado foi de 4,50% ao ano para contratos com vencimento de até 10 anos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. **3.8. Imobilizado líquido:** Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas em resultado do exercício quando identificadas. **3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis independentes de avaliação sobre as probabilidades de êxito e são provisionadas em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R$ 60.000 no trimestre para imposto de renda quando aplicável e 9% para a base de cálculo para contribuição social. A alíquota de presunção das receitas operacionais é de 32%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes reconhecidos no resultado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são provenientes do reconhecimento da mais-valia (*deemed cost*) apurada sobre as "Propriedades para investimento". **3.12. Provisões diversas:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) É provável uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) O valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.13. Obrigações trabalhistas e tributárias:** As obrigações trabalhistas são representadas por valores a pagar a colaboradores decorrentes de salários, benefícios e respectivos encargos devidos pela Companhia. O referido grupo contempla também os valores das férias vencidas proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço apropriados mediante constituição de provisão. As obrigações tributárias são representadas por valores de tributos e contribuições devidos pela Companhia. **3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **3.15. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são Ajustados pelo seu Valor Presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente estes juros são realizados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.16. Apuração do resultado - reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos de receitas devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **3.16.1. Locação de lojas:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior valor entre um mínimo mensal reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. A Companhia também suas operações com locação de lojas como: arrendamentos mercantis operacionais (locação/aluguel) (CPC06 R - 1). O valor mínimo do aluguel estabelecido incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários são reconhecidos em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos independentemente da forma de recebimento. A Companhia possui sazonalidades em suas operações. Historicamente datas festivas e feriados tais como: Natal, Dia das Mães entre outros acarretam impacto positivo nas vendas do shopping center. **3.17. Cessão de direitos:** As cessões de direitos são representadas pelos recebimentos antecipados dos locatários, os quais são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos no resultado do exercício linearmente com base no prazo dos contratos de aluguel das lojas. **3.18. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado em que estes custos são diferentemente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) Custo Amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); (iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **Custo Amortizado (CA):** O Custo Amortizado (CA) é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos menos amortização do principal e juros ajustado para qualquer provisão para perda de créditos esperada. **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	6.652	6.652
Banco conta movimento	115.502	164.860
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	-	825.444
	122.154	**996.956**

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	**20.058.432**	**18.509.580**
Circulante	8.415.871	10.285.339
Não circulante	11.642.561	8.224.241
	20.058.432	**18.509.580**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e estão atualizados pelos rendimentos auferidos reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros aproximadamente 99,30% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	8.149.892	7.086.375
Perda esperada	(3.547.687)	(3.404.420)
	4.602.205	**3.681.955**

6.1. Movimentação da perda esperada

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(3.404.420)**	**(2.450.919)**
Adições	(912.064)	(970.759)
Baixas	768.797	17.258
Saldo final	**(3.547.687)**	**(3.404.420)**

7. Estoque: Em 2020 a Companhia recebeu através de dação em pagamento decorrente de acordo judicial dois imóveis denominados: "Sítio Pousada Alvorada dos Pilões" adjudicado pelo valor de R$ 3.360.000,00 e "Vaga de Automóvel-Conjunto Nacional" adjudicado pelo valor de R$ 50.000,00. Em 2021 a administração colocou os imóveis à venda, desta forma, os ativos foram reclassificados de propriedade para investimento para estoque. No mesmo ano a Companhia realizou a avaliação do imóvel, o qual foi constatado que seu valor de mercado está inferior ao seu valor de aquisição gerando um ajuste contábil de R$ 570.668.

	31/12/2021	31/12/2020
Imóvel – Sítio	3.360.000	-
Garagem	50.000	-
Impairment	(570.668)	-
	2.839.332	-

8. Depósitos judiciais: A Companhia possui processos judiciais em andamento de natureza civel.

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	**14.900**	**241.094**

Os pagamentos em depósitos judiciais estão atrelados aos seus respectivos processos em andamento conforme demonstrado no quadro a seguir:

Processos:	Empresas
1043077-09.2018.8.26.0100	Costureira Augusta
1104553-53.2015.8.26.0100	S.O.S. Celulares

9. Ativo imobilizado

Ativo	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Computadores e Periféricos	20	39.781	(34.566)	5.215	8.636
Móveis e Utensílios	10	481.359	(183.154)	298.206	376.322
Máquinas e Equipamentos	10	1.350.931	(846.233)	504.698	628.634
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	2.366.091	(390.116)	1.975.975	1.685.072
Total Bens	**-**	**4.238.162**	**(1.454.069)**	**2.784.094**	**2.698.664**

10. Intangível

Ativo	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Software	10	31.641	(31.641)	-	2.989
Marcas e Patentes	-	2.919	-	2.919	-
Total Bens	**-**	**34.560**	**(31.641)**	**2.919**	**2.989**

11. Propriedades para investimento

Ativo	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	Propriedade para investimento 31/12/2020
Terreno (a)	-	33.049.250	-	33.049.250	33.049.250
Construções (a)	2,4390	60.370.300	(13.728.752)	46.641.548	47.936.277
Edificações (a)	2,4390	19.609.560	(2.610.435)	16.999.125	17.463.565
Imóveis (b)	-	-	-	-	3.410.000
		116.439.110	**(16.339.187)**	**96.689.923**	**101.859.092**

(a) Em 2010 a propriedade para investimento foi reconhecida pelo seu valor justo (*deemed cost*), o qual foi registrado de acordo com o laudo técnico elaborado por uma empresa terceirizada independente. A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos. A taxa de depreciação foi recalculada considerando a vida econômica remanescente de 41 anos

Cacá Bueno comemora retorno da Stock Car no Rio de Janeiro

Cacá Bueno viverá um final de semana mais do que especial. O piloto, um dos mais longevos da Stock Car, disputa a terceira etapa da temporada 2022 no Rio de Janeiro, em sua casa, disputando o GP Galeão, corrida marcada para um circuito montado no Aeroporto do Galeão que leva o nome do piloto da equipe iCarros ACDelco Crown Racing.

A última vez que a principal categoria do automobilismo brasileiro passou pela capital fluminense foi em 2012, no extinto Autódromo de Jacarepaguá. Na "cidade maravilhosa", o pentacampeão possui três vitórias, em 2002, 2003 e 2011, e espera agora, no circuito do Galeão, brigar pelas primeiras posições.

"Vai ser um final de semana especial não só para mim, por correr em casa depois de dez anos, mas para o automobilismo brasileiro como um todo. Tem sido uma semana bem agitada, com bastante promoção da corrida nos eventos fora da pista e isso é incrível. O Rio de Janeiro precisava voltar a receber corridas grandes e importantes do esporte a motor e tenho certeza de que o GP Galeão dará este pontapé para que, em breve, as corridas voltem a ser comuns por aqui e, quem sabe, a gente possa voltar a ter um autódromo", disse Cacá.

Foto: Bruno Terena

Cacá *Bueno*

"Sobre a corrida, espero que a gente possa brigar na frente. O desempenho nas duas primeiras etapas não reflete nem de longe o que a Crown Racing pode fazer. Trabalhamos duro depois da etapa de Goiânia para melhorar nosso carro, sobretudo o motor que recebemos da fornecedora, então, a expectativa é das mais altas para a etapa do Rio", completou o piloto, que é apoiado por Itaú, iCarros, ACDelco, Red Bull, Paraflu e Grupo Souza Lima.

Os treinos para o GP Galeão da Stock Car serão abertos no sábado (9), com duas atividades livres e a classificação. As corridas estão marcadas para o domingo, a partir das 13h20, com transmissão da Band, do Sportv e do canal da categoria no YouTube.

Kartismo: Segunda etapa da Grakar teve vencedores inéditos no KGV

Foto: Rafael Gaspar

As *disputas na Grakar tem início na largada*

A segunda etapa do campeonato do Grupo de Amigos do Kart (Grakar), realizada no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), mostrou novos vencedores. Com 88 pilotos divididos em quatro provas, Marco Verga, Clóvis Rosa, Luiz Marcelo e Bruno Santos foram os vencedores inéditos de 2022.

A Grakar não possui categorias. Os pilotos são divididos pela média da pontuação nas provas anteriores e as baterias intercalaram pilotos com maior pontuação. A partir da próxima rodada todos pilotos farão parte de um campeonato único que se divide em definitivo a partir da 6ª etapa, nas categorias Elite e Graduados.

Nesta etapa foram arrecadados donativos como água sanitária, desinfetante, lâmina de barbear, Lysoform e papel higiênico para a Casa de Velhinhos Ondina Lobo.

Confira o resultado da Bateria A: 1) Marco Verga; 2) Rodrigo Oliveira; Luiz Mesquita; 4) Matheus Nozaki; 5) Jéssica Munic; 6) André Reis.

Confira o resultado da Bateria B: 1) Clóvis Rosa; 2) Felipe Braga; 3) Paul Robison; 4) Carlos Silva; 5) Guto Oliveira; 6) Fernando Coelho.

Confira o resultado da Bateria C: 1) Luiz Marcelo; 2) Diego Oliveira; 3) Rafael Ruas; 4) Miguel Sacramento; 5) Ronaldo Dantas; 6) Rodrigo Domingues.

Confira o resultado da Bateria D: 1) Bruno Santos; 2) Jonas Rodrigues; 3) Melissa Schiavi; 4) Bruno Schiavinato; 5) Alex Ramos; 6) Luciana Camargo.

A terceira etapa da Grakar será no dia 14 de maio, novamente no Kartódromo Granja Viana.

A Grakar conta com o apoio de Cervejaria Paulistânia, Erdinger, Construtora Verga Antonio Ltda, SM Competition, Harder-Than, Montevérgine, DKR Luvas, Meg Star, Maçaranduba Motors, Kart Amador SP, Liv Confeitaria, RG Soluções Digitais, Bela Art Comunicação Visual, Sky Pizzas, Rapadora WMA.

Giulia Gávio quer escrever sua própria história no voleibol

Após conquistar a primeira medalha no vôlei de praia em Maringá, ao lado de Jéssica, jogadora de 25 anos quer manter a boa fase em Itapema (SC)

Giulia Gávio joga vôlei desde criança. Mas agora, aos 25 anos, está vivendo um sentimento diferente no esporte. Depois de conquistar sua primeira medalha no vôlei de praia, a prata no Aberto de Maringá (PR), segunda etapa do Circuito Brasileiro, a filha do bicampeão olímpico Giovane, ouro em Barcelona 1992 e Atenas 2004, sente que agora está escrevendo sua história no voleibol, independentemente do sobrenome famoso.

"A vida inteira eu joguei vôlei de quadra. Ao vir para a praia, encontrei um ambiente novo, onde tinha que buscar meu próprio espaço. Conquistar essa medalha foi uma chave que virou na minha cabeça. Agora eu me considero uma jogadora de vôlei de praia, estou conseguindo escrever minha própria história, independentemente do meu sobrenome. Por isso foi tão importante, apesar de não ter conseguido o primeiro lugar. Ao sair do qualy para uma final, comecei a acreditar mais em mim, vejo que posso chegar em algum lugar", afirma Giulia.

Em sua estreia na terceira etapa do Circuito Brasileiro, nesta quinta-feira, Giulia e Jéssica venceram Maiara/Rosimeire Lima por 2 sets a 0 (21/17 e 21/14) na estrutura montada na Meia Praia, em Itapema (SC). Ainda hoje elas disputam o restante da fase de grupos de olho em uma vaga nas oitavas de final (a programação vai até 16h30). Concentrada em seus objetivos, Giulia não se importa quando se referem a ela como a "filha do Giovane".

Confira a tabela de jogos

Giulia migrou para o vôlei de praia em março de 2020, mas a pandemia de COVID-19 atrasou um pouco os planos no esporte. Seus primeiros torneios foram no fim daquele ano, com a retomada do Circuito Brasileiro. No fim da última temporada, veio o convite de Jéssica para jogarem juntas e treinarem com a técnica Leticia Pessoa (com três medalhas olímpicas no currículo). A parceria colheu frutos rapidamente, disputando a final e conquistando a medalha de prata logo em seu primeiro torneio.

"Jessica me convidou no fim do ano passado para jogar com ela, e fez a proposta de ir treinar com a Leticia. Eu topei. Da Leticia, não preciso nem falar, é uma das maiores treinadoras do mundo. Está sendo ótimo, me receberam muito bem, estou muito à vontade para ser quem eu sou, a jogadora que eu quero ser. E a Jéssica é uma parceira sensacional, me ajuda dentro de quadra. Estamos criando uma harmonia muito boa", contou.

Foto: Fabio Silva

Giulia *Gávio comemora durante a etapa em Itapema (SC)*

As quartas de final e as semifinais do Aberto de Itapema serão disputadas nesta sexta-feira. Na programação, também a abertura do Top 8, com a disputa das duas primeiras rodadas da fase de grupos. Os jogos na arena montada na Meia Praia começam às 8h, com entrada gratuita e transmissão no Vôlei de Praia TV e na página da CBV no Facebook (jogos da quadra 1). O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro

CBAt confirma a realização de mais dois eventos internacionais

O Torneio Internacional Cidade de São Paulo, categoria D, será no dia 27 de abril, no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, e o Grande Prêmio Internacional Rio de Atletismo, da categoria C, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Nilton Santos

Foto: Divulgação

Darlan

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) confirmou a realização de mais dois eventos importantes no calendário de 2022: o Torneio Internacional Cidade de São Paulo, categoria D na classificação da World Athletics, no dia 27 de abril, na pista do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, e o Grande Prêmio Internacional Rio de Atletismo, da categoria C, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Nilton Santos, o Engenhão, onde foram disputados os torneios de atletismo dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Com isso, a CBAt ratifica o empenho de dar oportunidade de os atletas brasileiros participarem em casa de eventos internacionais, como aconteceu no último domingo (27), com a disputa dos Campeonatos Sul-Americano e Pan-Americano de Cross Country, na cidade de Serra, no Espírito Santo.

A CBAt definiu também as provas oficiais e extras das duas competições. Em São Paulo, serão disputadas como oficiais as provas dos 100 m, 200 m, 110 m c/barreiras, salto em distância, salto triplo, salto em altura, arremesso do peso e lançamento do dardo, no masculino; 200 m, 400 m, 800 m, 100 m c/barreiras, 400 m c/barreiras, 2.000 m c/obstáculos, salto em distância, salto triplo, arremesso do peso, lançamento do disco e lançamento do martelo, no feminino.

Nas provas extras estão programadas, no masculino, 400 m, 800 m, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos e salto com vara. E, no feminino, 100 m, salto em altura, salto com vara, arremesso do peso e lançamento do dardo.

No GP do Rio, válido pelo World Athletics Continental Tour Bronze, as provas oficiais serão 100 m, 200 m, 110 m c/barreiras, salto em distância, salto triplo, salto em altura, arremesso do peso e lançamento do dardo, no masculino; 200 m, 400 m, 800 m, 100 m c/barreiras, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos, salto em distância, salto triplo, arremesso do peso, lançamento do disco e lançamento do martelo, no feminino.

As provas extras serão, no masculino, os 400 m, 800 m, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos e salto com vara. E, no feminino, 100 m, salto em altura, salto com vara e arremesso do peso.

Nas duas competições serão distribuídos prêmios em dinheiro – em São Paulo do primeiro ao terceiro colocado em cada prova oficial e no Rio do primeiro ao quarto. Nas provas de arremesso, lançamentos e saltos horizontais cada participante terá direito a apenas quatro tentativas.

A CBAt convidará os quatro primeiros colocados no ranking brasileiro combinado entre 10 de junho de 2021 a 13 de março de 2022 para as competições. Podem participar também os atletas classificados até o 8º lugar neste mesmo ranking nas provas extras, mas, neste caso, todas as despesas serão por conta dos participantes.

A NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro para a saúde integral dos atletas e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA

Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.

(11) 99653-7522

Vacina da Janssen recebe registro definitivo da Anvisa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro definitivo da vacina da Janssen contra a Covid-19. A vacina, que já estava aprovada para uso emergencial desde 31 de março de 2021, recebeu na terça-feira (5) o registro definitivo.

Além da Janssen, as vacinas da Pfizer/BioNTech e AstraZeneca/Oxford já têm seus registros definitivos aprovados pela Anvisa.

A vacina da Janssen, que é de dose única, pode ser aplicada tanto como primeira dose, como dose de reforço.

Responsável pela Gerência-Geral de Medicamentos e Insumos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes explica que o registro representa o padrão ouro de avaliação de um medicamento.

"É a consolidação da análise dos melhores dados disponíveis e de forma completa, com informações mais robustas dos estudos de qualidade, eficácia e segurança, bem como do plano de mitigação dos riscos e da adoção das medidas de monitoramento. Com o registro, a população recebe um atestado de que o produto passou por exigências comparáveis às das melhores agências reguladoras do mundo", afirma o especialista.

O imunizante da Janssen é indicado para pessoas com 18 anos de idade ou mais e é aplicado em dose única de 0,5 mililitro (ml). Uma dose de reforço de 0,5 ml pode ser administrada pelo menos dois meses após a primeira dose. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0003911-42.2016.8.26.0009** O(A) MM. Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Gonçalves Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, movidos por Pedro Araújo Neto, foi deferida a intimação por edital do executado Diego Wellington Domingos CPF: 119.110.734-91, que se encontra em lugar ignorado, sobre o bloqueio judicial no valor de R$ 4.226,28. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 5 dias para impugnação. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 03 de março de 2022. **(6.06)**

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. nº **1059145-60.2017.8.26.0100** A Dra.Ana Lúcia Xavier Coelho, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível - Foro Central CívelSP. Faz saber a Valcides Alves Martins CPF: 140.706.468-17, que Ruth Capilla Stampacchio ajuizou ação despejo por falta de pagamento, do imóvel à rua Monte Alto, 58 - Frente, Água Rasa, CapitalSP., e a cobrança de R$ 15.252,00 (junho/2017). Estando o réu em lugar ignorado, expedesse edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação ou pega a purgação da mora, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **(05.06)**

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. nº **1059145-60.2017.8.26.0100** A Dra.Ana Lúcia Xavier Coelho, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível - Foro Central CívelSP. Faz saber a Valcides Alves Martins CPF: 140.706.468-17, que Ruth Capilla Stampacchio ajuizou ação despejo por falta de pagamento, do imóvel à rua Monte Alto, 58 - Frente, Água Rasa, CapitalSP., e a cobrança de R$ 15.252,00 (junho/2017). Estando o réu em lugar ignorado, expedesse edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação ou pega a purgação da mora, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **(05.06)**

Edital de Publicação de Sentença. Proc. **1005675-63.2018.8.26.0010** A Dra Elizabeth Kocides Achkiavy,Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional X - IpirangaSP. Faz saber que foi proferida sentença: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para decretar, de forma definitiva, a interdição parcial de Vera Maria Barker Gazzaneo RG 1.994.097-X, CPF 218.398.808-53,não podendo ela praticar atos patrimoniais e da vida negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Fica nomeado o autor Luiz Antonio Gazzaneo RG 13.031.830-9, CPF 136.183.508-04, como curador definitivo. Em obediência ao § 3º do art. 755, CPC, serve o dispositivo da presente sentença como edital, que será afixado e publicado na forma da lei. S.P., 10/11/2021. **(5.6)**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1066220-70.2019.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpejnka,na forma da Lei,etc. FAZ SABER a(o) Silver Fashion Confecções Eireli-Epp,CNPJ: 27.907.691/0001-22, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Souza & Cambos Confecções Ltda. CNPJ: 07.331.878/0001-04,objetivando o recebimento de R$ 1.254.864,19referente aos títulos acostados à inicial, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 5 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescidos(s) dos honorários advocatícios na parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, cláusula em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) ou reconheça(m) o crédito do(s)s exequente(s), comprovando, se o depósito de 30% do valor da execução,inclusive custas e honorários,poderá requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento)ao mês, sob pena de penhora e avaliação de bens.Decorridos os prazos acima consignados,no silêncio,será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. **(05.06)**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **002486-19.2021.8.26.0100**. A MM. Juiza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Lúcia Caninéo Campanhã, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a APPA SERVICE LTDA. CNPJ: 03.472.067/0001-17, que Condomínio Edifício Agata ajuizou-lhe ação pelo procedimento sumário, julgada procedente e em fase de cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 225.041 (agosto/2021). Estando a parte executada em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o PAGAMENTO, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(05.06)**

FORO CENTRAL CÍVEL-11ª VARA CÍVEL-Processo nº **0004867-41.2022.8.26.0100**. Este juízo FAZ SABER a Capital Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, domiciliada em local incerto e não sabido, que lhe foi movida ação de depósito por BV FINANCEIRA SA CRÉDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO,ora em fase de cumprimento de sentença.Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido foi determinada a sua INTIMAÇÃO,por EDITAL,para pagar a quantia fixada em sentença,devidamente atualizada,no prazo de 15(quinze)dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e o requerimento de constrição de mandado de penhora e avaliação(artigo 523 e parágrafos,do Código de Processo Civil). Fica a devedora advertida de que, nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil,transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário,inicia-se o prazo de 15(quinze)dias úteis para que a executada,independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. **(5.6)**

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1061400-04.2014.8.26.0100** | U-784 | A Dra. Renata Pinto Lima Zanetta, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Francisco Antonio Pimentel e sim Laura Cândida Pimentel ou Cândida Laura Pimentel, Louinal do Nascimento Ferreira e sim Maria Vieira Ferreira, Laura dos Santos Ferreira e sim Maria Dos Santos, Sérgio Pimentel e sim Maria Dilce Diamantino, Maria de Lourdes Pimentel de Souza e sim Edimar de Souza, SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, na pessoa de seu representante legal, Edifício Waldorf Santana, na pessoa de seu síndico, Condomínio Edifício Villaggio Di Toscana, na pessoa de seu síndico e Rubens Jeronimo, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Gelson Rosário da Silva e Maria Lucia da Silva ajuizou (aram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel situado na Rua Santo Espírito, nº 463, Chora Menino, São Paulo-SP com área de 297,33 m² e contribuinte sob nº 072.052.0023-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(5.6)**

Processo 1121890-79.2020.8.26.0100 Execução de Título Extrajudicial-Condomínio Edifício Centro Odontológico Paulista
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1121890-79.2020.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Henrique Abrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RICARDO RIBEIRO LOWE, Brasileiro, Solteiro, Dentista, RG 23728405-4, CPF 262362882,99, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Centro Odontológico Paulista, objetivando a cobrança de R$ 54.518,08 (outubro/2021), referente às cotas condominiais e demais despesas dos meses de dezembro/2019 a dezembro/2020, do imóvel situado à Avenida Nove de Julho, 5483, unidade autônoma nº 93, e integrante do Condomínio Exequente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO da penhora do bloqueio Sisbajud no valor de R$ 745,86, por EDITAL, e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou no prazo de 15 dias, opte embargos ou reconheça o crédito do Exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, poderá requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora. No silêncio, o Executado será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 01 de março de 2022. **(6.6)**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014300-32.2021.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) RICARDO CIPRIANO, CPF 151.058.998-81, que Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB CNPJ: 50.228.097/0001-62 ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, sendo julgada procedente e condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 27.721,56 (setembro/2021), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia retro, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de Março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10017113-65.2020.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) JAIME JOSÉ CORREA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 17.187.736-5, CPF 067.937.058-15, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por falta de pagamento c/c Denúncia Vazia por parte de Forcon Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, CNPJ 52.528.502/0001-93, objetivando a rescisão do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel, para fins comerciais, celebrado entre as partes em 25.03.2019, do imóvel situado na Rua Campante, nº 723, Vila Carioca, São Paulo/SP, condenando o requerido no pagamento dos bens de sua sucumbência. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de vinte dias, que fluirá após o decurso do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 2022.
B - 05 e 06

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 0014725-20.2009.8.26.0058. O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr. Josué Vilela Pimentel, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma Desapropriação - Desapropriação de Desapropriação contra Espólio de Lavinia Machado de Almeida, Espólio, Espólio de Roberto Machado de Almeida, Espólio, Espólio de Ruy Machado de Almeida, Espólio, Silva Porto Empreendimentos Imobiliários Ltda e Charles Luiz Dotto Batista, objetivando a desapropriação da área de 403,39m², concernente à totalidade do imóvel situado na Rua Deputado Laércio Corte, 13, Lote 14 da Quadra A, Jardim Recanto do Morumbi, contribuinte nº 170.033.0012-4. Contestada a ação, foi recusa a oferta. Pira o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022.
B - 05 e 06

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0008689-54.2019.8.26.0008**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Alvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) PEDRO ELIOVANDRO FERNANDES BARROS, Brasileiro, CPF 779.535.764-49, que por ele foi ajuizada Ação de Cumprimento de sentença movida por HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO, cuja sentença nos autos principais da ação de Procedimento Comum, autos nº 0005297-19.2013.8.26.0008, foi julgada procedente condenando o réu ao pagamento de R$ 37.785,75, decorrente do contrato de crédito parcelado, cuja alíquota originou o contrato no 10803402816. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 107.558,54 (01/12/019), sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Codigo de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Codigo de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntario, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2022.
B - 05 e 06

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0045274-46.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariano de Souza Novais Salinas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a TRAVESSA E PRAÇA ENTREGAS RAPIDAS S/S LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.803.867/0001-97, que BANCO DO BRASIL S/A, iniciou o cumprimento de sentença, objetivando o recebimento da quantia de R$ 484.477,85 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e se-tenta e sete reais e oitenta ta e cinco centavos), com os acréscimos legais. Estando o executado em local ignorado, foi expedido presente edital, para que em 15 dias, comprove o pagamento do valor indicado pela parte credora, devidamente atualizado e acrescido de custas, se houver, sob pe-na de incidência de multa de 10% (dez por cento), além de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o total (art. 523, caput e § 1º e art. 85,§§ 1º e 2º, CPC), ressaltando que não efetuado o pagamento voluntário no prazo legal, inicia-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente a parte executada, nos próprios autos, sua impugnação. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2022.

REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.897.466/0001-05

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.003	613
Contas a receber	38	35
Créditos diversos	33	12
Tributos a Recuperar	51	82
Valores a receber de partes relacionadas	12	114
Despesas Antecipadas	1	1
Total do ativo circulante	**1.138**	**857**
Não circulante		
Imobilizado	307	220
Propriedade para investimentos	12.117	12.234
Total do ativo não circulante	**12.424**	**12.454**
Total do ativo	**13.562**	**13.311**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	19	45
Valores a pagar para partes relacionadas	115	127
Obrigações tributárias	27	21
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	67
Adiantamento de clientes	40	51
Dividendos a pagar	548	242
Total do passivo circulante	**768**	**553**
Não circulante		
Impostos diferidos	265	1.042
Total do passivo não circulante	**265**	**1.042**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.469	11.669
Reserva Legal	154	47
Total do patrimônio líquido	**11.623**	**11.716**
Total do passivo e patrimônio líquido	**13.562**	**13.311**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Reserva				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.969**	**6**	**77**	–	**12.052**
Redução de capital	(300)	–	–	–	(300)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	824	824
Reserva Legal	–	41	–	(41)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(196)	(196)
Dividendos Adicionais	–	–	(77)	(587)	(664)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.669**	**47**	–	–	**11.716**
Redução de capital	(200)	–	–	–	(200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.141	2.141
Reserva Legal	–	107	–	(107)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(508)	(508)
Dividendos Adicionais	–	–	–	(1.525)	1.525
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.469**	**154**	–	–	**11.623**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**2.764**	**2.384**
Custo de Operação	**(559)**	**(584)**
Lucro bruto	**2.205**	**1.800**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(250)	(247)
Despesas gerais e administrativas	(326)	(337)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(15)
Outras receitas/despesas	104	(55)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.685**	**1.114**
Resultado financeiro líquido	**(123)**	**25**
Receitas financeiras	40	61
Despesas financeiras	(163)	(36)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.562**	**1.139**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	776	(178)
Impostos IRPJ e CSLL	(197)	(137)
Lucro dos exercícios	**2.141**	**824**

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	2.141	824
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**2.141**	**824**

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.562	1.139
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	162	156
Provisão para participação nos Lucros	4	42
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(111)	54
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	108	(47)
Créditos Diversos	(21)	18
Valores a receber de partes relacionadas	102	(92)
Tributos a Recuperar	31	(46)
Despesas Antecipadas	–	(1)
Outros Ativos	–	7
Fornecedores	(26)	18
Valores a pagar para partes relacionadas	(12)	53
Obrigações tributárias	(191)	(136)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(52)	(46)
Adiantamento de clientes	(12)	12
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**1.543**	**1.131**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(124)	(62)
Adições de propriedade para investimento	(8)	–
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(132)**	**(62)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(200)	(300)
Distribuição de Dividendos	(822)	(647)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(1.022)**	**(947)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**390**	**122**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	613	491
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.003	613
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**390**	**122**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 17 de setembro de 2013, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Rua Professor Luciano Prata, 90, Vila Baruel, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *Self-storage*; (ii) adquirir, deter, explorar, arrendar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia e que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Rebouças Empreendimentos S.A. (nova denominação da REC SS Pipeline Empreendimentos VIII S.A.) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de emitirmos parecer sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza material em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza material, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queroda - CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Rebouças Empreendimentos S.A.

(nova denominação da REC SS Pipeline Empreendimentos VIII S.A.) CNPJ/MF nº 34.546.072/0001-50

Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.158	1.589
Contas a receber	2	–
Créditos diversos	183	–
Tributos a Recuperar	2	1
Total do ativo circulante	**1.345**	**1.590**
Não circulante		
Propriedade para investimento	18.743	9.848
Consórcio	448	1.883
Total do ativo não circulante	**19.191**	**11.531**
Total do ativo	**20.536**	**13.121**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	383	543
Valores a pagar para partes relacionadas	67	14
Obrigações tributárias	8	12
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	40	3
Adiantamento de clientes	8	–
Outras contas a pagar	398	4.292
Total do passivo circulante	**904**	**4.864**
Não circulante		
Impostos diferidos	1	–
Total do passivo não circulante	**1**	**–**
Patrimônio líquido		
Capital social	20.670	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital (PNC)	–	8.695
Prejuízos acumulados	(1.039)	(439)
Total do patrimônio líquido	**19.631**	**8.256**
Total do passivo e patrimônio líquido	**20.536**	**13.121**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**37**	**–**
Custo de Operação	**(123)**	**–**
Lucro bruto	**(86)**	**–**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(11)	–
Despesa com pess

Reforço com Pfizer aumenta proteção em quem recebeu doses da CoronaVac

Receber uma dose de reforço da vacina da Pfizer após duas doses de CoronaVac produz uma proteção mais efetiva contra a variante Ômicron do que uma terceira aplicação da CoronaVac, indica um estudo divulgado na terça-feira (5) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O trabalho avaliou dados do e-SUS, do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) e do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Os dados abrangem de 6 de setembro de 2021 a 10 de março de 2022, e foram divididos em dois períodos, de 6 de setembro de 2021 a 14 de dezembro de 2021, quando a variante Delta era a dominante no Brasil; e de 25 de dezembro de 2021 a 10 de março de 2022, quando havia maior circulação da variante Ômicron.

Para avaliar a efetividade da dose de reforço em pessoas vacinadas com duas doses de CoronaVac foram desenhados três cenários. No primeiro, foram analisadas pessoas que receberam as duas doses da vacina produzida no Instituto Butantan e não reforçaram a imunização nos seis meses seguintes. Os pesquisadores calcularam que a efetividade de apenas doses contra infecções sintomáticas durante o período de maior circulação da variante Ômicron foi de 8,1%, enquanto a proteção contra desfechos graves da doença chegou a 57%.

No segundo cenário, foram avaliados casos em que as pessoas receberam uma dose de reforço também de CoronaVac, o que produziu uma proteção adicional considerada limitada pelos pesquisadores. A efetividade contra infecções sintomáticas foi de 15%, e contra casos graves, de 71,3%.

O terceiro cenário, em que a dose de reforço foi com a vacina da Pfizer, apresentou os maiores percentuais de efetividade: de 56,8% contra infecções sintomáticas e de 85,5% contra casos graves. Além disso, o estudo mostrou que, 90 dias após a dose de reforço, a proteção contra casos graves não caiu, o que foi observado na vacinação com três doses da CoronaVac.

Os pesquisadores afirmam que as conclusões reforçam a orientação do Ministério da Saúde de que a dose de reforço deve ser prioritariamente com vacinas com a tecnologia de RNA mensageiro. A recomendação foi publicada em nota técnica de novembro de 2021. No Brasil, o imunizante da Pfizer é o único com essa plataforma tecnológica.

As vacinas contra a covid-19 usadas no Brasil são de três plataformas tecnológicas diferentes. Além da vacina de RNA mensageiro (Pfizer), que contêm RNA sintético do SARS-CoV-2, há ainda as vacinas de vetor viral (AstraZeneca e Janssen), em que outro vírus é usado como vetor para transportar informações genéticas do coronavírus, e a de vírus inativado (CoronaVac), que contém o vírus "morto", incapaz de se replicar. (Agencia Brasil)

Dólar tem maior alta em três semanas com juros nos EUA

As preocupações com os juros nos Estados Unidos e com o agravamento da guerra entre Rússia e Ucrânia provocou um dia de pessimismo no mercado financeiro global. Depois de três quedas seguidas, o dólar teve a maior alta diária em três semanas. A bolsa de valores caiu quase 2%, pressionada pelo mercado externo e pela indefinição em torno da troca de comando da Petrobras.

O dólar comercial fechou a terça-feira (5) vendido a R$ 4,659, com alta de R$ 0,059 (+1,11%). A cotação chegou a abrir em queda, mas passou a subir assim que o mercado norte-americano começou a operar. Na máxima do dia, por volta das 11h45, a moeda chegou a ser vendida a R$ 4,67.

Essa foi a maior valorização diária desde 14 de março. Apesar da alta de terça-feira, o dólar acumula queda de 2,14% em abril. Em 2022, o recuo chega a 16,45%.

O dia também foi tenso no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 118.885 pontos, com queda de 1,97%. O indicador operou em alta durante a manhã, mas desabou durante a tarde.

A perspectiva de prolongamento do conflito entre Rússia e Ucrânia azedou o mercado financeiro na terça. Após a revelação de centenas de corpos de civis numa cidade próxima a Kiev, que levanta suspeitas de crime de guerra contra a Rússia, parte dos investidores começa a apostar que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) poderá aumentar os juros em meio ponto percentual nas próximas reuniões, em ritmo mais intenso que o previsto.

Na última reunião, no fim de março, o Fed elevou os juros básicos em 0,25 ponto percentual. Juros mais altos em países avançados estimulam a fuga de capitais de economias emergentes, como o Brasil.

No mercado interno, a indefinição em torno da troca de comando da Petrobras continuou a pressionar a bolsa. Na segunda-feira (4) à noite, o economista Adriano Pires, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada para administrar a estatal, anunciou a desistência do cargo. As ações da Petrobras caíram 0,06% (papéis ordinários) e 0,28% (papéis preferenciais). (Agencia Brasil)

Butantan exporta vacina contra a gripe para Uruguai e Nicarágua

O Instituto Butantan exporta lotes de vacina contra a gripe para o Uruguai e a Nicarágua. No total, serão disponibilizadas 925 mil doses às duas nações visando fortalecer o estoque de imunizantes contra o vírus influenza.

O primeiro lote já foi enviado. Cerca de 225 mil doses foram encaminhadas para a Nicarágua. O Uruguai receberá as 700 mil doses restantes.

A vacina do Butantan é a chamada "trivalente". O nome é dado pela capacidade de gerar respostas imunológicas contra três variantes do vírus influenza: H1N1, a cepa B e H3N2. Esse último tipo chegou a provocar diversos casos no Brasil no ano passado.

A instituição de pesquisa foi selecionada em edital de licitação da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a região. O Butantan foi aceito pelo fato de sua vacina contra a gripe ter sido incluída em uma lista de imunizantes da Opas.

A vacina contra a gripe do Instituto Butantan é utilizada também na vacinação no Brasil. (Agencia Brasil)

REC SS Clínicas Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 28.877.837/0001-32

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.127	1.518
Tributos a Recuperar	29	28
Total do ativo circulante	**1.156**	**1.546**
Não circulante		
Propriedade para investimentos	37.493	24.732
Total do ativo não circulante	**37.493**	**24.732**
Total do ativo	**38.649**	**26.278**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	11	397
Valores a pagar para partes relacionadas	11	17
Obrigações tributárias	24	9
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3	3
Dividendos obrigatórios	–	24
Total do passivo circulante	**49**	**450**
Não circulante		
Impostos diferidos	27	27
Total do passivo não circulante	**27**	**27**
Patrimônio líquido		
Capital social	30.780	21.771
Reserva Legal	–	6
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.880	4.024
Prejuízos acumulados	(87)	–
Total do patrimônio líquido	**38.573**	**25.801**
Total do passivo e patrimônio líquido	**38.649**	**26.278**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva Reserva de Lucros	Lucro/ Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**16.021**	**5.650**	**10**	**129**	**–**	**21.810**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	4.124	–	–	–	4.124
Aumento de capital	5.750	(5.750)	–	–	–	–
Reversão de dividendos obrigatórios	–	–	–	24	–	24
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(4)	(153)	157	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(157)	(157)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**21.771**	**4.024**	**6**	**–**	**–**	**25.801**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	12.865	–	–	–	12.865
Aumento de capital	9.009	(9.009)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(116)	(116)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(6)	–	6	–
Reversão de dividendos obrigatórios	–	–	–	–	24	24
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30.780**	**7.880**	**–**	**–**	**(87)**	**38.573**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**–**	**8**
Custo de Operação	**–**	**(98)**
Prejuízo bruto	**–**	**(90)**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	–	(9)
Despesa com pessoal	(38)	–
Despesas gerais e administrativas	(53)	(49)
Despesas tributárias	(7)	–
Outras despesas	(5)	(2)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(102)**	**(150)**
Resultado financeiro líquido	**(14)**	**2**
Receitas financeiras	16	9
Despesas financeiras	(30)	(7)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(116)**	**(148)**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	–	(9)
Prejuízo dos exercícios	(116)	(157)

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	**(116)**	**(157)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(116)**	**(157)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(116)**	**(148)**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	–	12
Provisão para participação nos Lucros	(1)	3
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	–	80
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	–	(61)
Créditos Diversos	–	44
Tributos a Recuperar	(1)	(26)
Despesas Antecipadas	–	6
Fornecedores	(387)	397
Valores a pagar para partes relacionadas	(6)	11
Obrigações tributárias	15	(1)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1	(7)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(495)**	**310**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(12.761)	(6.616)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(12.761)**	**(6.616)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.865	4.124
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**12.865**	**4.124**
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(391)**	**(2.182)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	1.518	3.700
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.127	1.518
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(391)**	**(2.182)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 19 de outubro de 2017, na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Teodoro Sampaio nº 309, Pinheiros, na cidade de São Paulo-SP, Brasil, com a denominação de REC SS Clínicas Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
Adriana Alcazar – Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Clínicas Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Clínicas Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Querodia CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Estado Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 19.028.793/0001-85

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.341	778
Contas a receber	21	51
Créditos diversos	40	3
Tributos a Recuperar	141	135
Valores a receber de partes relacionadas	6	6
Despesas Antecipadas	3	5
Total do ativo circulante	**1.552**	**978**
Não circulante		
Depósitos Judiciais	373	351
Imobilizado	372	361
Propriedade para investimentos	15.350	15.540
Total do ativo não circulante	**16.095**	**16.252**
Total do ativo	**17.646**	**17.229**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	25	38
Valores a pagar para partes relacionadas	125	147
Obrigações tributárias	31	28
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	26	83
Adiantamento de clientes	56	49
Dividendos a pagar	2.009	236
Total do passivo circulante	**2.272**	**581**
Não circulante		
Impostos diferidos	475	1.620
Total do passivo não circulante	**475**	**1.620**
Patrimônio líquido		
Capital social	14.702	14.982
Reserva Legal	197	46
Total do patrimônio líquido	**14.899**	**15.028**
Total do passivo e patrimônio líquido	**17.646**	**17.229**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Reserva Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**15.482**	**1**	**5**	**–**	**15.489**
Redução de capital	(500)	–	–	–	(500)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	895	895
Reserva Legal	–	45	–	(45)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(213)	(213)
Dividendos Adicionais	–	–	(5)	(637)	(642)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**14.982**	**46**	**–**	**–**	**15.028**
Redução de capital	(280)	–	–	–	(280)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.018	3.018
Reserva Legal	–	151	–	(151)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(717)	(717)
Dividendos Adicionais	–	–	–	(2.150)	(2.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.702**	**197**	**–**	**–**	**14.899**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**3.535**	**2.851**
Custo de Operação	**(825)**	**(874)**
Custos com ocupação	(106)	(107)
Custo com pessoal	(126)	(155)
Custos gerais	(128)	(150)
Custo com depreciação e amortização	(245)	(240)
IPTU	(220)	(222)
Lucro bruto	**2.709**	**1.977**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(277)	(278)
Despesas gerais e administrativas	(366)	(352)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(7)
Outras receitas/despesas	248	(81)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.266**	**1.227**
Resultado financeiro líquido	**(175)**	**47**
Receitas financeiras	78	86
Despesas financeiras	(253)	(39)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.092**	**1.274**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	(279)	(279)
Impostos IRPJ e CSLL	1.145	(100)
Lucros dos exercícios	**3.018**	**895**

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro dos exercícios	3.018	895
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**3.018**	**895**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.092	1.274
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	245	241
Provisão para participação nos Lucros	(3)	53
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(254)	67
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	283	(62)
Créditos Diversos	(37)	26
Tributos a Recuperar	(6)	(79)
Despesas Antecipadas	2	–
Depósitos Judiciais	(22)	(20)
Fornecedores	(13)	10
Valores a pagar para partes relacionadas	(22)	66
Obrigações tributárias	(214)	(97)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(56)	(45)
Adiantamento de clientes	7	(1)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**2.002**	**1.434**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(65)	(71)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(65)**	**(71)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(280)	(500)
Distbuição de Dividendos	(1.094)	(620)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(1.374)**	**(1.120)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**563**	**242**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	778	536
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.341	778
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**563**	**242**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 8 de outubro de 2013 na forma de sociedade anônima de capital fechado, na Avenida do Estado, 5460, Cambuci, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Estado Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *Self-storage*; (ii) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços de *Self-storage*, em um empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
Adriana Alcazar – Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Aos Administradores e Acionistas da RES SS Estado Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Estado Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Querodia – CRC 1SP 294.059/O-8

Em evento, presidente destaca papel das Forças Armadas

O presidente Jair Bolsonaro elogiou o trabalho das Forças Armadas em discurso durante cerimônia de promoção de oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, na tarde da terça-feira (5), no Palácio do Planalto, em Brasília.

"Os senhores são a âncora do nosso país, sempre presentes em qualquer situação. Isso traz tranquilidade para o governo, para os seus ministros, na certeza que o trabalho dos senhores é revertido para todos os 215 milhões de habitantes", disse.

Numa referência a períodos anteriores da história do Brasil, sem citar quais, o presidente, que é capitão reformado do Exército, falou em "sacrifício da própria vida" em nome da pátria. "Sempre estivemos ao lado da legalidade. Tenha certeza, se a pátria um dia voltar a nos chamar, por ela tudo faremos, até mesmo em sacrifício da própria vida. O povo espera muito de nós. Querem paz, tranquilidade, transparência, querem um governo que trabalhe por eles".

O presidente disse que a economia do país se recuperou e que os dados econômicos têm mostrado para onde o país está indo. "Vencemos obstáculos terríveis, mas o Brasil é grande. Os problemas e as consequências desses obstáculos estão no mundo todo. E o Brasil foi um dos que menos sofreu na economia".

Bolsonaro voltou a criticar a cobertura da imprensa sobre sua gestão. "A gente lamenta, por parte da nossa imprensa, ataques descomunais. Estamos há três anos e três meses com foco de inquietação. Mas quem tem a consciência tranquila e Deus ao seu lado vence todos os obstáculos". (Agencia Brasil)

Congresso promulga emenda com anistia a partido que descumpriu cotas

O Congresso Nacional promulgou na terça-feira (5) a Emenda à Constituição que prevê anistia aos partidos que descumpriram a cota mínima de recursos para mulheres e negros em eleições passadas.

A anistia concedida aos partidos envolve sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão de repasses do fundo partidário. Ao justificar a aprovação da proposta, a deputada Margarete Coelho (PP-PI) alegou que ação dos partidos nas eleições de 2020 foi dificultada pelas restrições da pandemia de covid-19.

"Não está aqui a falar alguém que é a favor de anistia. Estou reconhecendo um período de exceção, um período em que os partidos políticos não conseguiram aplicar determinados percentuais legais ou constitucionais em decorrência da pandemia", esclareceu a relatora da proposta.

A emenda à Constituição prevê ainda que sejam destinados, ao menos, 30% do fundo eleitoral e da parcela do fundo partidário relativa às campanhas eleitorais para mulheres, respeitando a proporção de candidatas. A medida também vale para propaganda em rádio e TV, que também deve respeitar os 30% em relação ao tempo de veiculação dos programas para mulheres.

O texto determina que os partidos apliquem, pelo menos, 5% do fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Pelo texto, recursos não utilizados no passado poderão ser usados nas próximas eleições.

A emenda à Constituição é um desdobramento de decisão de 2018 do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, a Corte decidiu que a distribuição de recursos do fundo partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais direcionadas às candidaturas de mulheres deve ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres.

Também com a decisão, a Suprema Corte definiu a obrigação de uso de 5% do fundo partidário para a promoção da participação política das mulheres já está prevista na Lei dos Partidos Políticos. As duas regras foram incluídas na Constituição Federal. (Agencia Brasil)

Brasil registra 27,3 mil casos e 216 mortes em 24 horas da Covid 19

Em 24 horas, foram registrados por autoridades de saúde 27.331 novos casos de covid-19. Conforme as secretarias e o Ministério da Saúde, também foram confirmadas 216 novas mortes causadas por complicações associadas à covid-19.

Com essas novas estatísticas, o país alcançou 30.040.129 pessoas infectadas pelo coronavírus durante a pandemia. Até a última segunda-feira, o painel de informações do Ministério da Saúde contabilizava 30.012.798 casos acumulados.

O número de casos em acompanhamento de covid-19 está em 487.248. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta nem evoluíram para morte.

Com as novas mortes confirmadas, o total de pessoas que não resistiram à covid-19 chegou a 660.528.Na segunda-feira, o sistema de dados da pandemia marcava 660.312 vidas perdidas para a covid-19.

Ainda há 3.083 mortes em investigação. As mortes em investigação ocorrem pelo fato de haver casos em que o paciente faleceu, mas a investigação se a causa foi covid-19 ainda demandar exames e procedimentos posteriores.

28.892.353 pessoas se recuperaram da covid-19. O número corresponde a 96,2% dos infectados desde o início da pandemia.

Os dados estão na atualização do Ministério da Saúde divulgado na terça-feira (5). Nela, são consolidadas as informações enviadas por secretarias municipais e estaduais de saúde sobre casos e mortes associados à covid-19.

Os números em geral são menores aos domingos, segundas-feiras e nos dias seguintes aos feriados em razão da redução de equipes para alimentação dos dados. Às terças-feiras e dois dias depois dos feriados, em geral há mais registros diários pelo acúmulo de dados atualizado.

Estados

Segundo o balanço do Ministério da Saúde, no topo do ranking de estados com mais mortes por covid-19 registradas até o momento estão São Paulo (167.548), Rio de Janeiro (72.948), Minas Gerais (60.948), Paraná (42.940) e Rio Grande do Sul (39.117).

Já os estados com menos óbitos resultantes da pandemia são Acre (1.994), Amapá (2.127), Roraima (2.146), Tocantins (4.147) e Sergipe (6.325).

Vacinação

O último balanço do Ministério da Saúde aponta que foram aplicadas 400,6 milhões de doses de vacinas contra a covid-19, sendo 173 milhões com a primeira dose, 151,3 milhões com a segunda dose e 4,7 milhões com a dose única. Outros 68,6 milhões de pessoas já receberam a dose de reforço e 2,8 milhões receberam a segunda dose de reforço. (Agencia Brasil)

REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 18.756.461/0001-54

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.136	922
Contas a receber	4	24	23
Créditos diversos		39	10
Tributos a Recuperar		30	46
Valores a receber de partes relacionadas	6	2	1
Despesas Antecipadas		2	3
Total do ativo circulante		**1.233**	**1.005**
Não circulante			
Imobilizado		843	857
Propriedade para investimentos	5	18.358	18.542
Total do ativo não circulante		**19.201**	**19.399**
Total do ativo		**20.434**	**20.404**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		16	43
Valores a pagar para partes relacionadas	6	119	140
Obrigações tributárias		153	144
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		23	75
Adiantamento de clientes		35	60
Dividendos a pagar		1.850	408
Total do passivo circulante		**2.196**	**870**
Não circulante			
Impostos diferidos	12	–	1.204
Total do passivo não circulante		**–**	**1.204**
Patrimônio líquido			
Capital social	7.a	17.976	18.235
Reserva Legal	7.b	261	95
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		**18.237**	**18.330**
Total do passivo e patrimônio líquido		**20.434**	**20.404**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**18.685**	**12**	**171**	–	**18.868**
Redução de capital	7.a	(450)	–	–	–	(450)
Lucro líquido do exercício	7.b	–	–	–	1.669	1.669
Reserva Legal		–	83	–	(83)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios		–	–	–	(396)	(396)
Dividendos Adicionais				(171)	(1.189)	(1.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	**18.235**	**95**	**–**	**–**	**18.330**
Redução de capital	7.a	(259)	–	–	–	(259)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	3.323	3.323
Reserva Legal	7.b	–	166	–	(166)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	7.c	–	–	–	(789)	(789)
Dividendos Adicionais		–	–	–	(2.368)	(2.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	**17.976**	**261**	**–**	**–**	**18.237**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	9	**3.871**	**3.423**
Custo de Operação	10	**(738)**	**(759)**
Lucro bruto		**3.133**	**2.664**
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(45)	(31)
Despesa com pessoal		(264)	(262)
Despesas gerais e administrativas	11	(318)	(324)
Depreciação e amortização		–	(1)
Impostos tributários		(4)	(15)
Outras receitas/despesas		52	(20)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**2.554**	**2.011**
Resultado financeiro líquido		**(10)**	**40**
Receitas financeiras		40	70
Despesas financeiras		(50)	(29)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.544**	**2.052**
Impostos IRPJ e CSLL	12	(424)	(383)
Imposto IRPJ e CSLL diferidos		**1.204**	–
Lucro dos exercícios		**3.323**	**1.669**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	3.323	1.669
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**3.323**	**1.669**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.544**	**2.052**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	338	335
Provisão para participação nos Lucros	(2)	47
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(42)	16
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	41	13
Créditos Diversos	(29)	6
Tributos a Recuperar	17	(2)
Fornecedores	(27)	17
Valores a pagar para partes relacionadas	(21)	80
Obrigações tributárias	(416)	(298)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(50)	(42)
Adiantamento de clientes	(25)	(1)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**2.329**	**2.223**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(141)	(50)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(141)**	**(50)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(259)	(450)
Distribuição de Dividendos	(1.715)	(1.410)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(1.974)**	**(1.860)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**214**	**313**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	922	609
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.136	922
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**214**	**313**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 28 de fevereiro de 2013, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Rua Silva Airosa, nº 120 – E148, Vila Ribeiro de Barros, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *Self-storage*; (ii) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *Self-storage*, em um empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo.

Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A. São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada independentes da Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradasrelevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Camila Coelho Queiroda
CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Genebra Emprendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.001.283/0001-66

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.351	1.012
Contas a receber	32	51
Créditos diversos	44	–
Tributos a Recuperar	262	237
Valores a receber de partes relacionadas	3	3
Despesas Antecipadas	3	2
Total do ativo circulante	**1.695**	**1.305**
Não circulante		
Imobilizado	252	209
Propriedade para investimento	15.990	16.232
Total do ativo não circulante	**16.242**	**16.441**
Total do ativo	**17.937**	**17.746**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	16	42
Valores a pagar para partes relacionadas	124	149
Obrigações tributárias	37	37
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	80
Adiantamento de clientes	44	52
Dividendos a pagar	1.284	270
Outras contas a pagar	–	7
Total do passivo circulante	**1.523**	**637**
Não circulante		
Impostos diferidos	927	1.418
Total do passivo não circulante	**927**	**1.418**
Patrimônio líquido		
Capital social	15.317	15.637
Reserva Legal	170	54
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**15.486**	**15.691**
Total do passivo e patrimônio líquido	**17.937**	**17.746**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**16.887**	**1**	**10**	–	**16.898**
Redução de capital	7.a	(1.250)	–	–	–	(1.250)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.068	1.068
Reserva Legal		–	53	–	(53)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios		–	–	–	(254)	(254)
Dividendos Adicionais				(10)	(761)	(771)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	**15.637**	**54**	**–**	**–**	**15.691**
Redução de capital	7.a	(320)	–	–	–	(320)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.318	2.318
Reserva Legal	7.b	–	116	–	(116)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	7.c	–	–	–	(551)	(551)
Dividendos Adicionais	7.c	–	–	–	(1.652)	(1.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	**15.317**	**170**	**–**	**–**	**15.486**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**3.613**	**3.236**
Custo de Operação	**(941)**	**(971)**
Lucro bruto	**2.671**	**2.264**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(284)	(297)
Despesas gerais e administrativas	(382)	(373)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(5)
Outras receitas/despesas	149	(85)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.106**	**1.472**
Resultado financeiro líquido	**(73)**	**43**
Receitas financeiras	67	91
Despesas financeiras	(140)	(48)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.034**	**1.515**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	491	(319)
Impostos IRPJ e CSLL	(206)	(128)
Lucro dos exercícios	**2.318**	**1.068**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro dos exercícios	2.318	1.068
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**2.318**	**1.068**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.034	1.515
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajuste para:		
Depreciação e amortização	278	276
Provisão para participação nos Lucros	(3)	58
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(135)	81
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	154	(58)
Créditos Diversos	(44)	29
Tributos a Recuperar	(25)	(88)
Despesas Antecipadas	(2)	–
Outros Ativos	–	8
Fornecedores	(26)	12
Valores a pagar para partes relacionadas	(25)	66
Obrigações tributárias	(206)	(123)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(58)	(48)
Adiantamento de clientes	(8)	(13)
Outras contas a pagar	(7)	7
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.927**	**1.722**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(79)	(40)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	**(79)**	**(40)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(320)	(1.250)
Distribuição de Dividendos	(1.189)	(759)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(1.509)**	**(2.009)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**339**	**(327)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	1.012	1.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.351	1.012
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**339**	**(327)**

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 9 de setembro de 2014, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Rua Genebra, nº 158, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Genebra Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de futuras locações temporárias de espaços individuais de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo.

Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de valores a pagar com fornecedores, partes relacionadas, tributos e demais obrigações apresentadas no passivo da Companhia. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 03 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Genebra Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Genebra Empreendimentos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Genebra Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir Intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queiroda – CRC 1SP 294.059/O-8

Em março, 445 mil jovens de 15 a 18 anos tiraram o título de eleitor

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou na terça-feira (5) que 445,5 mil jovens entre 15 e 18 anos tiraram o primeiro título eleitor no mês de março. O número foi conquistado após uma campanha realizada pelo tribunal nas redes sociais para engajar o público a comparecer às urnas durante as eleições de outubro.

Segundo o TSE, a emissão de novos títulos teve crescimento de 27,6% em relação ao mês de fevereiro deste ano, quando 349 mil eleitores emitiram o documento.

De acordo com o levantamento, a procura pelo primeiro título foi maior entre os jovens com 17 anos. Nessa faixa etária, 158,9 mil documentos foram concedidos em março.

O prazo para tirar o primeiro título de eleitor, regularizar a situação do documento ou solicitar transferência do local de votação termina em 4 de maio. Após a data, o cadastro eleitoral será fechado e nenhuma alteração poderá ser feita nos registros.

Para verificar se há pendências, o eleitor deve entrar no site do TSE e checar se há algum débito em seu nome pela aplicação de multa por não ter votado em eleições anteriores, caso mais comum de irregularidade.

O primeiro turno será realizado no dia 2 de outubro, quando os eleitores vão às urnas para eleger o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Eventual segundo turno para a disputa presidencial e aos governos estaduais será em 30 de outubro.

Checagem de notícias

Na terça-feira, o TSE também lançou um robô virtual para tirar dúvidas dos eleitores e combater a desinformação sobre as eleições.

A conversa com o assistente virtual pode ser iniciada adicionando o número +55 61 9637-1078 à lista de contatos do WhatsApp.

Mais detalhes podem ser encontrados no site do TSE. (Agencia Brasil)

Paraná recebe aprovação e passa a compor a coalizão global contra mudanças climáticas

O Governo do Paraná foi informado, na segunda-feira (04), que sua candidatura para integrar a Coalizão Under2 (Under2 Coalition) foi aprovada pelo Steering Group. Com isso, o Estado passa a integrar a maior rede global de governos estaduais e regionais que se comprometem a realizar ações de adaptação e mitigação dos efeitos causados pelas mudanças climáticas.

Dentre os benefícios destinados aos participantes da coalizão, destaca-se o apoio técnico na elaboração de projetos, programas e ações de mitigação; possibilidade de contribuição e participação nos principais fóruns globais sobre mudanças climáticas, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Conferência das Partes - COP); além de eventos como a Semana do Clima de Nova York, atualmente coordenada pelo secretariado da Under2 Coalition.

O Paraná também tem a possibilidade de participar de assinaturas de declarações de apoio e ações que visam amenizar esses impactos. "Essa conquista representa que o Paraná é oficialmente um Estado comprometido em reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)", destaca o secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Everton Souza.

Uma das ações da pasta ambiental para incentivar a redução de GEE é o Selo Clima Paraná, reconhecimento que o Estado oferece todo ano a empresas que declaram suas emissões durante as atividades. Quanto mais detalhada a declaração, maior é seu reconhecimento, entre Original, Ouro e Ouro Plus.

O Estado ainda é signatário do Race To Zero, movimento das Nações Unidas para conter o aquecimento global, tem uma parceria estratégica com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para um estudo de caso sobre desenvolvimento sustentável – inclusive sendo reconhecido como exemplo global em relação aos ODS – e criou o primeiro comitê público-privado de ESG do Brasil, para discutir soluções com a iniciativa privada.

Com essa nova conquista, o Paraná agora faz parte de uma aliança formada por mais de 260 governos que representam 1,7 bilhão de pessoas e 50% da economia global. Todos, de acordo com o Steering Group, são comprometidos em atuar com alinhamento ao Acordo de Paris, que prevê manter o aumento da temperatura abaixo de 2 °C, e no esforço adicional para um máximo de 1,5 °C.

O Acordo é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020. Ele também visa o reforço da capacidade dos países de responder ao desafio em um contexto de desenvolvimento sustentável.

Segundo o diretor de Políticas Ambientais da Sedest, Rafael Andreguetto, o Paraná foi aceito nesse grupo por já conter políticas ambientais e climáticas, voltadas a este objetivo. "O Paraná tem pioneirismo nas ações ambientais e climáticas, tendo instituído o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais em 2008 e a Política Estadual sobre Mudança do Clima em 2012, além de diversos programas e projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a proteção ambiental", destacou.

A adesão do Paraná à rede global também irá fortalecer e integrar ainda mais as ações do programa Sinais da Natureza. Desenvolvido em 2020, numa parceria entre a Sedest e o Sinepar, o objetivo é desenvolver projetos e ações de prevenção, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no território paranaense.

De acordo com o diretor-presidente do Simepar, Eduardo Alvim Leite, um aspecto presente no Sinais da Natureza é a busca do incremento da resiliência do meio ambiente e da sociedade paranaense aos impactos das mudanças climáticas, com destaque para os eventos hidrometeorológicos extremos e a ocorrência de desastres naturais.

"A abordagem que vem sendo implementada engloba o uso intensivo de ciência e tecnologia para análise das vulnerabilidades regionais existentes, instalação de infraestrutura moderna de monitoramento ambiental e estruturação de sistemas integrados de alerta e ação antecipada para mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais associados", destacou.

O programa conta com o envolvimento de diversos profissionais e busca parcerias e cooperações técnicas com outros órgãos e instituições de pesquisa, a fim de catalisar os projetos, ações, e principalmente, seus produtos. Voltado à pesquisa e ao desenvolvimento do tema mudanças climáticas, o programa é composto por 18 subprogramas agrupados em 5 módulos temáticos: políticas ambientais e adaptação; educação ambiental; ações de mitigação; mapeamento de vulnerabilidade, risco e resiliência; e estruturação do Plano Estadual de Mudanças Climáticas. (AENPR)

REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 26.074.834/0001-35

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.588	1.157
Contas a receber	41	103
Créditos diversos	40	10
Tributos a Recuperar	166	151
Valores a receber de partes relacionadas	9	2
Despesas Antecipadas	2	2
Total do ativo circulante	**1.846**	**1.425**
Não circulante		
Contas a Receber.	178	198
Imobilizado	334	321
Propriedade para investimentos	27.515	27.871
Total do ativo não circulante	**28.027**	**28.390**
Total do ativo	**29.873**	**29.815**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	13	76
Valores a pagar para partes relacionadas	128	142
Obrigações tributárias	74	28
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	76
Adiantamento de clientes	46	61
Dividendos a pagar	1.206	395
Total do passivo circulante	**1.486**	**778**
Não circulante		
Impostos diferidos	1.150	1.489
Total do passivo não circulante	**1.150**	**1.489**
Patrimônio líquido		
Capital social	27.077	27.514
Reserva Legal	160	34
Total do patrimônio líquido	**27.237**	**27.548**
Total do passivo e patrimônio líquido	**29.873**	**29.815**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**29.356**	–	**(651)**	**28.705**
Redução de capital	(1.842)	–	442	(1.400)
Lucro líquido do exercício	–	–	882	882
Reserva Legal	–	34	(34)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(160)	(160)
Dividendos Adicionais			(479)	(479)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**27.514**	**34**	**–**	**27.548**
Redução de capital	(437)	–	–	(437)
Lucro líquido do exercício	–	–	2.516	2.516
Reserva Legal	–	126	(126)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(597)	(597)
Dividendos Adicionais	–	–	(1.792)	(1.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**27.077**	**121**	**–**	**27.237**

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**4.235**	**3.092**
Custo de Operação	**(1.150)**	**(1.038)**
Lucro bruto	**3.085**	**2.054**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(299)	(285)
Despesas gerais e administrativas	(386)	(338)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(7)	(15)
Outras receitas/despesas	104	(69)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.452**	**1.315**
Resultado financeiro líquido	**(27)**	**22**
Receitas financeiras	60	69
Despesas financeiras	(87)	(47)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.425**	**1.337**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	337	(437)
Impostos IRPJ e CSLL	(246)	(18)
Lucro dos exercícios	**2.516**	**882**

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	2.516	882
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**2.516**	**882**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	2.425	1.337
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	399	391
PIS e COFINS diferido	(2)	(2)
Provisão para participação nos Lucros	1	54
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	7	70
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	75	(51)
Créditos Diversos	(30)	13
Valores a receber de partes relacionadas	(7)	–
Tributos a Recuperar	(15)	(150)
Despesas Antecipadas	–	3
Fornecedores	(63)	54
Valores a pagar para partes relacionadas	(14)	68
Obrigações tributárias	(200)	(4)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(58)	(56)
Adiantamento de clientes	(15)	18
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**2.503**	**1.745**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(56)	(143)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(56)**	**(143)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(437)	(1.400)
Distbuição de Dividendos	(1.579)	(275)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(2.016)**	**(1.675)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**431**	**(73)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	1.157	1.230
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.588	1.157
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**431**	**(73)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 29 de agosto de 2016, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Lins de Vasconcelos, nº 1.794, Cambuci, cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Aclimação Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais, de *self-storage* ou não, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
Adriana Alcazar
Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Aclimação Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes LTDA.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queroda CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 23.199.556/0001-54

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.642	484
Contas a receber	20	40
Créditos diversos	45	4
Tributos a Recuperar	187	18
Valores a receber de partes relacionadas	180	180
Despesas Antecipadas	4	4
Total do ativo circulante	**2.078**	**730**
Não circulante		
Imobilizado	366	384
Propriedade para investimentos	43.340	17.112
Total do ativo não circulante	**43.706**	**17.496**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	358	210
Valores a pagar para partes relacionadas	107	133
Obrigações tributárias	39	33
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	39	70
Adiantamento de clientes	63	43
Dividendos a pagar	1.207	90
Outras contas a pagar	–	13
Total do passivo circulante	**1.812**	**592**
Não circulante		
Impostos diferidos	181	1.125
Total do passivo não circulante	**181**	**1.125**
Patrimônio líquido		
Capital social	16.492	16.492
Reserva Legal	128	17
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27.172	–
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**43.792**	**16.509**
Total do passivo e patrimônio líquido	**45.786**	**18.226**

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**3.330**	**2.352**
Custo de Operação	**(1.238)**	**(1.008)**
Lucro bruto	**1.992**	**1.344**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(250)	(240)
Despesas gerais e administrativas	(436)	(340)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(4)	(19)
Outras receitas/despesas	63	(79)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.320**	**634**
Resultado financeiro líquido	**16**	**8**
Receitas financeiras	42	50
Despesas financeiras	(26)	(42)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.336**	**642**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	945	(294)
Impostos IRPJ e CSLL	(69)	–
Lucro dos exercícios	**2.212**	**348**

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	2.212	348
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**2.212**	**348**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.372	642
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	284	275
Provisão para participação nos Lucros	(1)	44
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(81)	79
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	101	(59)
Créditos Diversos	(41)	28
Valores a receber de partes relacionadas	–	(180)
Tributos a Recuperar	169	(11)
Fornecedores	148	63
Valores a pagar para partes relacionadas	(26)	40
Obrigações tributárias	(301)	17
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(31)	(48)
Adiantamento de clientes	20	2
Outras contas a pagar	(13)	13
Imposto de renda e contribuição social	238	–
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**1.464**	**905**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(36)	(125)
Adições de propriedade para investimento	(26.457)	–
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(26.493)**	**(125)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	–	(450)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.172	–
Distbuição de Dividendos	(985)	(241)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**26.187**	**(691)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.158**	**89**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	484	395
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.642	484
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.158**	**89**

Demonstrações dos Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**18.956**	–	**(2.015)**	–	**16.941**
Redução de capital	(2.464)	–	2.015	–	(449)
Lucro líquido do exercício	–	–	348	–	348
Reserva Legal	–	17	(17)	–	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(83)	–	(83)
Dividendos Adicionais	–	–	(248)	–	(248)
Reserva de Lucro	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**16.492**	**17**	**–**	–	**16.509**
Redução de capital	–	–	–	–	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	–	–	27.172	27.172
Lucro líquido do exercício	–	–	2.212	–	2.212
Reserva Legal	–	111	(111)	–	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(525)	–	(525)
Dividendos Adicionais	–	–	(1.577)	–	(1.577)
Reserva de Lucro	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.492**	**128**	**–**	**27.172**	**43.731**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 02 de setembro de 2015, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Rua Luiz Gatti, nº 603, Água Branca, na cidade de São Paulo, SP Brasil, com a denominação de REC SS Lapa Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
Adriana Alcazar
Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Lapa Empreendimentos S.A. – São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Lapa Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Lapa Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes LTDA.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queroda – CRC 1SP 294.059/O-8

Paraná abre mais de 70 mil empresas no primeiro trimestre

O Paraná ganhou 71.466 novas empresas neste primeiro trimestre. Só em março foram 24.397 empreendimentos, maior volume do ano, seguido de fevereiro, com 23.730, e janeiro, com 23.339. O saldo (diferença entre aberturas e baixas) ficou em 42.190. Os dados são da Junta Comercial do Paraná (Jucepar).

O número de aberturas é muito similar a 2021, quando foram criados 73.077 empreendimentos. O Paraná tem atualmente 1,49 milhão de empresas ativas.

Do total aberto nos primeiros três meses de 2022, a maioria corresponde a MEIs, com 76,15%. Outros 20,37% são LTDA e 3% têm como Natureza Jurídica Empresário. Os outros segmentos são sendo Eireli (0,12%), S/A fechada (0,18%), S/A aberta (0,04%), Cooperativa (0,10%), Consórcio (0,03%) e outros (0,01%).

O Paraná também se destaca pela velocidade. Em março, foi o quarto estado mais ágil na abertura de empresas do País, com saldo de menos de um dia (21 horas) para a análise de 5.234 processos. Ficou atrás de Sergipe, Espírito Santo e Goiás. O tempo está bem abaixo da média nacional, de 2 dias e 1 hora.

O tempo total de abertura de empresas e demais pessoas jurídicas leva em consideração o período na etapa de viabilidade, na validação cadastral que os órgãos efetuam e na efetivação do registro e obtenção do CNPJ. Não são considerados os tempos de inscrições municipais ou estaduais e nem a obtenção de licenças para funcionamento do negócio.

Do total de empresas abertas no Estado, 95% concluíram o processo em até 3 dias, 3% em até 5 dias, 1% em até 7 dias e 1% registrou demora de mais de 7 dias. Os dados podem ser encontrados no relatório da Jucepar e na Rede-Sim, do governo federal.

No mesmo período de 2021, o tempo de abertura de empresas no Paraná estava em 1 dia e 1 hora, para a análise de 5.925 processos. No período, 94% das empresas conseguiam ser abertas em menos de 3 dias. (Agencia Brasil)

No Rio, carteiras de identidade passam a incluir pessoas não binárias

Carteiras de identidade emitidas no estado do Rio de Janeiro já podem informar "gênero não binário" na identificação do sexo da pessoa portadora do documento.

A informação foi divulgada na terça-feira (5) pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que teve o pedido atendido pelo Departamento de Trânsito do estado (Detran-RJ), órgão responsável pela emissão do RG.

Procurado pela **Agência Brasil**, o Detran-RJ confirmou que é pioneiro na emissão da identidade com gênero não-binarie. Segundo o órgão, o documento já pode ser emitido com essa informação desde fevereiro. Com essa decisão, pessoas que não se identificam com os gêneros masculino e feminino podem escolher o campo não binárie quando realizarem o cadastro para emissão do documento.

O pedido para que o documento incluísse a identidade de gênero das pessoas não binárias foi feito em dezembro do ano passado pela coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis), Mirela Assad, e pela defensora pública Fátima Saraiva.

A coordenadora do Nudiversis reforça que a adequação do documento à identidade de gênero das pessoas é de extrema importância. "É uma medida de inclusão social e reconhecimento de direitos", afirma.

"A alteração do sistema de identificação civil do Detran permitindo a inclusão do gênero "não binarie" é de extrema importância para a afirmação da existência destas pessoas. A partir desta alteração, outros órgãos públicos perceberão a necessidade de adequação dos seus sistemas", destaca Mirela Assad, em texto divulgado pela Defensoria Pública.

Mutirões de retificações de documentos para pessoas trans realizados no estado do Rio de Janeiro já haviam obtido as primeiras decisões judiciais para que o constasse "gênero não binárie" em certidões de nascimento.

Em novembro do ano passado, 47 pessoas conquistaram o direito de alterar seu nome e incluir o termo "gênero não binárie" na certidão de nascimento através do mutirão promovido pelo Nudiversis em parceria com a Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (Agencia Brasil)

André Mendonça toma posse como ministro substituto do TSE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça tomou posse na terça-feira (5) no cargo de ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições.

No dia 17 de março, Mendonça foi eleito de forma simbólica pelo plenário do STF para ocupar o posto.

O ministro acumulará as atividades da Justiça Eleitoral com as da Suprema Corte. Mendonça atuará nos casos em que os titulares oriundos do STF estiverem ausentes ou impedidos de participar dos julgamentos.

As cadeiras efetivas do STF no TSE são ocupadas pelos ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Os ministros Cármen Lúcia e Nunes Marques completam a lista de substitutos.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do STJ, e dois advogados com notório saber jurídico, nomeados pelo presidente da República, além dos substitutos.

André Mendonça tomou posse no Supremo em dezembro do ano passado. Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, Mendonça ocupou cadeira deixada pelo ministro Marco Aurélio, que foi empossado em 1990 e aposentado compulsoriamente ao completar 75 anos.

Foi a segunda indicação do presidente Jair Bolsonaro. Em 2020, o presidente indicou Nunes Marques para a cadeira de Celso de Mello, que também se aposentou. (Agencia Brasil)

REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.839.396/0001-35

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.459	1.018
Contas a receber	69	93
Créditos diversos	76	21
Tributos a Recuperar	230	25
Valores a receber de partes relacionadas	6	6
Despesas Antecipadas	1	2
Total do ativo circulante	**1.840**	**1.165**
Não circulante		
Imobilizado	467	359
Propriedade para investimentos	26.843	27.275
Total do ativo não circulante	**27.310**	**27.634**
Total do ativo	**29.151**	**28.799**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	21	65
Valores a pagar para partes relacionadas	151	179
Obrigações tributárias	37	36
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	94
Adiantamento de clientes	53	66
Dividendos a pagar	2.575	84
Total do passivo circulante	**2.860**	**524**
Não circulante		
Impostos diferidos	697	2.303
Total do passivo não circulante	**697**	**2.303**
Patrimônio líquido		
Capital social	25.375	25.935
Reserva Legal	219	37
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**25.594**	**25.972**
Total do passivo e patrimônio líquido	**29.151**	**28.799**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**26.585**	–	**(61)**	**26.524**
Redução de capital	(650)	–	–	(650)
Lucro líquido do exercício	–	–	803	803
Reserva Legal	–	37	(37)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(176)	(176)
Dividendos Adicionais	–	–	(529)	(529)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**25.935**	**37**	–	**25.972**
Redução de capital	(560)	–	–	(560)
Lucro líquido do exercício	–	–	3.643	3.643
Reserva Legal	–	182	(182)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(865)	(865)
Dividendos Adicionais	–	–	(2.595)	(2.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.375**	**219**	–	**25.594**

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**4.453**	**3.722**
Custo de Operação	**(1.285)**	**(1.269)**
Lucro bruto	**3.168**	**2.453**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(349)	(357)
Despesas gerais e administrativas	(509)	(527)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(15)
Outras receitas/despesas	(70)	(180)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.192**	**1.342**
Resultado financeiro líquido	**(31)**	**22**
Receitas financeiras	56	75
Despesas financeiras	(87)	(53)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.161**	**1.364**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	1.607	(561)
Impostos IRPJ e CSLL	(125)	–
Lucro dos exercícios	**3.643**	**803**

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	3.643	803
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**3.643**	**803**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.161	1.364
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	489	483
Provisão para participação nos Lucros	(1)	84
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	53	172
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(29)	(184)
Créditos Diversos	(55)	49
Valores a receber de partes relacionadas	–	(1)
Tributos a Recuperar	(204)	(2)
Despesas Antecipadas	1	–
Fornecedores	(43)	12
Valores a pagar para partes relacionadas	(28)	79
Obrigações tributárias	(124)	13
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(70)	(67)
Adiantamento de clientes	(13)	(4)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**2.137**	**1.998**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(166)	(92)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(166)**	**(92)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(560)	(650)
Distbuição de Dividendos	(970)	(621)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(1.530)**	**(1.271)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**441**	**635**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	1.018	383
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.459	1.018
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**441**	**635**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 9 de fevereiro de 2015, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Giovanni Gronchi, nº 5.400, Morumbi, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Morumbi Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de self-storage; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Morumbi Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Morumbi Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras, independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradasrelevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
LTDA. CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queroda – CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 18.912.886/0001-05

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	411	543
Contas a receber	15	38
Créditos diversos	29	–
Tributos a Recuperar	310	125
Valores a receber de partes relacionadas	51	3
Despesas Antecipadas	3	1
Total do ativo circulante	**819**	**710**
Não circulante		
Imobilizado	264	225
Propriedade para investimentos	11.712	11.893
Total do ativo não circulante	**11.976**	**12.118**
Total do ativo	**12.795**	**12.828**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	72	34
Valores a pagar para partes relacionadas	113	128
Obrigações tributárias	23	21
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	75
Adiantamento de clientes	42	39
Dividendos a pagar	956	20
Outras contas a pagar	–	3
Total do passivo circulante	**1.226**	**320**
Não circulante		
Impostos diferidos	494	1.254
Total do passivo não circulante	**494**	**1.254**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.981	11.231
Reserva Legal	94	23
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**11.075**	**11.254**
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.795**	**12.828**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.581**	**1**	**11**	–	**11.593**
Redução de capital	(350)	–	–	–	(350)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	430	430
Reserva Legal	–	22	–	(22)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(102)	(102)
Dividendos Adicionais	–	–	(11)	(306)	(317)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.231**	**23**	–	–	**11.254**
Redução de capital	(250)	–	–	–	(250)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.418	1.418
Reserva Legal	–	71	–	(71)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(337)	(337)
Dividendos Adicionais	–	–	–	(1.010)	(1.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**10.981**		**94**	–	**11.075**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**2.468**	**2.101**
Custo de Operação	**(1.113)**	**(760)**
Custos com ocupação	(76)	(67)
Custo com pessoal	(129)	(192)
Custos gerais	(138)	(92)
Custo com depreciação e amortização	(218)	(215)
IPTU	(552)	(174)
Lucro bruto	**1.355**	**1.341**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(250)	(245)
Despesas gerais e administrativas	(396)	(311)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(4)	(6)
Outras receitas/despesas	163	(79)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**823**	**668**
Resultado financeiro líquido	**(164)**	**10**
Receitas financeiras	37	51
Despesas financeiras	(201)	(41)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**659**	**678**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	760	(247)
Impostos IRPJ e CSLL	–	(1)
Lucro dos exercícios	**1.418**	**430**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	1.418	430
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**1.418**	**430**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	659	678
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	218	215
Provisão para participação nos Lucros	(1)	47
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(161)	71
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	184	(55)
Créditos Diversos	(29)	25
Valores a receber de partes relacionadas	(48)	1
Tributos a Recuperar	(185)	(89)
Despesas Antecipadas	(2)	–
Fornecedores	38	10
Valores a pagar para partes relacionadas	(15)	64
Obrigações tributárias	2	6
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(54)	(39)
Adiantamento de clientes	3	(13)
Outras contas a pagar	(3)	3
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**606**	**924**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(76)	(34)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(76)**	**(34)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distbuição de Capital	(250)	(350)
Distbuição de Dividendos	(412)	(403)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(662)**	**(753)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(132)**	**137**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	543	406
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	411	543
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(132)**	**137**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 19 de setembro de 2013, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Tiradentes, 728, Luz, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de self-storage; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora – CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP
Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de *KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company* 3 com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. *KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company* Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes LTDA.
CRC 2SP 014.428/O
Camila Coelho Queroda – CRC 1SP 294.059/O-8

UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20
NIRE nº 35.300.502.329

AVISO AOS ACIONISTAS

A **UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A**, informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 1, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei n° 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de março de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.347.702/0001-50
NIRE nº 35.300.502.060

AVISO AOS ACIONISTAS

A **SPIC Brasil Energia Participações S.A**. informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 3, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei n° 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de março de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Aviso aos Acionistas

Ficam comunicados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.**, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, que os documentos e informações relacionados às matérias da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27/04/2022, às 10:00 hrs, de forma virtual, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede NESLIP S.A. Comunicamos ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 05 de abril de 2022.
Luiz Otávio Possas Gonçalves - Presidente do Conselho.

América do Sul Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 48.778.401/0001-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária no dia 28/04/2022, às 09:00 horas, na Av. Brig. Luís Antônio, 2344 - 13º andar, São Paulo, Capital**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:** a) Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, as quais se encontram disponíveis no endereço acima; **b)** Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2024; **c)** Fixação da remuneração mensal dos Diretores; **d)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 05/04/2022. As. **Roberto Yoshihiro Nishio** - Diretor Presidente.

Pirapora Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE 35.300.48.401-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Pirapora Agropecuária S/A, convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada no dia 29 de abril de 2022, com início às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13º andar, em São Paulo - SP, a fim de: **1)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **2)** Fixar o limite de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2022; e **3)** Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 06/04/2022. **Mário Koiti Takiguchi** - Diretor Presidente.

JLV PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J 04.859.784/0001-69 - NIRE 35300188659

ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 17/03/2022, às 17 horas, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa o Sr. José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, Lincoln Malheiro Junqueira Figueiredo, para secretaria: **1)** Elevação do capital social, cujo artigo 5º passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 760.000.000,00, dividido em 41.260.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e uma Única Ação Preferencial nominativa, no valor nominal de R$ 300.000,00, esta emitida segundo as disposições contidas no artigo 18 da Lei nº 6.404/76. §1º A sociedade poderá adquirir suas próprias ações, desde que sejam ordinárias, e provenientes, de todos os acionistas titulares de ações ordinárias, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. §2º Cada ação, tanto ordinária como preferencial, é indivisível em relação a sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante legal da comunhão". **2)** Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 160.367/22-0 em sessão de 29/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

USINA ALTO ALEGRE S.A. – AÇÚCAR E ÁLCOOL

C.N.P.J. 48.295.562/0001-36 - NIRE 35300142969

ATA DA 34ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 17/03/2022, às 09 horas, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, Alvaro Gil Miguel, para secretaria: **1)** Elevação do capital social Elevação do capital social, cujo artigo 5º passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 800.000.000,00 dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, endossáveis à opção do acionista e indivisíveis em relação à sociedade. Único - As despesas em conversões, desdobramentos ou agrupamentos de ações correrão por conta dos acionistas solicitantes". **2)** Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 160.366/22-7 em sessão de 29/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1057906-92.2018.8.26.0100.** Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Drag Comercio e Acessorios para Motos L e outro. 18ª Ofício Cível Foro Central da CapitalSP -Edital de Intimação Prazo: 20 dias. Processo nº 1057906-92.2018.8.26.0100. A Dra. Edna Kyoko Kano, Juíza de Direito da 18ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP, Faz Saber a Isaias Matos de Brito (CPF: 058.589.645-43), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 950,40. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência das quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. SP, 10/02/2022. 05 e 06 / 04 / 2022.

Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº **1002512-37.2017.8.26.0100**. O Dr. Guilherme Madeira Dezem, Juiz de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP, Faz Saber a Nivaine Teixeira da Silva (CPF: 324.848.308-31), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 42.416,40 (outubro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Pessoal n° 300.973.695. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 1.226,43. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 18/03/2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0038622-55.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença. Exequente: Instituto Educacional Seminário Paulopolitano. Executado: Priscilla Soccca. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0038622-55.2021.8.26.0100. A Dra. Juíza de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Priscilla Soccca (CPF: 182.426.168-33), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação São Paulo, mantenedora do Centro Universitário Assunção - UNIFAI, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 23.700,75 (setembro de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019989-68.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Jessica Correa Gomes Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019989-68.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Cível, Estado de São Paulo, D(ra). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Jessica Correa Gomes (CPF: 473.569.818-31) e Jessica Correa Gomes ME (CNPJ: 27.016.027/0001-24), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 545.439,78 (outubro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1002213-40.2020.8.26.0008**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Vill - Tatuape, Estado de São Paulo, D(ra). Andrea Mansour Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RANCHO CERAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. ONPJ: 28.874.697/0001-49, na pessoa do seu representante legal, que lhe foi proposta ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 141.337,64 (julho de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 004.617.850. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

Citação. Prazo 20 dias. Processo nº **0094262-60.2005.8.26.0100**. A Dra. Priscilla Bittar Neves Neito, Juíza de Direito da 30ª Vara Cível Central/SP, Faz saber a Isa Santos de Albuquerque Melo ME (CNPJ: 762.938.205-10), Sistemas Sistemas e Máquinas Salvador Ltda. CNPJ: 01.658.383/0001-98 e João de Albuquerque Melo Neto CPF 040.032.095-91, que Katun Brasil Comércio de Suprimentos, Peças e Equipamentos Ltda. ajuizou ação de execução, para cobrança de R$ 75.619,29(fev/20), referente ao Contrato de abertura de crédito. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para procedamento de bens bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. (05/06)

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 14ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 16ºandar - salas 1608 / 1612 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 3538-9114 - SãoPaulo/SP - E-mail: sp14cv@tjsp.jus.br - **CORRETA CONCLUSÃO** em 25 de março de 2022 faço estes autos conclusos ao MM Juiz de Direito **Dr. CHRISTOPHER ALEXANDRE ROISIN.** Eu, *Victor Farmann Ferreira*, Assistente Judiciário, subscrevi. **DECISÃO – EDITAL** – Processo nº **1110707-48.2019.8.26.0100** / Classe - Assunto: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** - Espécie de Contratos - Exequente: **AVERCAP BALSA E MADEIRA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e OUTRO** - Executado: **SHAREWOOD DO BRASIL RELFORESTADORA LTDA. e OUTRO** - Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. ". **SERVINDO a PRESENTE DECISÃO como EDITAL**. Este Juízo **FAZ SABER a SHAREWOOD DO BRASIL RELFORESTADORA LTDA. e AGROFLORESTAL NOVA ERA LTDA.**, na pessoa de seu sócio **CHRISTIAN MICHAEL MARZARI,** domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação **EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL** por **AVERCAP BALSA E MADEIRA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e WTA - AVERCAP PRODUÇÃO DE CELULOSE E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, alegando em síntese: a parte ré lhe deve o montante de R$7.215.811,64. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **03 dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **PAGAMENTO** ou oferte **DEFESA** nos termos legais. No silêncio, será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. São Paulo, 25 de março de 2022. **CHRISTOPHER ALEXANDER ROISIN - JUIZ DE DIREITO**

06 e 07/04

GODOY SEGURANÇA

Alarmes
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Pronta Resposta
Cerca Elétrica
Manutenção
Controle de acesso

Contato
(11) 3294.8920
(11) 94033.9915
godoyseguranca2015@gmail.com

REC SS Sabará Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 20.684.154/0001-57

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	776	609
Contas a receber	13	32
Créditos diversos	39	34
Tributos a Recuperar	188	102
Valores a receber de partes relacionadas	2	2
Despesas Antecipadas	4	1
Total do ativo circulante	**1.022**	**780**
Não circulante		
Imobilizado	245	184
Propriedade para investimentos	9.655	9.826
Total do ativo não circulante	**9.900**	**10.010**
Total do ativo	**10.922**	**10.790**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	60	30
Valores a pagar para partes relacionadas	118	136
Obrigações tributárias	21	18
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	68
Adiantamento de clientes	29	26
Dividendos a pagar	1.059	138
Total do passivo circulante	**1.308**	**416**
Não circulante		
Impostos diferidos	207	838
Total do passivo não circulante	**207**	**838**
Patrimônio líquido		
Capital social	9.318	9.518
Reserva Legal	89	18
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**9.407**	**9.536**
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.922**	**10.790**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.686**	–	**(1.468)**	**10.218**
Redução de capital	(2.168)	–	1.468	(700)
Lucro líquido do exercício	–	–	367	367
Reserva Legal	–	18	(18)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(87)	(87)
Dividendos Adicionais	–	–	(262)	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**9.518**	**18**	–	**9.536**
Redução de capital	(200)	–	–	(200)
Lucro líquido do exercício	–	–	1.429	1.429
Reserva Legal	–	71	(71)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	(339)	(339)
Dividendos Adicionais	–	–	(1.018)	(1.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**9.318**	**89**	–	**9.407**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto Operacional – A Companhia foi constituída em 01 de junho de 2014, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 209, Vila Sofia, na cidade de São Paulo, Brasil, com a denominação de REC SS Sabará Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócios da Companhia consiste na exploração de futuras locações temporárias de espaços individuais de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalcidasp.com.br/editoes-publicidade-legal/

São Paulo, 07 de março de 2022.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

Adriana Alcazar
Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**2.089**	**1.822**
Custo de Operação	**(580)**	**(611)**
Lucro bruto	**1.509**	**1.211**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(243)	(236)
Despesas gerais e administrativas	(359)	(303)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(4)
Outras receitas/despesas	49	(104)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**908**	**532**
Resultado financeiro líquido	**(67)**	**25**
Receitas financeiras	39	60
Despesas financeiras	(106)	(35)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**841**	**557**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	631	(179)
Impostos IRPJ e CSLL	(42)	(11)
Lucro dos exercícios	**1.429**	**367**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	1.429	367
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**1.429**	**367**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	841	557
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	201	202
Provisão para participação nos Lucros	–	42
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(63)	63
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	63	(58)
Créditos Diversos	–	53
Tributos a Recuperar	–	(87)
Despesas Antecipadas	–	–
Fornecedores	30	8
Valores a pagar para partes relacionadas	(18)	66
Obrigações tributárias	(39)	(9)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(47)	(48)
Adiantamento de clientes	2	(1)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**895**	**788**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(91)	(33)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(91)**	**(33)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(200)	(700)
Distribuição de Dividendos	(437)	(211)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(637)**	**(911)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**167**	**(156)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	609	765
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	776	609
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**167**	**(156)**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Sabará Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Sabará Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, são descritas na seção a seguir intitulada independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, quando tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados em função das circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes LTDA.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queiroda CRC 1SP 294.059/O-8

REC SS Pinheiros Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 23.388.711/0001-80

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.039	791
Contas a receber	20	31
Créditos diversos	51	5
Tributos a Recuperar	31	59
Valores a receber de partes relacionadas	–	1
Despesas Antecipadas	2	2
Total do ativo circulante	**1.143**	**889**
Não circulante		
Imobilizado	224	173
Propriedade para investimentos	12.515	12.672
Total do ativo não circulante	**12.739**	**12.845**
Total do ativo	**13.882**	**13.734**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	145	30
Valores a pagar para partes relacionadas	110	128
Obrigações tributárias	24	22
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	67
Adiantamento de clientes	55	48
Dividendos a pagar	539	233
Total do passivo circulante	**784**	**530**
Não circulante		
Impostos diferidos	767	741
Total do passivo não circulante	**767**	**741**
Patrimônio líquido		
Capital social	12.206	12.406
Reserva Legal	125	57
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**12.331**	**12.463**
Total do passivo e patrimônio líquido	**13.882**	**13.734**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.206**	**11**	**177**	–	**13.394**
Redução de capital	(800)	–	–	–	(800)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	904	904
Reserva Legal	–	42	–	(45)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(215)	(215)
Dividendos Adicionais			(171)	(644)	(815)
Reserva de Lucro	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**12.406**	**57**	**–**	**–**	**12.463**
Redução de capital	(200)	–	–	–	(200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.357	1.357
Reserva Legal	–	68	–	(68)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(322)	(322)
Dividendos Adicionais	–	–	–	(967)	(967)
Reserva de Lucro	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.206**	**125**	**–**	**–**	**12.331**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**2.810**	**2.437**
Custo de Operação	**(652)**	**(638)**
Lucro bruto	**2.159**	**1.799**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(247)	(242)
Despesas gerais e administrativas	(321)	(283)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(4)	(5)
Outras receitas/despesas	24	(20)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.565**	**1.217**
Resultado financeiro líquido	**17**	**21**
Receitas financeiras	41	61
Despesas financeiras	(23)	(40)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.583**	**1.238**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	(26)	(201)
Impostos IRPJ e CSLL	(200)	(133)
Lucro dos exercícios	**1.357**	**904**

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	1.357	904
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**1.357**	**904**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.583	1.238
**Fluxos de caixa

Salipart Participações S/A

CNPJ nº 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18/04/2022 às 11:00 horas na sede social, situada na Rua Florêncio de Abreu, 157 - 6º andar - conjunto 605 - São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2021; b) transferência do saldo do Resultado Líquido para a conta de Lucros Acumulados; c) aprovação da proposta da administração de manutenção a dividendos a serem distribuídos até 31.12.2022; d) reeleição da atual diretoria por um mandato de mais 3 anos.

São Paulo, 04 de abril de 2022 - Mario Roberto Rizkallah - Diretor

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/NIRE nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 13 de Abril de 2022

A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas, no dia 13 de abril de 2022, às 10:30 horas, na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar a respeito das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019; **(iii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** aprovar a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(v)** fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022; **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "B", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; **(ii)** aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de, dentre outras alterações, **(a)** refletir as deliberações (i) e (ii) acima; e (b) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; e **(iv)** aprovar a composição do Conselho de Administração da Companhia. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. Embu-Guaçu, 05 de abril de 2022.

Fernando de Castro Marques - Diretor Presidente.

SÃO MARTINHO TERRAS IMOBILIÁRIAS S.A.

CNPJ Nº 48.663.421/0001-29 - NIRE Nº 35.300.011.520

ATA DA 122ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2022

I. Data, Hora e Local: 14.03.2022, às 14 horas na sede social da São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("Companhia"), na Fazenda São Martinho, CEP 14850-000, município de Pradópolis/SP. **II. Presença e Convocação:** Presente a acionista controladora São Martinho S.A. que representa a totalidade do capital social, tendo sido dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme assinatura constante do "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **III. Mesa:** Presidente: Roberto Pupulin. Secretário: Plínio Sérgio Ferraz de Campos. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Subscrição e integralização mediante a conferência de bem imóvel de sua propriedade na sociedade empresária unipessoal em constituição Residencial Américo II SPE Ltda., para empreendimento imobiliário, de 7.064 quotas, no valor de R$ 1,00 cada, que totalizam em moeda nacional corrente R$ 7.064,00; **(ii)** A ratificação da contratação da ValorUp Auditores Independentes para a elaboração do Laudo de Avaliação do acervo líquido, a valor contábil na data base de 31.01.2022 e aprovação do Laudo emitido. **V. Deliberação:** Dando início aos trabalhos o Presidente submeteu à apreciação da Assembleia Geral as matérias constantes da ordem do dia. A acionista examinou, deliberou e aprovou: Subscrição e integralização mediante a conferência de bem imóvel de sua propriedade na empresa Residencial Américo II SPE Ltda. (em fase de constituição), na condição de terrenista e urbanizadora, para empreendimento imobiliário, de 7.064 quotas, no valor de R$ 1,00 cada, que totalizam em moeda nacional corrente R$ 7.064,00, mediante a transferência de uma área de 26,55 hectares da Fazenda Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense/SP, objeto da matrícula nº 13.537 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara/SP, cuja descrição pormenorizada se encontra descrita e caracterizada no Laudo de Avaliação, que integra o presente instrumento como Anexo I. Referido imóvel se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus, dívidas ou litígios. **(2)** A ratificação da contratação da ValorUp Auditores Independentes, com sede na Cidade de Ribeirão Preto - SP, na rua José Leal, 1.318, Alto da Boa Vista, CEP 14.025-260, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.976.330/0001-69, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP028585/O-0 e na CVM sob nº 11.894, para a elaboração do Laudo de Avaliação do imóvel a ser transferido à Residencial Américo II SPE Ltda., em contrapartida de seu capital, a título de conferência, a valor contábil com data base de 31.01.2022 e aprovação do Laudo emitido (Anexo I). **VI. Lavratura:** Foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76. **VII. Encerramento**: Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa**: Roberto Pupulin. **Secretário da Mesa**: Plínio Sérgio Ferraz de Campos. **Acionista**: São Martinho S.A.: Agenor Cunha Pavan e Plínio Sérgio Ferraz de Campos. Está é cópia da ata lavrada no livro próprio. Pradópolis, 14.03.2022. **Jucesp** nº 158.816/22-5 em sessão de 29.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387716

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de Fevereiro de 2022

Aos 18/2/22, às 10h, na sede social. **Presenças:** Todos os membros do conselho de administração. **Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguiar. **Deliberações:** De forma unânime: **(i)** manifestaram-se favoravelmente, às contas da administração e demonstrações financeiras do exercício, quais serão arquivados na sede e, posteriormente, submetidos para apreciação, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2022; **(ii)** manifestaram-se favoravelmente, ao Relatório de Auditoria Anual, o qual será arquivado na sede e, posteriormente, submetido para apreciação, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2022; **(iii)** manifestaram-se favoravelmente, ao Relatório de Auditoria Anual, o qual será arquivado na sede e, posteriormente, submetido para apreciação, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2022; **(iii)** considerando o lucro verificado no exercício social encerrado em 31/12/21, recomendam, a seguinte destinação para dito lucro: **(a)** 5% do lucro deverá ser destinado à constituição da reserva legal; **(c)** 25% por cento deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e **(d)** o saldo remanescente deverá ser destinado à conta de reserva de lucros da Companhia; e **(iv)** aprovaram, a participação da Companhia na Licitação Petrobrás, ficando, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a sua participação em referida licitação, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, bem como a celebração de contratos ou acordos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a contrato com a Petrobrás em si, caso a Companhia venha a ser declarada vencedora de dita concorrência, desde que observadas as disposições do Edital e demais documentos atrelados à referida licitação. Nada mais. JUCESP nº 136.807/22-7 em 15/3/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal "https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/" desta data.

TORONTO S.A. – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES

CNPJ Nº: 31.485.344/0001-61 NIRE Nº: 35.300.521.927 COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de janeiro de 2022, às 16h00, na sede da Toronto S.A. – Desenvolvimento e Participações ("Companhia"), na Avenida Paulista, nº. 2.300, 6º andar, conjunto 62, Bela Vista, CEP: 01.310-200, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO**: Dispensados os avisos em face da presença das Acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA**: Presidente: André Luis Pereira da Costa e Secretário: Gustavo Marques do Canto Lopes. **5. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** o aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do caput nº 4º do Estatuto Social; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES**: As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **6.1.** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuições previstas nos incisos (i) e (ii) do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, o aumento do capital social no valor de R$ 6.098.400,00 (seis milhões, noventa e oito mil e quatrocentos reais), mediante a emissão de 1.219.680 (um milhão, duzentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$5,00 (cinco reais), a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2022, pelas suas acionistas CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("CIIS") e Canadá Participações S.A. ("Canadá"), na proporção das suas participações acionárias, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (**ANEXO I**), passando o capital social da Companhia de R$ 70.013.000,00 (setenta milhões e treze mil reais) para R$ 76.111.400,00 (setenta e seis milhões, cento e onze mil, quatrocentos reais); **6.2.1.** Em consequência do disposto no item 6.2. acima, alterar o caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R$ 76.111.400,00 (setenta e seis milhões, cento e onze mil, quatrocentos reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 47.797.480 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil e quatrocentos e oitenta) ações ordinárias nominativas sem valor nominal."* **6.3.** Permanecer inalteradas os demais dispositivos estatutários não alterados na presente assembleia; e **6.4.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item 6.2. acima, conforme constante do **ANEXO II** da presente ata, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001, e na alínea "c", do § 1º do artigo 5º, da Lei nº.14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 28 de janeiro de 2022. **Assinaturas:** Acionistas: (1) CIIS – COMPANHIA DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS, pelos Srs. Waldo Edwin Pérez Leskovar e Marcio Yassuhiro Ihu; e **(2) CANADÁ PARTICIPAÇÕES S.A.**, pelo Sr. Líbano Miranda Barroso. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. *André Luis Pereira da Costa Gustavo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Gustavo Marques do Canto Lopes - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. JUCESP nº 157.637/22-9 em 24.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.*

- ANEXO I ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2022 - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO: Boletim de Subscrição de 1.219.680 (um milhão, duzentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 5,00 (cinco reais) por ação, representativas do capital social da Companhia. **Subscritores: CIIS -COMPANHIA DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS**, sociedade por ações, com sede na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, sala 6, CEP: 04.551-065, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.410.674/0001-88 e no NIRE nº. 33.300.312.374, neste ato devidamente representada por seus Diretores, os Srs. **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte americano, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro elétrico, portador do Registro Nacional de Estrangeiros RNE V487425-V, inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06; e **MARCIO YASSUHIRO IHA**, brasileiro, engenheiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº. 17.384.717-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 153.066.718-61, ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º Andar, Vila Olímpia, CEP: 04.551-065, São Paulo/SP. **Assinaturas: Espécie de Ações Subscritas:** ON 975.744, **Preço de Emissão das Ações - R$:** 5,00, **Forma e Prazo para Integralização:** R$ 4.878.720,00, em moeda corrente nacional, até 31/12/2022. **Subscritores: CANADÁ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua do Rio de Janeiro, nº 1120, Edifício Guilhermina, Sala 510, Bairro Belém, CEP: 22.440-035, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.865.989/0001-06 e no NIRE nº. 33300338594, neste ato devidamente representada por seu Diretor, o Sr. **LÍBANO MIRANDA BARROSO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 56.555.555-8 -SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 421.016.386-49, com endereço profissional na Avenida Niemeyer, nº. 02, Edifício Leblon Office, Lojas 212 e 213, Vidigal, CEP: 22.450-220, Rio de Janeiro/RJ. **Assinaturas: Espécie de Ações Subscritas:** ON 3.934.936 ON, **Preço de Emissão das Ações - R$:** 5,00, **Forma e Prazo para Integralização:** R$ 1.219.680,00, em moeda corrente nacional, até 31/12/2022. **TOTAL: Espécie de Ações Subscritas: 1.219.680, Preço de Emissão das Ações - R$: R$ 6.098.400,00.** São Paulo/SP, 28 de janeiro de 2022. *André Luis Pereira da Costa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Gustavo Marques do Canto Lopes - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE

Tate & Lyle Brasil Ltda.

CNPJ/ME nº 41.053.479/0001-01 - NIRE 35323692161

9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, a sócia única abaixo qualificada, **Tate & Lyle Investments Limited**, sociedade devidamente constituída e validamente existente em conformidade com as leis da Inglaterra e de Ilhas de Gales, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.561.464/0001-47, com sede em 5 Marble Arch Place, Marble Arch, London, Reino Unido W1H 7EJ, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. **Luana Letícia Brazileiro Araya**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 62.449.488-3, inscrita no CPF sob o nº 048.663.467.80, residente e domiciliada na Rua Santa, nº 98, apto. 141, Vila Mascote, CEP 04363-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, única sócia da **Tate & Lyle Solutions Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, nº 691, Torre Sigma, 10º andar, Bairro Várzea de Baixo, CEP 04730-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 41.053.479/0001-01, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35236920161 ("Sociedade"), resolve, por meio deste instrumento particular, alterar sobre a incorporação de acervo cindido da T&L Brasil (conforme definição abaixo), com a consequente alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, mediante os seguintes termos e condições: **1.** A Sociedade é uma sociedade empresária limitada, que tem como objeto social os termos, justificativas e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tate & Lyle Brasil S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.361.873/0001-70, com seu Estatuto Social registrado perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.171.349, com sede na Cidade de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo, na Fazenda Amália, CEP 14270-000 ("T&L Brasil"), com versão de parcela cindida do seu patrimônio líquido à Sociedade ("Protocolo de Cisão"), que passa a fazer parte integrante do presente instrumento como seu Anexo I, e que tem por objeto a cisão parcial da T&L Brasil mediante a versão do acervo líquido para a Sociedade, conforme definido no Protocolo de Cisão ("Acervo Líquido Cindido"), para a Sociedade ("Cisão Parcial"). **1.2** Ratifica a nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.865/000-31-90 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/O-9 ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração do laudo de avaliação do Acervo Líquido Cindido, avaliado com base em seu valor contábil na data de 31 de dezembro de 2021 ("Laudo de Avaliação"), o qual passa a integrar o presente instrumento como Anexo II. **1.2.1** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia ou da Sociedade; (ii) não ser controladora, controlada, coligada ou sob controle comum da Companhia ou da Sociedade; (iii) não ter qualquer outro vínculo com a Companhia ou a Sociedade que possa comprometer a sua independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que a Sociedade, a T&L Brasil, seus controladores, acionistas ou administradores, de nenhuma forma: (a) direcionaram, limitaram, dificultaram ou mutilaram quaisquer trabalhos que possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento das informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade de suas respectivas conclusões, (b) restringiram, de qualquer forma, a sua capacidade de determinar as conclusões apresentadas de forma independente, ou (c) determinaram a aplicação de metodologias utilizadas para a elaboração do Laudo de Avaliação pelo valor contábil do Acervo Líquido Cindido. **1.3** A sócia única delibera aprovar a Cisão Parcial, com a versão do Acervo Líquido Cindido à Sociedade, conforme avaliado no Laudo de Avaliação, a qual sucederá a T&L Brasil em todos os direitos e obrigações relativos ao Acervo Líquido Cindido, na forma da lei, sendo que não haverá solidariedade entre a Sociedade e a T&L Brasil em relação aos direitos e obrigações relativos ao Acervo Líquido Cindido, nos termos do Cisão. **1.3.1** Nos termos do Laudo de Avaliação, o valor total líquido do acervo contábil do Acervo Líquido Cindido corresponde a R$ 105.700.639,67 (cento e cinco milhões, setecentos mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), o qual será integralmente incorporado pela Sociedade. **1.3.2** As variações patrimoniais do Acervo Líquido Cindido, na medida em que relacionadas exclusivamente ao Negócio FBS (conforme definição contida no Protocolo de Cisão), que ocorrerem entre a Data Base e a Data Efetiva da Cisão serão reconhecidas como resultado. Não obstante o previsto acima, 100% (cem por cento) da variação da conta "caixa", independentemente de pertencer ao Negócio FBS ou Negócio NewCo (conforme definição contida no Protocolo de Cisão), que ocorrer entre a Data Base e a Data Efetiva da Cisão serão reconhecidas como resultado. Não obstante o previsto acima, 100% (cem por cento) da variação da conta "caixa", independentemente de pertencer ao Negócio FBS ou Negócio NewCo (conforme definição contida no Protocolo de Cisão), que ocorrer entre a Data Base e a Data Efetiva da Cisão serão reconhecidas como resultado. **1.3.3** Ressalvado o disposto no item 1.3 relativamente ao Acervo Líquido Cindido, a Sociedade será responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer ônus, dívidas ou responsabilidades da T&L Brasil de qualquer natureza, sejam esses presentes, contingentes, passados ou futuros, conforme facultado pelo parágrafo único do artigo 233 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **1.3.4** Nos termos do Protocolo de Cisão, serão emitidas 105.700.639 (cento e cinco milhões, setecentas mil, seiscentas e trinta e nove) novas quotas representativas do capital social da Sociedade, a serem integralmente subscritas pela sócia única **Tate & Lyle Investments Limited** por força da incorporação do Acervo Líquido Cindido. **1.3.5** A Incorporação não resultará na extinção da T&L Brasil, que continuará existindo, sem qualquer solução de continuidade. **1.4** Em razão incorporação do Acervo Líquido Cindido ora aprovada pela sócia única, o capital social da Sociedade será aumentado no valor de R$ 105.700.639,67 (cento e cinco milhões, setecentos mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), desprezando-se os R$ 0,67 (sessenta e sete centavos) para fins do presente aumento, passando o capital social dos atuais R$ 105.700.000,00 (cento e cinco milhões e cem reais), dividido em 700.100 (setecentas mil e cem) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, **para** R$ 106.400.739,00 (cento e seis milhões, quatrocentos mil, setecentos e trinta e nove reais), dividido em 106.400.739 (cento e seis milhões, quatrocentas mil, setecentas e trinta e nove) quotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, todas e ora subscritas pela sócia única **Tate & Lyle Investments Limited**. **1.5** Em decorrência das deliberações acima, a Cláusula 6ª, *caput*, do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula 6ª.** O capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 106.400.739,00 (cento e cinco milhões, setecentos mil, setecentos e trinta e nove reais), dividido em 106.400.739 (cento e seis milhões, quatrocentas mil, setecentas e trinta e nove) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, inteiramente dividido entre a sócia **Tate & Lyle Investments Limited** ("Sócia Quotista"), que por meio de seu representante legal, ora autoriza os administradores da Sociedade a praticarem todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à perfeita implementação e formalização da Cisão Parcial ora aprovada, tudo conforme os termos do Protocolo de Cisão. **2. Consolidação do Contrato Social: 2.1** Diante da deliberação acima, a sócia única resolve consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Contrato Social da Tate & Lyle Solutions Brasil Ltda.** - CNPJ/ME nº 41.053.479/0001-01 - NIRE 35236920161 - **I - Denominação Social - Cláusula 1ª.** A sociedade empresária limitada unipessoal girará sob a denominação social de **Tate & Lyle Solutions Brasil Ltda.** ("Sociedade"). **II - Lei Aplicável - Cláusula 2ª.** A Sociedade rege-se pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **III - Sede Social - Cláusula 3ª.** A Sociedade tem sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, nº 691, Torre Sigma, 10º andar, Bairro Várzea de Baixo, CEP 04730-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local em que serão desempenhadas apenas as seguintes atividades: (i) escritórios administrativos e (ii) pesquisa e desenvolvimento em produtos alimentícios e/ou ingredientes alimentícios. **Parágrafo Primeiro.** A Sociedade poderá, a critério e por deliberação da Sócia Única, abrir, instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer ponto do Território Nacional ou no Exterior. **Parágrafo Segundo.** A Sociedade tem constituídas as seguintes filiais: (a) na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Evaristo Veiga, nº 101, 1º andar, sala G, Bairro Glória, CEP: 89216-215, local em que serão desempenhadas atividades de comércio atacadista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios; e (b) na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, na Avenida Papa João XXIII, nº 2.479, Consistente Administrativo 1, sala 5, segmentação 1, Bairro Loteamento Industrial Coral, CEP: 09370-800, local em que serão desempenhadas atividades de comércio atacadista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios. **IV - Objeto Social - Cláusula 4ª.** A Sociedade tem por objeto social o desenvolvimento das atividades de: (i) importação, exportação, distribuição, representação comercial e comercialização de produtos industriais em geral, particularmente relacionados com a indústria alimentícia, de bebidas, química, farmacêutica e de cosméticos; e (b) pesquisa e desenvolvimento em produtos alimentícios e/ou ingredientes alimentícios. **V - Prazo de Duração - Cláusula 5ª.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **VI - Capital Social - Cláusula 6ª.** O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 106.400.739,00 (cento e seis milhões, quatrocentos mil, setecentos e trinta e nove reais), dividido em 106.400.739 (cento e seis milhões, quatrocentas mil, setecentas e trinta e nove) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralmente detido pela sócia única **Tate & Lyle Investments Limited** ("Sócia Única"). **Parágrafo Primeiro.** A responsabilidade da Sócia Única é restrita ao valor de suas quotas. **Parágrafo Segundo.** Uma vez integralizadas as quotas, o capital social poderá ser aumentado pela Sócia Única. **VII - Administração - Cláusula 7ª.** A administração da Sociedade incumbe a uma ou mais pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, podendo ser sócios ou não-sócios, designadas pela Sócia Única no próprio Contrato Social ou em ato separado, por ato administrativo, que atuarão sob a denominação de Administradores, cujas remunerações serão fixadas pela Sócia Única e levadas à conta de despesas gerais. **Parágrafo Único.** Para os efeitos do disposto nesta cláusula, a Sócia Única neste ato nomeia para o cargo de Administradores da Sociedade os Srs. **Oswaldo Nardinelli Filho**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.293.511-0 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 067.088.458-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1.061, apto. 82-B, Torre 7, Chácara Santo Antônio, CEP 04081-968, e **Claudio Ikeda**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.193.101 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 179.092.618-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Domiciano Leite Ribeiro, nº 51, apto. 141, Bloco 3, CEP 04317-050. Os administradores, que atuarão sob a denominação de Administradores, cujas remunerações serão por qualquer lei especial de exercer a administração da Sociedade, bem como não foram condenados a pena que os vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peculato, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Cláusula 8ª.** Caberá ao Administrador, agindo isoladamente, ou aos procuradores por ele nomeados, agindo isoladamente, a prática de todos e quaisquer atos necessários ao regular funcionamento da Sociedade, observados os termos da Cláusula 9ª abaixo, dispondo, para tanto, dentre outros poderes, dos indicados para: (a) a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; (b) a administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da Sociedade, determinando os respectivos preços e condições; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Sociedade a terceiros por qualquer Administrador e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado a 12 (doze) meses, observadas as regras dos artigos 1.172 e seguintes do Código Civil. **VIII - Proibição para a Prática de Determinados Atos - Cláusula 9ª.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a Sociedade, os atos da Sócia Única, Administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **IX - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Cláusula 10ª.** O exercício social inicia-se em 1º (primeiro) de janeiro e encerra-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando será levantado o respectivo Balanço e Demonstrações Financeiras. Os lucros obtidos durante o exercício social serão apurados conforme determinação da Sócia Única. **Parágrafo Primeiro.** A Sócia Única poderá deliberar pela apresentação de balanços e demonstrações financeiras periódicas, para distribuição de lucros e dividendos referentes aos respectivos períodos. **Parágrafo Segundo.** A Sócia Única poderá deliberar pela não distribuição de lucros após o encerramento do exercício social. **X - Cessão ou Transferência das Quotas - Cláusula 11ª.** A Sócia Única poderá ceder suas quotas, total ou parcialmente, ao terceiro que desejar. **XI - Falecimento, Interdição, Falência, Insolvência e Exclusão de Sócio - Cláusula 12ª.** A Sociedade não se dissolverá por insolvência, falência, concordata ou extinção da Sócia Única, continuando com os seus sucessores, observadas as previsões legais, a não ser que eles decidam, por mútuo acordo, liquidá-la. Os novos sócios, eventualmente nas condições retro mencionadas, deverão se adaptar aos termos deste instrumento. Ao falecimento de qualquer dos seus sócios será feita com base em balanço especial levantado na data do evento ("Balanço Especial"); (b) o valor do reembolso de cada quota será determinado pela divisão do patrimônio líquido dos sócios corrigido monetariamente, pela não distribuição de lucros após o encerramento do exercício social. **XI - Liquidação** Sócia Única, apurados conforme o acima disposto, serão pagos a seus sucessores, em até 10 (dez) parcelas mensais iguais e sucessivas, sem juros ou correção monetária, vencendo-se a primeira delas 90 (noventa dias após a data do falecimento. **XII - Liquidação da Sociedade - Cláusula 13ª.** A Sociedade será dissolvida e liquidada nas hipóteses e de acordo com as disposições estabelecidas na legislação. **XIII - Deliberações Sociais - Cláusula 14ª.** Todas as deliberações da Sócia Única previstas neste instrumento ou em qualquer outro documento, quando não tomadas em reunião, serão tomadas por escrito (instrumento público ou particular) por ela subscrito, ou por seu procurador, com poderes específicos. **Parágrafo Único.** Os atos da Sócia Única serão realizados sempre que necessário, não sendo necessário qualquer período específico de realização. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de deliberações da Sócia Única em que sejam deliberadas a eleição de administradores, alterações do Contrato Social e demais matérias destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser apresentadas ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento, nos 30 (trinta) dias subsequentes à data de realização do ato. **XIV - Disposições Gerais - Cláusula 16ª.** As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato social, deverão ser supridas ou resolvidas com base nos artigos 1.052 até 1.087, todos do Código Civil e, suplementarmente, pelas disposições aplicáveis às Sociedades Anônimas, nos artigos 1.088 e 1.089 do Código Civil e da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** A Sociedade não manterá livros societários. **Parágrafo Segundo.** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja". E, assim, para produzir os efeitos legais esperados, a sócia única firma o presente instrumento particular, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. Sócia única: **Tate & Lyle Investments Limited** - p.p. Luana Letícia Brazileiro Araya. **Testemunhas:** Thaís Silva Martins - CPF/ME: 298.149.198-96 - RG: 29.774.626-1 (SSP/SP); Adelita Cândido de Almeida - CPF/ME: 200.859.518-89 - RG: 25.571.037-9 (SSP/SP). JUCESP nº 156.724/22-4 em 23/03/2022.

##

Recursos da União vão bancar reconstrução de casas após desastres

O governo federal vai estabelecer diretrizes e procedimentos para que recursos da União possam ser utilizados na reconstrução de moradias destruídas ou interditadas definitivamente por desastres naturais em municípios que tenham obtido o reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.

A medida, que vale para todo o país, foi anunciada na terça-feira (5) pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Daniel Ferreira, em visita a Angra dos Reis, no sul do Rio de Janeiro.

Segundo a pasta, famílias com renda mensal de até R$ 7 mil poderão ser atendidas com a reconstrução de moradias. Para aquelas que vivem em áreas rurais, o valor é de R$ 84 mil anuais. A iniciativa apenas será concedida àqueles que sejam proprietários da unidade afetada e que não tenham outro imóvel próprio.

Além disso, não poderão solicitar a nova moradia beneficiários de programa habitacional do governo federal ou quem tenha recebido benefícios de subvenção econômica com recursos da União destinados à habitação. As novas unidades habitacionais só poderão ser erguidas em áreas que não sejam suscetíveis à ocorrência de desastres.

Anteriormente, o procedimento passava por repasses do Fundo de Arrendamento Residencial e pela Secretaria Nacional de Habitação. Agora, os valores também poderão ser repassados a estados e municípios diretamente pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

"Passamos a permitir o repasse para os municípios nesses moldes para que eles façam as suas licitações para contratar empresas locais que tenham interesse em fazer obras para reconstruir moradias que tenham sido destruídas por desastres", disse Daniel Ferreira.

"A reconstrução será limitada pela quantidade de moradias efetivamente destruídas ou interditadas pelo desastre. Caso haja disponibilidade orçamentária, poderão ser atendidas outras moradias remanescentes que estejam próximas às unidades danificadas, desde que seja necessária realocação das famílias da área afetada. Também poderão ser atendidas solicitações de intervenções para evitar a reocupação da zona que foi desocupada", informou a pasta.

De acordo com a portaria, o ente solicitante deverá garantir a infraestrutura necessária às unidades habitacionais a serem reconstruídas, como obras e serviços de pavimentação, calçamento, drenagem de águas pluviais, ligações domiciliares de água, rede de coleta de esgoto, energia elétrica e iluminação, circunscrita à área onde estarão situados os imóveis.

A solicitação da reconstrução deverá ser submetida à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil em até 90 dias após a ocorrência do desastre que ocasionou o reconhecimento federal da situação de emergência ou de estado de calamidade pública pelo ministério.

Poderão ser construídas casas térreas ou sobrepostas, ou apartamentos, com áreas úteis que variam de 36 m² a 39 m². O imóvel poderá ter adaptações de acordo com a necessidade da família, como acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.

A portaria prevê ainda a possibilidade de o ente público beneficiário optar pela aquisição de imóveis residenciais urbanos já existentes, que devem ser regularizados e ter as condições de acabamento e habitabilidade previstas pela legislação.

Nas situações em que haja a possibilidade de as famílias serem atendidas pelo Programa Casa Verde e Amarela, a pasta comunicará ao ente federativo. A partir disso, estados e municípios poderão formalizar o pedido de adesão ao programa habitacional.

Mais repasses

O ministro também anunciou o repasse de mais R$ 740 mil para ações de defesa civil em Angra dos Reis, atingida pelas chuvas nos últimos dias. Na segunda-feira (4), já tinham sido liberados R$ 2,4 milhões.

O recurso será destinado ao aluguel de embarcações para o atendimento a populações que ficaram isoladas por conta das precipitações. A expectativa é que a portaria que autoriza a liberação seja publicada em edição extra do Diário Oficial da União ainda nesta terça-feira.

Em Paraty, cidade fluminense também fortemente atingida pelas chuvas, o ministro se reuniu com os gestores municipais para tratar das ações de resposta ao desastre. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 26.227.955/0001-70

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.276	1.075
Contas a receber	54	42
Créditos diversos	68	12
Tributos a Recuperar	3	–
Valores a receber de partes relacionadas	8	8
Despesas Antecipadas	3	2
Total do ativo circulante	**1.412**	**1.139**
Não circulante		
Imobilizado	246	239
Propriedade para investimentos	17.720	17.884
Total do ativo não circulante	**17.966**	**18.123**
Total do ativo	**19.378**	**19.262**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	63	50
Valores a pagar para partes relacionadas	124	139
Obrigações tributárias	141	127
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	69
Adiantamento de clientes	79	65
Dividendos a pagar	1.012	511
Total do passivo circulante	**1.441**	**961**
Não circulante		
Impostos diferidos	–	300
Total do passivo não circulante	**–**	**300**
Patrimônio líquido		
Capital social	17.706	17.906
Reserva Legal	232	95
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	**17.938**	**18.001**
Total do passivo e patrimônio líquido	**19.378**	**19.262**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**18.906**	**4**	**51**	**–**	**18.961**
Redução de capital	(1.000)	–	–	–	(1.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.824	1.824
Reserva Legal	–	91	–	(91)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(433)	(433)
Dividendos Adicionais	–	–	(51)	(1.299)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.906**	**95**	**–**	**–**	**18.001**
Redução de capital	(200)	–	–	–	(200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.732	2.732
Reserva Legal	–	137	–	(137)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(649)	(649)
Dividendos Adicionais	–	–	–	(1.945)	(1.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.706**	**232**	**–**	**–**	**17.938**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**4.372**	**3.689**
Custo de Operação	**(821)**	**(774)**
Lucro bruto	**3.551**	**2.915**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(31)
Despesa com pessoal	(254)	(250)
Despesas gerais e administrativas	(332)	(294)
Depreciação e amortização	–	(1)
Despesas tributárias	(3)	(6)
Outras receitas/despesas	(50)	(136)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.867**	**2.197**
Resultado financeiro líquido	**47**	**50**
Receitas financeiras	56	89
Despesas Financeiras	(9)	(39)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.914**	**2.247**
Impostos IRPJ e CSLL	(482)	(423)
Imposto IRPJ e CSLL diferidos	300	–
Lucro dos exercícios	**2.732**	**1.824**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	2.732	1.824
Outros resultados abrangentes		
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**2.732**	**1.824**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.914**	**2.247**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	198	195
Provisão para participação nos Lucros	(2)	46
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	20	68
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(32)	(44)
Créditos Diversos	(57)	90
Tributos a Recuperar	(3)	–
Despesas Antecipadas	(1)	1
Fornecedores	13	20
Valores a pagar para partes relacionadas	(15)	72
Obrigações tributárias	(468)	(302)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(46)	(50)
Adiantamento de clientes	14	16
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**2.535**	**2.329**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(41)	(52)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(41)**	**(52)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	(200)	(1.000)
Distribuição de Dividendos	(2.093)	(1.291)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(2.293)**	**(2.291)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**201**	**(14)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	1.075	1.089
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.276	1.075
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**201**	**(14)**

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
Adriana Alcazar
Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 21 de setembro de 2016, entretanto somente iniciou suas atividades em 20 de janeiro de 2017 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1155, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em através imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia no seu representações. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.** – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. *KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.* Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queiroda – CRC 1SP 294.059/O-8

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Circulante	18.853	21.570	19.611	24.069
Caixa e equivalentes de caixa	5.710	9.295	6.062	9.741
Aplicações financeiras	12.921	11.046	13.039	12.811
Adiantamentos a fornecedores	64	44	58	44
Impostos a recuperar	158	158	158	168
Impostos diferidos	-	1.027	294	1.305
Não Circulante	218.547	214.693	218.463	212.395
Contas a receber	-	219	2.021	595
Impostos a recuperar	3.470	3.384	3.471	3.384
Partes relacionadas	3.615	2.455	8.840	2.455
Depósitos judiciais	744	744	749	749
Investimentos	36.801	37.123	14.614	14.696
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.481	1.493	-	654
Propriedades para investimento	164.687	166.985	185.029	187.509
Imobilizado	3.464	1.890	3.464	1.890
Intangível	225	300	275	400
Total do Ativo	237.400	236.263	238.074	236.461

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Circulante	4.861	2.752	5.498	3.438
Fornecedores	237	69	825	651
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	2.377	2.304	2.419	2.390
Tributos de recolhimento diferido	1.864	-	1.881	-
Passivo de arrendamento	373	374	373	374
Outros passivos circulantes	5	-	5	13
Não Circulante	7.968	7.816	7.995	7.284
Tributos de recolhimento diferido	5.036	6.198	5.328	6.477
Provisão perdas com investimentos	265	811	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.122	807	1.122	807
Passivo de arrendamento	1.545	-	1.545	-
Patrimônio Líquido	224.581	225.695	224.581	225.699
Capital social integralizado	214.603	197.511	214.603	197.511
Reserva legal	-	16.342	-	16.342
Reserva de capital	(2.052)	(4.427)	(2.052)	(4.427)
Reservas de lucros	12.030	16.269	12.030	16.269
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	224.581	225.695	224.581	225.695
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	-	-	-	(6)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	237.400	236.263	238.074	236.461

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Lucro Líquido do Exercício	38.774	43.533	38.774	82.222
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	38.774	43.533	38.774	82.222
Total do Resultado Abrangente Atribuível a				
Acionistas controladores	38.774	43.533	38.774	43.533
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	38.689

Contador: Ricardo Buturi - CRC 1SP267.999/O-5. A Diretoria

O Relatório da Administração, as Notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia.

GAMARO PROPRIEDADES LTDA. E CONTROLADAS - CNPJ: 07.177.271/0001-66

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2020 (Em reais - R$), exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	S-o-b-s-c-rito	Interfer	Transações Com Acionistas	Reservas Legal	Reservas Lucros	Ajuste (Lucros de Exercícios Acumulados)	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Atribuído Aos Não Controladores	Total
Saldos em 31/12/2019	198.256	(745)	1.285	14.165	7.070	-	11.510	231.541	324	231.865
Aumento de Capital em Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	30.880	30.880
Venda de Investimento em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.571)	(69.571)
Resultado De Transações Com Sócios	-	-	(5.712)	-	1.285	-	-	(4.427)	(45)	(4.472)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	43.533	-	43.533	38.689	82.222
Destinação do Lucro Líquido:										
Reserva Legal	-	-	-	2.177	-	(2.177)	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	401	-	(265)	136	-	136
Distribuição de Dividendos Antecipados	-	-	-	-	-	(41.356)	-	(41.356)	(283)	(41.639)
Distribuição Dividendos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(3.730)	-	(3.730)	-	(3.730)
Saldos em 31/12/2020	198.256	(745)	(4.427)	16.342	8.756	-	11.245	225.695	(6)	225.689
Aumento de Capital	16.247	-	-	(16.342)	-	-	-	(95)	-	(95)
Integralização do Capital Social	-	745	-	-	-	-	-	745	-	745
Resultado de Transações Com Sócios	-	-	2.375	-	(4.427)	-	-	(2.052)	(13)	(2.065)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	38.774	-	38.774	-	38.774
Destinação do Lucro Líquido:										
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	401	-	(265)	136	-	136
Distribuição de Dividendos Antecipados	-	-	-	-	-	(38.722)	-	(38.722)	19	(38.703)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	52	(52)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	214.503	-	(2.052)	-	4.782	-	10.980	224.981	-	224.981

Demonstração do Resultado

	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Receita Oper. Líquida	55.738	44.754	57.105	47.388
Custo das Locações e dos Serviços Prestados	(2.417)	(2.481)	(2.811)	(2.760)
Lucro Bruto	53.321	42.263	54.294	44.628
Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas gerais e adm.	(6.005)	(5.400)	(7.148)	(5.792)
Result. equiv. patrimonial	1.792	2.735	1.957	1.040
Result. na venda de invest.	-	13.470	-	58.224
Outras (despesas) receitas operacionais	(2.938)	(8)	(3.938)	8
	47.409	41.775	47.671	50.539
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(1.656)	(7.330)	(1.654)	(9.478)
Depósitos judiciais	-	-	-	8
Impostos a recuperar	(86)	(1.027)	(77)	44
Adiantamentos	(20)	72	(14)	144
Outros ativos	-	143	-	(801)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	168	(74)	174	1.170
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	73	(83)	29	(5.133)
Tributos de recolhimento diferido	638	1.026	968	(1.305)
Obrigações com parceiros	-	(2.500)	-	(2.500)
Outros passivos	1.621	(800)	1.606	(546)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.347	31.182	48.603	32.058
IR e contrib. pagos no ex.	(5.401)	(9.675)	(5.500)	(9.952)
Juros pagos	-	-	-	(435)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	45.202	53.208	45.335	98.237
Res. equiv. patrimonial	(1.792)	(2.735)	(1.957)	(1.040)
Ganho e perdas em investimentos	(13.470)	-	-	(52.159)
Depreciações/amortizações	3.684	3.965	3.978	4.259
Provisão (reversão) provisão para riscos	315	807	315	807
Juros sobre empréstimos	-	-	-	435
	47.409	41.775	47.671	50.539
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(1.656)	(7.330)	(1.654)	(9.478)
Depósitos judiciais	-	-	-	8
Impostos a recuperar	(86)	(1.027)	(77)	44
Adiantamentos	(20)	72	(14)	144
Outros ativos	-	143	-	(801)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	168	(74)	174	1.170
Obrigações trabalhistas e tributárias correntes	73	(83)	29	(5.133)
Tributos de recolhimento diferido	638	1.026	968	(1.305)
Obrigações com parceiros	-	(2.500)	-	(2.500)
Outros passivos	1.621	(800)	1.606	(546)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.347	31.182	48.603	32.058
IR e contrib. pagos no ex.	(5.401)	(9.675)	(5.500)	(9.952)
Juros pagos	-	-	-	(435)
Aquisições prop. p/ inv.	315	807	315	807
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.976)	(360)	(73)	(1.532)
Caixa líqu. aplicado nas atividades operacionais	42.945	21.507	43.053	21.721
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento de capital	745	(2.038)	-	-
Recebimento de dividendos	1.156	279	-	-
Recob. venda invest.	-	27.639	-	27.639
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(6.788)	3.529	(5.731)	1.925
Aquisições prop. p/ inv.	(264)	(529)	(2.279)	(529)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.976)	(360)	(73)	(1.532)
Caixa líqu. aplicado nas atividades operacionais	(7.137)	28.520	(8.083)	27.503
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de empréstimos	-	-	-	(29.978)
Amort. de juro (principal)	(672)	(737)	(672)	(737)
Pagto. não controladores	-	-	-	30.860
Dividendos pagos	(38.722)	(45.088)	(37.977)	(45.088)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) ativ. de financ.	(39.394)	(45.825)	(38.649)	(44.923)
Aumento Líquido(a) do Caixa e Equiv. de Caixa	(3.585)	4.202	(2.679)	4.291
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	9.295	5.093	9.741	5.450
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	5.710	9.295	6.062	9.741
Aumento Líquido(a) do Caixa e Equiv. de Caixa	(3.585)	4.202	(2.679)	4.291

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação da executada **MIRANDA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ Nº 60.727.336/0001-82; BILWON PARK S.A. por seu procurador PAULO SÉRGIO DE PASQUALE MIGUEZ; MARCO AURÉLIO AUGUSTO; dos credores com penhora averbada DIRCEU ORDINE, CPF nº 810.541.908-44; JACIRA APARECIDA ALVES, CPF Nº 013.024.888-64; MARIA ALVES DE OLIVEIRA, CPF Nº 086.038.178-10; LUIZ ROBERTO MENTIM, CPF Nº 129.759.216-36; BILMARA LUBOR CORTEZ, CPF Nº 132.724.148-00; PAULO CESAR MARQUES PRADO, CPF Nº 135.067.998-43; SORAYA SULYMAR APARECIDA GONÇALVES DE PAIVA, CPF Nº 135.968.028-19; CAIO CEZAR NOGUEIRA FLORINDO, CPF Nº 151.223.778-71; ELAINE CRISTINA BEDOLO, CPF Nº 160.382.168-33; GIOVANNA PINHEIRO DOS SANTOS, CPF Nº 246.029.613-71; JOSÉ ALTAIR MIRANDA, CPF Nº 313.726.614-34; OSMAR FERNANDES DE MORAES, CPF Nº 171.178-26; ELISABETH LIMA FERNANDES DE MORAES, CPF Nº 818.032.815-04; JOSÉ CARLOS FRONTOURA, CPF Nº 041.812.366-38; BIDNEI COSTA RODRIGUES, CPF 069.547.458-60; ANTÔNIO SANTANA RODRIGUES, CPF Nº 099.204.795-14; SHIRLEY THERESINHA D. M. DE CASTRO, CPF Nº 128.417.188-46; MARCO ANTÔNIO CANTADEIRO, CPF Nº 142.796.045-86; MARINA FERREIRA DE JESUS, CPF Nº 149.054.728-47; FLÁVIO NUNES, CPF Nº 103.128.238-00; FANNY MAYUMI MAEDA, CPF Nº 114.008-37; ANGELA MARIA TURDO, CPF Nº 263.769.318-99; FERNANDO ARANDA SILVA, CPF Nº 537.522.018-00; MARIA RUBIA GUIMARÃES NOVARSO, CPF Nº 591.832.768-15; JORGE LUIZ CARUZZO, CPF Nº 992.470.118-68; GERSON MARQUES PRADO, CPF Nº 897.237.608-78; ARLETE INES AURELLI, CPF Nº 812.946.598-61;** e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por **LUCIANO CAETANO DA SILVA, RG Nº 4.982.636-0 e Outra. Processo nº 0052594-07.2012.8.26.0554.** A Dra. Adriana Barbosa Holmo Figueira, Juíza de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Santo André, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.farooniline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 11/04/2022, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 14/04/2022, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der (igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 04/05/2022, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 70% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES:** O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser formulados através de sistema eletrônico do gestor www.farooniline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lances sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de interferência humana na coleta e no registro dos lances **DO PAGAMENTO:** O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no endereço eletrônico https://portaldeguias.tjsp.jus.br/portal/pjsgiojsp/pjsp. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do